



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Mídia e Segurança Pública

Volume Único

Edílson Márcio Almeida da Silva



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública

UFF - Pedro Heitor Barros Geraldo

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Edílson Márcio Almeida da Silva

Direção de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Paulo Vasques de Miranda

Supervisão de Design Instrucional

Aroaldo Veneu

Gabriel Costa

Renata Vittoretti

Design Instrucional

Daniel Cavalcanti Figueiredo

Fernanda Félix

Gustavo Malheiros

Departamento de Produção

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção

Bianca Giacomelli

Revisão Linguística e Tipográfica

José Meyhoas

Maria Elisa Silveira

Yana Gonzaga

Ilustração

Fernando Romeiro

Vinicius Mitchell

Capa

Fernando Romeiro

Programação Visual

Camille Moraes

Cristina Portella

Deborah Curci

Larissa Averbug

Núbia Roma

Produção Gráfica

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2015, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

S586m

Silva, Edílson Márcio Almeida da.

Mídia e Segurança Pública: volume único / Edílson Márcio Almeida da

Silva. – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

178 p.; il. 19 x 26,5 cm

ISBN: 978-85-458-0065-1

1. Segurança Pública. 2. Mídia. 3. Violência – Rio de Janeiro. 4. Relações de poder. I. Título.

CDD: 301.05

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Gustavo Tutuca

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

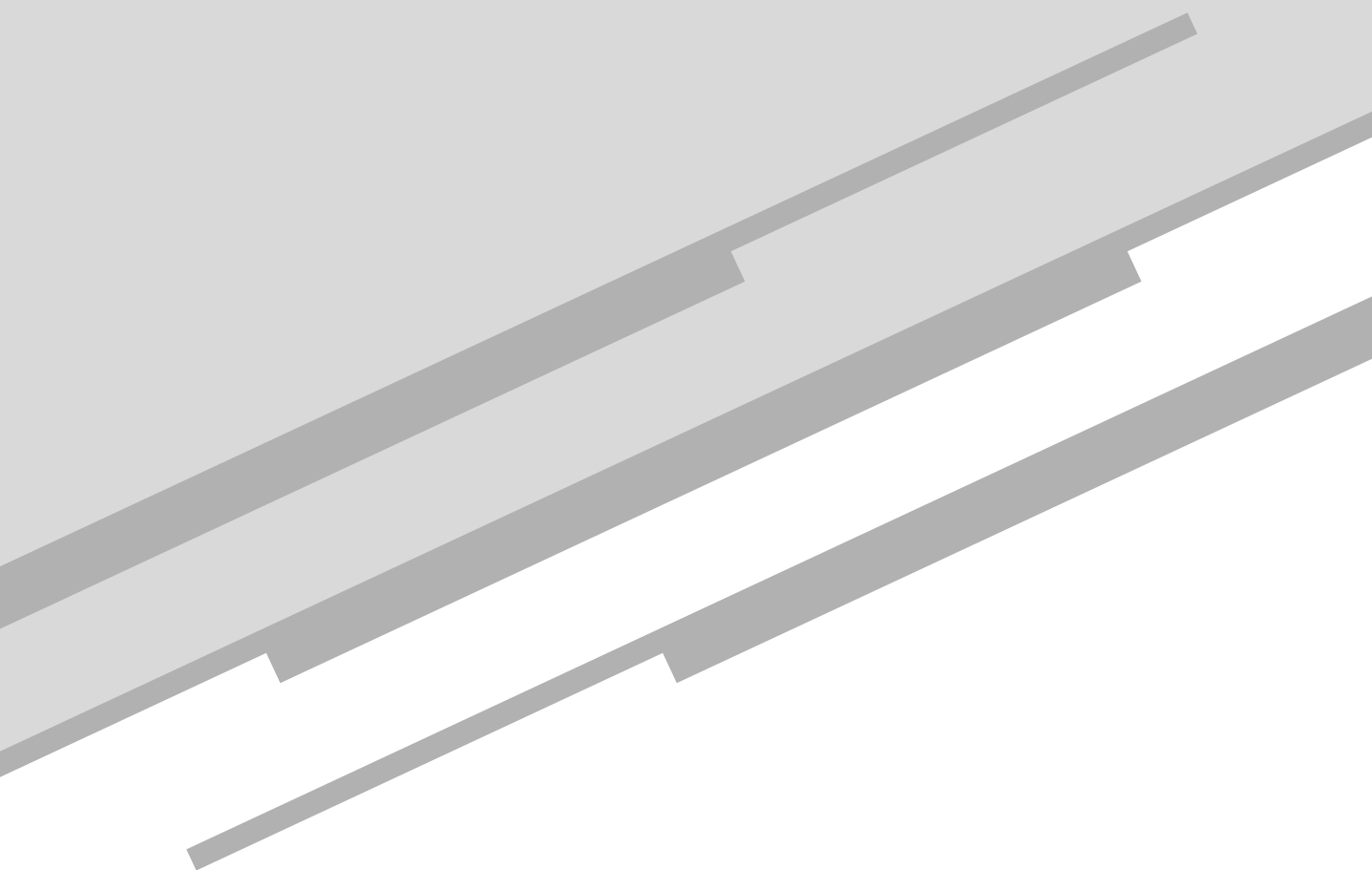
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 – Mídia e construção social da realidade.....	7
<i>Edilson Márcio Almeida da Silva</i>	
Aula 2 – Relações de poder no campo midiático	33
<i>Edilson Márcio Almeida da Silva</i>	
Aula 3 – Discursos da violência.....	57
<i>Edilson Márcio Almeida da Silva</i>	
Aula 4 – Representações midiáticas da violência no Rio de Janeiro	77
<i>Edilson Márcio Almeida da Silva</i>	
Aula 5 – Reportagens policiais e coberturas de segurança pública.....	97
<i>Edilson Márcio Almeida da Silva</i>	
Aula 6 – Mídia e política de segurança pública.....	119
<i>Edilson Márcio Almeida da Silva</i>	
Aula 7 – A violência como problema público.....	145
<i>Edilson Márcio Almeida da Silva</i>	
Referências.....	171

Aula 1

Mídia e construção social da realidade



Edílson Márcio Almeida da Silva

Meta

Apresentar uma discussão sobre a construção social da realidade e o papel desempenhado pela mídia nesse processo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar os processos de socialização com a construção social da realidade;
2. reconhecer o impacto da mídia no desenvolvimento dos padrões modernos de interação e relacionamento sociais;
3. descrever como a mídia favorece a construção de imagens estereotipadas sobre o real.

Introdução



Figura 1.1: Todos nós, quando nascemos, somos inseridos em um grupo que nos acolhe. Na maioria das vezes, esse grupo é a nossa família.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Family_eating_meal.jpg

Você já notou que frequentemente ouvimos dizer que o homem é um ser social? E já se perguntou o que significa isso?

Mais do que simplesmente afirmar que o homem vive em sociedade, o pressuposto teórico em questão é o de que sequer poderíamos existir independentemente da sociedade, já que é por meio dela que se torna possível a apreensão do mundo como uma realidade dotada de sentido.

Desde que nascemos, somos inseridos em grupos sociais (família, grupos de amigos, vizinhos etc.) por intermédio dos quais temos acesso a uma série de noções como, por exemplo, as de *tempo* (antes, depois, agora, ontem, hoje, amanhã) e *espaço* (direita, esquerda, alto, baixo, dentro, fora). Sem essas noções, a vida humana seria virtualmente caótica. Grosso modo, isso quer dizer que, para garantir nossa existência no mundo, é preciso que participemos minimamente da pauta de conhecimento de uma dada cultura, pois é dessa maneira que se dá a nossa articulação com os demais membros da sociedade.

De acordo com Peter Berger e Brigitte Berger (1977), a articulação do indivíduo com o meio social resulta de um processo denominado *socialização*.



É por meio do processo de socialização que, numa contínua interação com os seus semelhantes, o homem aprende a ser um membro da sociedade.

A socialização pode ser de dois tipos: *primária* ou *secundária*. A primária, vivenciada ainda na infância, corresponde ao “processo por meio do qual a criança se transforma num membro participante da sociedade” (p. 213). Trata-se, assim, do primeiro momento de inserção social do indivíduo, o que normalmente ocorre no ambiente doméstico, junto aos pais, irmãos, responsáveis etc.



Figura 1.2: Durante o processo de socialização primária, a criança aprende os primeiros códigos culturais (como a língua, por exemplo) e começa a conhecer as regras de comportamento de seu grupo.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/400643>

Já a socialização secundária que, em nossa sociedade, costuma se dar na escola, na vizinhança, na igreja, no trabalho, na rua etc., diz respeito a “todos os processos posteriores [à socialização primária], por meio dos quais o indivíduo é introduzido num mundo social específico” (p. 213). Por dizer respeito a tudo que sucede a socialização primária, a socia-

lização secundária nunca termina, de modo que, uma vez inserido no mundo social, o ser humano estará continuamente sujeito a novas interações, a novas realidades e a novos conhecimentos.

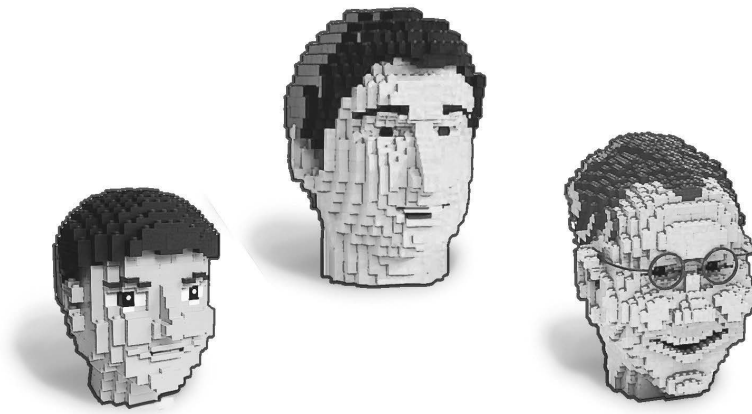


Figura 1.3: Como um brinquedo de montar, vamos nos construindo enquanto seres humanos ao longo da vida, pecinha por pecinha. Essa construção nunca tem fim.

Por meio dos processos de socialização, construímos aquilo que George Herbert Mead chama de *outros significativos*, que são os sujeitos com os quais interagimos mais frequentemente e, conseqüentemente, acabamos por nos identificar. No decorrer de toda a nossa vida, cada um de nós estabelece uma espécie de conversação permanente com os seus outros significativos. É por meio de tal conversação que apreendemos o mundo, constituindo as condições necessárias para garantir a nossa existência.



Refleta!

Pense na sua vida desde a infância. Quem foram as pessoas com as quais você mais se identificou e que se tornaram importantes na construção da sua personalidade? A sua resposta certamente trará os seus outros significativos.

Dada a posição de relevo que ocupam nos processos interativos, os outros significativos são classificados por Mead como os protagonistas do drama da socialização.



A outra história americana (EUA, 1998)

Longa-metragem dirigido por Tony Kaye e escrito por David McKenna, com Edward Norton no papel principal. O seu tema central é a influência trágica do racismo sobre uma família de classe média nos EUA. O filme é interessante para refletirmos sobre os processos de socialização e a importância dos outros significativos na formação da personalidade humana.



Peter Berger
(1929-)

Sociólogo, teólogo e professor austro-americano que se notabilizou a partir da obra *A construção social da realidade*, em parceria com Thomas Luckmann.



Thomas Luckmann
(1927-)

Sociólogo e professor alemão. Tornou-se referência em sua área pela publicação realizada em parceria com Peter Berger.

Mídia e socialização

Como observam **Peter Berger** e **Thomas Luckman** (2002), as mais importantes experiências de interação social ocorrem na situação face a face. Isso, contudo, não contradiz o fato de que o ser humano experimenta “a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente” (p. 39). No caso do homem moderno, parece inegável que, com o desenvolvimento da imprensa e, posteriormente, dos meios de comunicação em geral, houve uma notável ampliação do alcance das formas comunicativas, o que permitiu a sua extensão para além dos contextos de intercâmbio social direto. A esse respeito, John B. Thompson (2002) assinala que, com o surgimento de novas formas de produção, armazenamento e circulação de informações, os processos interativos puderam se dissociar do ambiente físico, de tal maneira que, contemporaneamente, “os indivíduos podem interagir uns com os outros, ainda que não partilhem do mesmo ambiente espaço-temporal” (p. 77).



Figura 1.4: O computador e a internet, por exemplo, nos permitem conversar com pessoas que estão bem distantes; às vezes, do outro lado do mundo.

Fonte: <http://pixabay.com/pt/computador-feminino-menina-isolado-15812/>

Não há como negar que o advento da chamada *comunicação de massa* trouxe uma modificação significativa no tipo de experiência e nos padrões de interação característicos das sociedades modernas. Por um lado, observa-se que, cada vez mais, “os indivíduos preferem buscar informação e conteúdo simbólico em outras fontes do que nas pessoas com quem interagem diretamente no dia a dia” (THOMPSON, 2002, p. 82). Por outro, verifica-se que os meios de comunicação social assumem maior relevância, de modo que para “a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia” (THOMPSON, 2000, p. 285).



Figura 1.5: O desenvolvimento da mídia trouxe uma notável ampliação do alcance das informações.

Fonte: <http://pixabay.com/pt/jornais-leeuwarder-courant-imprensa-444449/>; <http://www.freeimages.com/photo/1361428>; <http://www.freeimages.com/photo/1150867>; <http://www.freeimages.com/photo/1432157>

Indústria cultural

Originalmente empregado pelos teóricos da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer, o termo *indústria cultural* refere-se a processos de produção de bens culturais, nos quais artigos diversos (como obras de arte, por exemplo) são transformados em simples mercadorias para consumo imediato. Afinados com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, tais processos teriam por objetivo promover o entretenimento do grande público e, consequentemente, obter lucros. São elementos estratégicos da indústria cultural os chamados veículos de comunicação de massa, quais sejam, o rádio, os jornais, as revistas e, principalmente, a TV.

Como se vê, não há como deixar de reconhecer a relevância da **indústria cultural** na reprodução das sociedades modernas, uma vez que

as chamadas cultura e comunicações de massa ocupam posição central entre as atividades de lazer, são importantes agentes de socialização, mediadoras da realidade política e devem, por isso, ser vistas como importantes instituições das sociedades contemporâneas, com vários efeitos econômicos, políticos, culturais e sociais. (KELLNER, 2001, p. 44).

No entanto, admitir a relevância e a influência da indústria cultural não implica assumir o público-alvo dos seus produtos como um receptáculo vazio, que absorve de forma inteiramente inerte os conteúdos que lhe são endereçados. Como assevera Thompson (2002), é preciso “abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares” (p. 31). Ao contrário do que se apregoava há algumas décadas (sobretudo pelos representantes da Escola de Frankfurt), a recepção dos produtos midiáticos não corresponde a um processo acrítico, no qual estes são “absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água” (p. 31).



Escola de Frankfurt

Corresponde a um grupo de intelectuais de tendência marxista que, na segunda metade do século XX, formularam as bases da assim chamada *Teoria Crítica*. Esses intelectuais foram responsáveis pela elaboração e difusão do conceito de indústria cultural, segundo o qual a sociedade capitalista manipularia os indivíduos através dos meios de comunicação de massa, anulando, com isso, a sua capacidade crítica e tornando-os uma massa homogênea de consumidores dos produtos culturais. Entre os principais ex-

poentes da escola de Frankfurt, destacam-se nomes como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, entre outros.

Da mesma forma, embora se referindo à socialização num sentido mais geral, Berger e Luckmann esclarecem que o “indivíduo não é modelado como uma coisa passiva, inerte”, mas sim “formado ao curso de uma prolongada conversação (uma dialética, na acepção literal da palavra) em que ele é *participante*” (p. 31). Ao afirmar isso, os autores sustentam que:

O mundo social é ativamente *apropriado* por cada um de nós, que desempenha, nesse processo, o papel de *coprodutor*.

Por essa razão, mais do que a imposição de padrões sociais à conduta individual, os processos de socialização podem ser definidos como formas de iniciação por meio das quais os seres humanos se desenvolvem e expandem, realizando-se, a um só tempo, como indivíduos e partes integrantes do mundo social. Objetivamente, isso quer dizer que, ao passo que são socializados em diálogo com os seus outros significativos (família, escola, igreja, trabalho etc.), os sujeitos participam da construção de si e do mundo social, constituindo-se, ao mesmo tempo, em criadores e criaturas. Daí a máxima cunhada por Berger e Luckmann: *A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um ser social.*

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

“De fato, a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada *juntamente* com este mundo.” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 177).

A partir do que você estudou no primeiro tópico desta aula e do trecho citado, explique a relação entre os processos de socialização e a construção social da realidade.

Resposta comentada

O objetivo do primeiro tópico de nossa aula é mostrar que a articulação do indivíduo com o meio social resulta da *socialização*. É por meio dela que, numa contínua interação com os seus semelhantes, o homem aprende a ser um membro da sociedade. À medida que é socializado em diálogo com os seus outros significativos, o ser humano participa da construção de si e do mundo social, constituindo-se, ao mesmo tempo, em criador e criatura.

Construção social da realidade

Como observam Berger e Luckmann, a realidade da vida cotidiana é apreendida num contínuo de tipificações, de enquadramentos do mundo, que vão se tornando mais anônimos à medida que se distanciam do “aqui e agora”, isto é, à medida que se distanciam da situação de interação direta, face a face. Conforme há o desenvolvimento de novos padrões de interação e relacionamento sociais (progressivamente deslocados no espaço e no tempo), a compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, passa a ser “modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (p. 38). Uma das consequências disso é o estabelecimento de um quadro no qual, como aponta Marc Augé (1997), “só reconhecemos em geral aquilo que nos é contado, o que nos é dito, habituando-nos progressivamente a discutir textos e imagens quando pensamos falar de realidades” (p. 105).

Para ilustrar o fato de que só reconhecemos o que nos é contado, lembremo-nos de uma notícia publicada em maio de 2013, que provocou grande repercussão na internet e nas redes sociais:

BRASIL

Senado aprova pagamento de bolsa mensal de 2 mil reais para garotas de programa

DA REDAÇÃO

Uma proposta polêmica, de autoria da senadora Maria Rita, do Partido dos Trabalhadores, foi aprovada na tarde de hoje por maioria de votos. Trata-se do pagamento de uma bolsa mensal no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para garotas de programa em todo país.

“O objetivo da bolsa é dar a essas mulheres a possibilidade de terem uma vida mais digna, pois o dinheiro deve ser

com prevenção de doenças”, explicou a senadora.

Segundo ela, o projeto tem interesse público, pois também tem o objetivo de “disponibilizar pra clientela um serviço de melhor qualidade, já que as meninas poderão se cuidar melhor, pagar tratamentos estéticos, frequentar academias etc.”

O projeto de lei vai ser submetido à sanção da presidente Dilma e deve entrar em vigor até o início da copa de 2014. ■

Fonte: <http://www.midiasocialcg.com.br/noticias/brasil-senado-aprova-pagamento-de-bolsa-mensal-de-r-2-00000-para-garotas-de-programa/>

A partir da leitura desta notícia, reflita:

1. Em um país cujo salário mínimo não chega a R\$ 1.000, é justa a concessão desse tipo de benefício?
2. Por que tal incentivo não é estendido a outras atividades, com fins de remuneração?

Imagino que, se você não refletiu mais detidamente sobre os questionamentos apresentados, ao menos pensou sobre a polêmica proposta. Ela causou grande mobilização social e foi amplamente discutida nos meios de comunicação ao longo de 2013. Entretanto, tal projeto nunca tramitou no Congresso Nacional, assim como também não havia, à época, uma senadora chamada Maria Rita.

Esse exemplo nos mostra a força da mídia na construção social da realidade e como as notícias por ela veiculadas tendem a assumir o caráter de verdade.

No que nos interessa, cabe ressaltar que o referido distanciamento espaço-temporal favorece a construção de perspectivas homogeneizantes e, portanto, superficiais acerca de sujeitos que, por alguma razão, são classificados como física ou socialmente distantes. É isso que se verifica, por exemplo, pelo emprego cotidiano, em diversas regiões do Brasil, de categorias, tais como “o” favelado, “o” muçulmano, “o” homossexual, “o” índio etc. Mais do que um modo convencional de se referir ou se dirigir

ao outro, o uso de tais expressões, muitas vezes, reflete problemas de reconhecimento das diferenças (sejam elas sociais, étnicas, regionais, culturais), o que pode ocasionar sérias implicações.



Para melhor desenvolvermos esse ponto, cabe recordar uma situação ocorrida por ocasião da aula de um professor do curso de pós-graduação em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, realizada no já relativamente longínquo ano 2000. Àquela altura, o docente perguntava à turma o que havia de errado com a seguinte frase: “na favela não tem só bandido... tem trabalhador também!”. Após lançar a questão e ouvir algumas respostas, o professor pôs-se a discuti-la e, em seguida, inverteu a ordem dos sujeitos na oração, modificando, concomitantemente, o sentido do que havia dito. Conforme o seu entendimento, o correto seria dizermos que, “na favela, não tem só *trabalhador*, mas *bandido* também”, dado que, em tal espaço social, a exemplo de tantos outros, seriam os trabalhadores a constituir a maioria da população, e não o contrário! Procurando fazer justiça aos seus múltiplos e variados moradores, o professor buscava desconstruir imagens estereotipadas das favelas, mostrando como tais áreas foram (e continuam sendo) submetidas a um processo de rotulação social que, via de regra, as define como espaços de condicionamento negativo do comportamento humano.



Figura 1.7: Alguns locais, como as favelas, por serem distantes do cotidiano de muitos indivíduos e grupos, acabam sendo vistos de forma estereotipada e superficial.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Morro_da_Providência_\(1\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Morro_da_Providência_(1).jpg)

O curioso sobre tal visão é que a grande maioria das pessoas que a compartilha provavelmente nunca esteve em qualquer uma das centenas de favelas existentes na cidade do Rio de Janeiro. Seja como for, o fato é que, olhadas assim, à distância, tais áreas são genericamente tipificadas, de modo que, conforme explica Lícia Valladares (1999), morar na favela torna-se “sinônimo não apenas de ser pobre e pertencer ao mundo popular, mas também ao mundo dos problemas.” (p. 65). Com base nesse tipo de generalização, a população residente nas favelas tende a ser marginalizada não apenas por residir em tais áreas, mas por ser toda ela constituída de pessoas que, dada a eventual proximidade física e social mantida com criminosos, têm sua imagem pública automaticamente associada à malandragem, como se fazia no passado, ou ao tráfico de drogas, como se tornou trivial fazer hoje em dia. O que você precisa pensar é: como, afinal, foi construída essa imagem da favela e de seus habitantes? E, não menos importante, o que a mídia tem a ver com isso?

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Ao estreitar o leque de deixas simbólicas, as interações mediadas fornecem aos participantes poucos dispositivos simbóli-

cos para a redução da ambiguidade na comunicação. Por isso as interações mediadas têm um caráter mais aberto do que as interações face a face. (THOMPSON, 2002, p. 79).

No segundo tópico desta aula, falamos sobre como a construção da realidade sofre impactos do discurso da mídia. Explique como os dispositivos simbólicos oferecidos pela mídia impactam no desenvolvimento dos padrões modernos de interação e relacionamento sociais.

Resposta comentada

Com o advento da modernidade e das novas tecnologias, experimentamos importantes transformações nos fluxos de comunicação que, agora, podem ser deslocados no espaço e no tempo. Consequentemente, emergem novos padrões de interação e relacionamento sociais que tornam a nossa compreensão do mundo cada vez mais dependente do que é veiculado na mídia. Prova disso encontra-se, por exemplo, nas consultas cotidianas que muitos de nós fazemos aos veículos de comunicação, a fim de nos mantermos informados sobre assuntos diversos, tais como a previsão do tempo, as condições do trânsito etc.

Produção de estereótipos: o caso das favelas do RJ

Terminamos o tópico 2 deixando as perguntas a seguir para sua reflexão:

- Como foi construída a imagem das favelas e de seus habitantes?
- O que a mídia tem a ver com isso?

Você pensou sobre elas? Ótimo! Então, vamos prosseguir nossos estudos.

Para responder a essas perguntas, é preciso retornar à virada do século XIX para o XX, quando a cidade do Rio de Janeiro passava por

momentos de crises e mudanças institucionais que deram origem a um dos mais emblemáticos projetos de cidade de que se tem notícia. A conjuntura de fim da escravidão e o reordenamento do Estado sob a forma republicana apresentavam-se, àquela altura, como a ocasião propícia para um projeto de reestruturação espacial da então capital federal, cujas consequências fizeram-se sentir fortemente no período e, ainda hoje, ecoam nos discursos produzidos sobre a cidade.



Figura 1.8: Imagem da Av. Rio Branco em 1909, momento no qual o Rio de Janeiro passava por grandes processos de transformação e reordenamento urbano.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:TeatroMunicipal-MFerrez1909.jpg>

O processo de reorganização do Rio de Janeiro assentava-se em dois projetos que não apenas dialogavam entre si, como eram estrategicamente complementares. De um lado, havia as propostas de organização republicana social e política, que passavam pela adoção do ideário liberal, pela industrialização e pela urbanização da cidade. De outro, um projeto de remodelagem arquitetônica que tinha como referência empírica a capital francesa e estava estruturado em torno de valores fundamentais como progresso e modernidade. Como parte do projeto liberal incluía-se, para além da proclamação da República, a libertação dos escravos, o que teve desdobramentos diversos, dentre os quais se podem mencionar a construção, junto às instituições formalmente estabelecidas, e o conjunto da sociedade carioca, de visões temerosas em relação às recém-constituídas “classes perigosas”.



**Louis Chevalier
(1911-2001)**

Historiador francês que dedicou seus estudos à cultura e à situação da classe trabalhadora francesa.

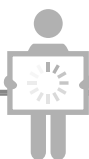


O termo *classes perigosas* foi cunhado pelo historiador francês **Louis Chevalier**, em sua obra *Classes Laboriosas e Classes Perigosas*, para descrever as transformações decorridas na vida social parisiense com o acelerado processo de urbanização do século XIX. Chevalier considera que

a proliferação de classes criminosas foi, ao longo dos anos, um dos fatos de maior importância do cotidiano parisiense, um dos principais problemas para a gestão da cidade e uma das formas essenciais de enfermidade social. (CHEVALIER, 1958).

Desde então, nos mais diferentes contextos (inclusive, brasileiro), tornou-se comum o emprego do termo *classes perigosas* para se referir a determinados grupos sociais, numa associação quase automática entre territórios de pobreza e criminalidade.

A partir desse momento, instalava-se um clima de insegurança difuso que estava ligado à maneira como era socialmente percebida a abolição da escravidão, abolição esta que trazia a reboque um conjunto de mudanças nos padrões de convivência urbana, fazendo-se acompanhar de uma forte demanda por vigilância das massas. Com o deslocamento de grandes contingentes populacionais dos engenhos para as cidades, tanto práticas propriamente criminosas quanto hábitos e costumes dos recém-libertos eram recebidos com estranhamento, o que nutriu uma verdadeira campanha pela lei e pela ordem, que passava, entre outras coisas, pelo reaparelhamento da polícia, por mais repressão e controle social.



Reconstituição histórica



O senado mantém um interessante material sobre o fim da escravidão no Brasil. Trata-se de um jornal de oito páginas no qual são reconstituídos acontecimentos que fizeram parte do processo abolicionista brasileiro.

Para conhecê-lo, acesse: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf.

A esse respeito, em interessante estudo sobre a religiosidade no Brasil, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988) aponta que, da segunda metade do século XIX até, pelo menos, a década de 20 do século seguinte, esteve em curso no Rio de Janeiro um sem-número de medidas repressivas dirigidas, especificamente, aos cultos religiosos afro-brasileiros. As perseguições, via de regra, partiam da premissa de que tais cultos constituíam “conjuntos de superstições nefastas e de práticas de feitiçaria que desembocavam em vícios e crimes” (p. 74). Caso se considere o clima de medo e estranhamento que acompanhou a chegada dos recém-libertos à cidade e cruzarem-se tais dados com o número de detenções efetuadas no período sob rubricas, tais como *distúrbio* e *algazarra*, pode-se depreender que boa parte delas estava relacionada ao desconforto manifestado pelas elites e autoridades locais quanto ao *modus vivendi* das populações negras com

as quais, a partir da abolição, tornaram-se obrigados a conviver. Não por outra razão, a vadiagem constituía, naquele contexto, a contravenção mais recorrentemente reprimida, correspondendo a mais de metade das causas de detenção registradas. O perigo social generalizado encontrava-se, assim, cristalizado na figura do *vagabundo*, contra quem era mobilizado um expressivo número de medidas de caráter repressivo, visando conter a insegurança cotidiana por ele representada.

Mas o que, afinal, a mídia tem a ver com isso?

Pois bem, as preocupações diante do novo perigo social e da emergência das assim chamadas *classes perigosas* apareciam recorrentemente estampadas em diários de grande circulação do período, como o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*. A mídia, já àquela altura, advogava para si o papel de mediadora entre o público e o poder, constituindo-se num dos principais canais de reivindicação e publicização das causas sociais. Esse tipo de idealização foi levado a tal extremo que o *Jornal do Brasil* chegou a criar, em sua redação, um cargo fixo – o redator das *Queixas do Povo* – cuja função era atender a quem se dirigia ao jornal “para falar de seus queixumes” (BARBOSA, 2000, p. 123).



Vítima de prepotência ou de um abuso, a primeira lembrança que tem o homem do povo é exclamar: Vou queixar-me ao *Jornal do Brasil*! E vem efetivamente e nós o ouvimos com a maior atenção, aconselhando-lhe calma e prudência, tornando-nos advogados de sua causa. (JORNAL DO BRASIL, 1902, p. 2 apud BARBOSA, 2000, p. 36)

O trecho acima, extraído do acervo histórico do *Jornal do Brasil*, constitui um claro exemplo de como o diário assumia para si o papel de intermediário entre o povo e o poder público, procurando construir uma imagem de “defensor dos pobres e oprimidos”.

É este é apenas um exemplo dentre vários que você poderá encontrar nos acervos dos jornais do início do século XX.

Como parte do movimento de controle das massas, que teve na imprensa um importante porta-voz, desenvolveu-se o projeto que melhor sinalizava os aspectos excludentes e autoritários da república nascente: a Reforma Pereira Passos. Empreendida entre os anos de 1902 e 1906, a reforma simbolizou a inserção do país na modernidade capitalista e representou o aburguesamento da cidade do Rio de Janeiro. Mais que rasgar o solo carioca com largas avenidas e promover a construção de suntuosas edificações, foi por meio dela que se deu, sintomaticamente, a remoção para a periferia dos cortiços e cabeças de porco que, àquela altura, eram tomados como símbolos de decadência e, portanto, significavam uma poluição arquitetônica para a qual não havia espaço na capital da *Belle Époque*.



Figura 1.10: Ao assumir a prefeitura do RJ, Pereira Passos decretou várias leis no intuito de modificar e, consequentemente, disciplinar os hábitos do povo. Ficou proibido, por exemplo, cuspir dentro dos bondes - prática comum à época.

Fonte: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?blogid=57&archive=2012-01>

O processo de remoção encampado pela Reforma Pereira Passos mostrava-se incapaz de cumprir o propósito de higienização do centro da cidade, gerando uma ocupação desordenada do espaço urbano, o que, por desdobramento, favoreceu a construção e difusão de visões estereotipadas acerca dos segmentos sociais recém-chegados. A favelização que se desenvolvia, a partir de então, impôs-se como uma resposta inesperada ao projeto de redefinição espacial da antiga capital federal, o que pôs frente a frente novos e antigos habitantes da cidade, favorecendo, conseqüentemente, a difusão do “medo branco” e a adoção das mais inusitadas respostas para os problemas nascentes.



Augusto César Malta

Figura 1.11: A Reforma Pereira Passos intensificou a imagem dos recém-libertos e dos imigrantes como um “perigo social”.

Fonte: portalaugustomalta.rio.rj.gov.br

Os modos de lidar com essa conjuntura podiam ser percebidos através do alarde socialmente produzido e de ações institucionais programáticas. Dentre elas, destacam-se a criação da Escola de Polícia, em 1912, a realização de palestras com criminólogos e especialistas em segurança do exterior, além da construção de um “paredão da ordem”, responsável, a um só tempo, pelo disciplinamento e pela segregação de indivíduos e grupos na região metropolitana do Rio de Janeiro.



Figura 1.12: Imagem de uma das primeiras aulas na Escola de Polícia, em 1912. Na foto, podemos ver o Prof. Elysio de Carvalho e a primeira turma da escola.

Fonte: <http://acrv-policia-civil.blogspot.com.br/2014/04/124-museu-da-policia-civil.html>

Ainda nas primeiras décadas do século XX, os salões da Biblioteca Nacional foram palco de uma série de conferências judiciário-policiais convocadas pelo então chefe de polícia da capital federal Aurelino Leal. A partir de debates sobre temas como infância abandonada, agitação política e jogo do bicho, foram elaboradas e implementadas medidas que se ocupavam, prioritariamente, do disciplinamento do espaço urbano carioca. Como a Lapa e o Estácio constituíam pontos de passagem entre as áreas “nobres” e as áreas “degradadas” da cidade, fazia-se necessário, em consonância com o ideário político-social do período, delimitar as fronteiras desses espaços e, com isso, assegurar a ordem e a paz social. Para isso, promoveu-se a construção de um verdadeiro “paredão da ordem” que se estendia do Largo da Lapa (onde se localiza o quartel-geral da Polícia Militar) até o Estácio (onde se encontra o recentemente desativado complexo penitenciário Frei Caneca, que englobava as antigas Casas de detenção e de correção). Através da demarcação de espaços definidos como comerciais ou residenciais e outros pejorativamente designados como *zonas de tolerância*, desenhava-se uma cidade caracterizada pelo temor às “classes perigosas”, o que acabou por se constituir numa importante referência para a construção das políticas de segurança pública adotadas.



Figura 1.13: Na primeira imagem, podem-se ver os Arcos da Lapa na década de 1930. A segunda imagem retrata a construção do presídio Frei Caneca, no bairro do Estácio, em 1950. Ambas se localizavam entre as áreas nobres e as áreas degradadas da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

Fonte: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/galeria/?id=1000003773#foto3>;
http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=3549

A essa altura, vale relembrar a pergunta dirigida pelo professor à sua turma sobre o que havia de errado com a frase: “na favela não tem só bandido... tem trabalhador também!”. Conforme procuramos demonstrar, longe de serem novidade, os discursos que associam as favelas à desordem, ao perigo e à criminalidade vêm de longa data. Na verdade, eles já se faziam presentes nas crônicas de **João do Rio** e **Elysio de Carvalho**, no início do século XX, e, ainda hoje, continuam a figurar



**João do Rio
(1881-1921)**

Jornalista e cronista carioca, utilizou diversos pseudônimos em sua produção literária para atrair o público.



**Elysio de
Carvalho
(1880-1925)**

Jornalista e escritor alagoano, foi um importante nome do jornalismo carioca no início do século XX.

de forma recorrente nas reportagens que tratam, direta ou indiretamente, do tema em questão. Como se vê, aliadas à experiência da vida cotidiana e das suas rupturas, as histórias divulgadas na mídia há tempos contribuem para a difusão de uma determinada visão sobre as favelas e seus moradores, visão essa que, segundo o nosso entendimento, concorre significativamente para a constituição do alarde social que impregna as imagens do Rio de Janeiro de ontem e de hoje.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

É som de preto

De favelado

Mas quando toca ninguém fica parado

O trecho acima, retirado da música *Som de Preto*, do DJ Marlboro, faz alusão a alguns estereótipos que são frequentemente dirigidos a moradores de favelas. De que modo a mídia contribui para a construção desses estereótipos?

Resposta comentada

Por um lado, a maioria das notícias produzidas e difundidas sobre favelas tende a enfocar situações ligadas à criminalidade e à violência. Por outro, uma vez que parte de seus moradores reside próximo a criminosos, a convivência é muitas vezes confundida com convívio, o que favorece a associação entre a imagem dos favelados como um todo e a dos bandidos ou traficantes de drogas.

O papel da mídia na compreensão da realidade social

Nesta aula, nosso intuito foi mostrar que, dadas as modernas transformações no intercâmbio das formas simbólicas, é inegável que a mídia tem assumido relevância crescente, passando, com isso, a se envolver de modo cada vez mais ativo na própria construção e reconstrução do mundo social. Em relação a isso, Thompson observa que,

Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência. Além do mais, os indivíduos envolvidos nestes acontecimentos podem estar bem conscientes do papel construtivo (ou destrutivo) da mídia [...] Eles [os produtores e transmissores] sabem que, controlando o fluxo de imagens e de informações, a mídia desempenha um importantíssimo papel no controle do fluxo de acontecimentos. (2002, p. 106)

Como vimos, os agentes midiáticos mobilizam os meios técnicos à sua disposição, a fim de se comunicarem com outros distantes, de tal sorte que, embora haja quem não lhes dê atenção e, portanto, lhes seja indiferente, “muitos indivíduos planejam suas atividades em parte baseados nas imagens e informações recebidas através da mídia” (THOMPSON, 2002, p. 107). A supracitada criação da Escola de Polícia, a realização de palestras com especialistas em segurança do exterior e a construção do “paredão da ordem”, no início do século XX, são claros exemplos de que decisões, muitas vezes importantes, são diariamente tomadas tendo em vista aquilo que é noticiado no rádio, na televisão ou publicado nos jornais, o que evidencia não só a presença constante da mídia na vida cotidiana, como, também, o alcance de suas representações acerca dos problemas sociais.

Como você deve estar lembrado, no início de nossa aula, ao discutirmos os processos de socialização, definimos os *outros significativos* como os sujeitos com os quais interagimos mais frequentemente e, por consequência, acabamos nos identificando. Pois bem, à medida que a mídia ocupa uma posição privilegiada nas sociedades modernas, produzindo e difundindo informações para os mais diversos públicos, não seria exagerado ou incorreto considerá-la uma espécie de outro significativo genérico, posto que, atualmente, ela não só mantém os indivíduos

atualizados quanto aos acontecimentos, como, também, serve de referência praticamente obrigatória para a compreensão da realidade social. Como observa Thompson, hoje, somos

cada vez mais dependentes da mediação das formas simbólicas, e a nossa compreensão do mundo e do lugar que ocupamos nele vai se alimentando dos produtos da mídia, do mesmo modo a nossa compreensão dos grupos e comunidades com que compartilhamos um caminho comum através do tempo e do espaço, uma origem e um destino comuns, também vai sendo alterada: sentimo-nos pertencentes a grupos e comunidades que se constituem em parte através da mídia. (2002, p. 39)

Conclusão

Dado o que vimos nesta aula, podemos concluir, em conformidade com Berger e Luckmann (2002), que o “mundo é construído na consciência do indivíduo pela conversação com os que para ele são significativos” (p. 29-30). Uma vez que recorremos de forma crescente à mediação das formas simbólicas, temos como resultado que a nossa compreensão do mundo e do lugar que nele ocupamos acaba por se alimentar mais e mais dos produtos midiáticos. Isso significa que, ao levar imagens e informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia participa efetivamente da construção social da realidade. Como procuramos demonstrar com o exemplo das imagens estereotipadas das favelas cariocas, mais do que simplesmente promover a circulação de informações, a mídia concorre para a produção e difusão de determinadas visões da realidade, contribuindo, assim, de forma decisiva, para (re)criar a realidade que, supostamente, pretende descrever.

Resumo

As principais noções analisadas em nossa primeira aula foram: *socialização, produção de estereótipos e construção social da realidade*.

Com as modernas transformações nos fluxos de comunicação, a mídia obtém uma considerável importância nas relações sociais. À medida que se encarrega de levar imagens e informações para indivíduos e grupos situados nos mais distantes contextos, ela não só promove sua circulação, como participa diretamente da produção e difusão de de-

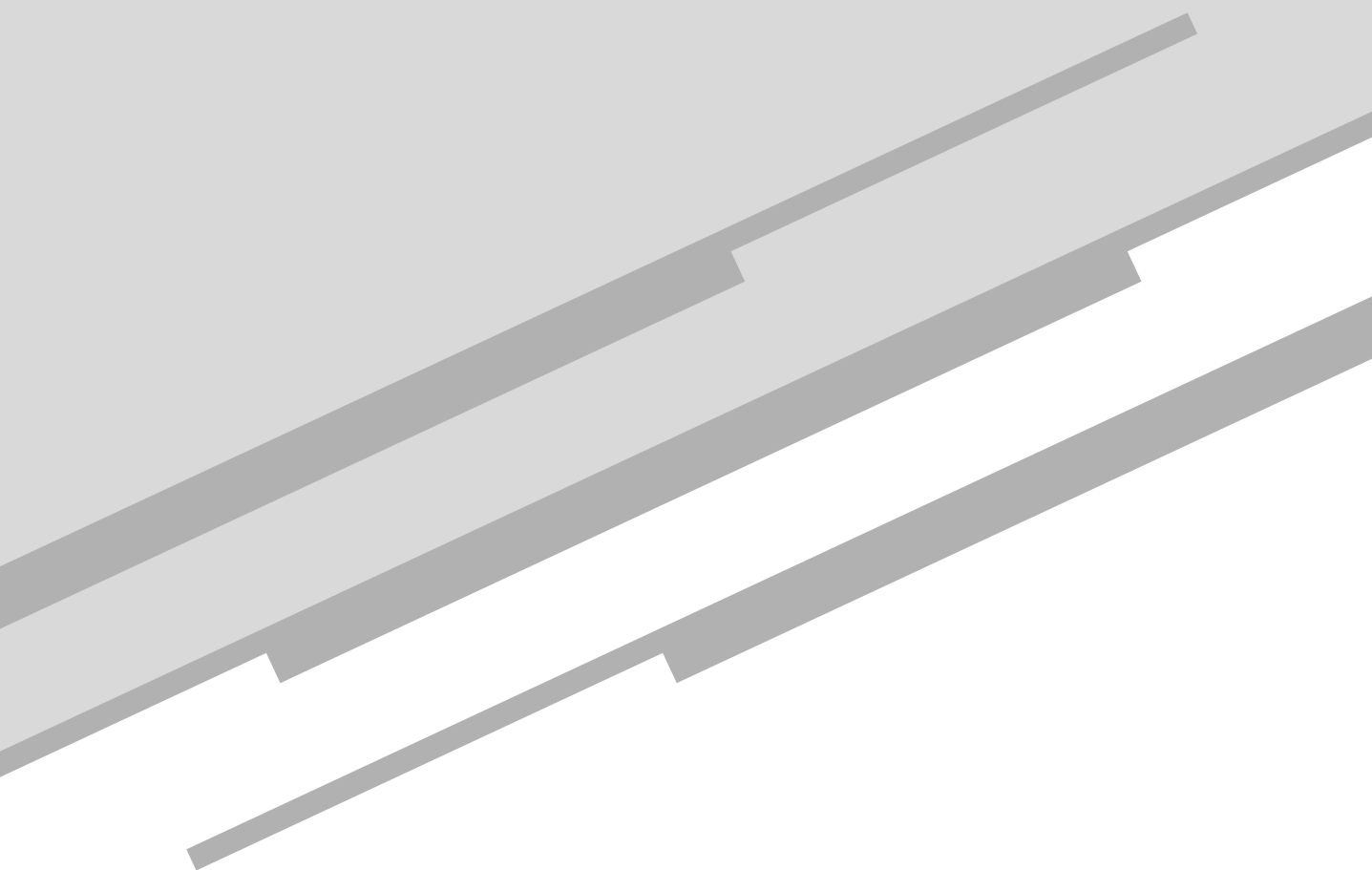
terminadas visões de mundo, contribuindo, assim, para construir uma realidade que, a princípio, pretende apenas descrever.

Sendo assim, importa ressaltar as seguintes afirmações:

- o mundo é construído na consciência do indivíduo por meio das relações dialógicas que estabelece com os seus outros significativos;
- com o surgimento e desenvolvimento da mídia, ocorreram importantes mudanças nos padrões de interação social;
- a mídia pode contribuir para a produção de imagens homogeneizantes, genéricas e superficiais sobre os indivíduos e os grupos;
- ao levar imagens e informações para sujeitos situados nos mais diferentes contextos espaçotemporais, a mídia participa do processo de construção social da realidade.

Aula 2

Relações de poder no campo midiático



Edilson Márcio Almeida da Silva

Meta

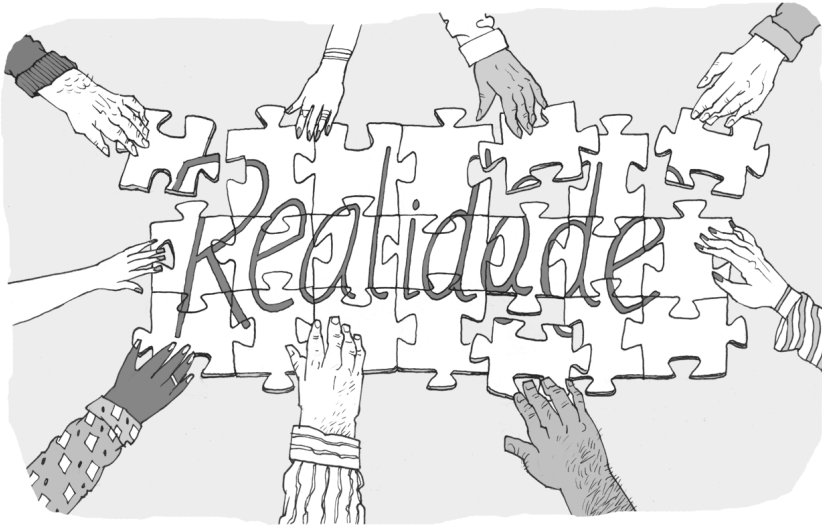
Apresentar a teoria dos *campos de poder* e a sua importância no estudo da mídia.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. definir, em linhas gerais, a teoria dos *campos de poder*;
2. reconhecer que a mídia ajusta seu discurso em função das relações de poder;
3. descrever o que são *problemáticas obrigatórias* e como a mídia é capaz de produzi-las.

Introdução



Você já viu que, com o surgimento de novas formas de produção, armazenamento e circulação de informações, nossa compreensão do mundo e do lugar que nele ocupamos tem sido cada vez mais orientada pelos produtos da mídia. Nesse sentido, pode-se argumentar que se, por si só, a mídia não cria a realidade, figura como um dos mais importantes instrumentos de sua produção e reprodução, já que atua de modo privilegiado na divulgação dos fatos tidos como socialmente relevantes. Esse tipo de atuação tem como fundamento a crença na utilidade da notícia e na função social do jornalismo, o que concorre para a consagração do discurso midiático, permitindo que, enquanto tal, este possa exercer, cotidianamente, o seu efeito de atualização e representação do real.

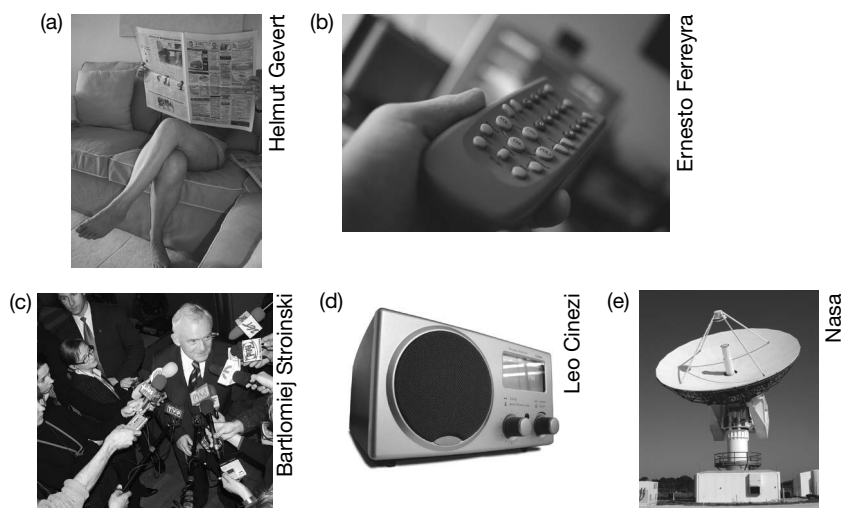


Figura 2.1: Dado o reconhecimento de que é investida, a mídia participa de forma decisiva da construção social da realidade.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/490932> (a); <http://www.freeimages.com/photo/683635> (b); <http://www.freeimages.com/photo/106233> (c); <http://www.freeimages.com/photo/1150867> (d); http://commons.wikimedia.org/wiki/File:C-band_Radar-dish_Antenna.jpg (e).

A mídia desfruta da condição de um dos principais agentes de produção e legitimação institucional de verdades do mundo contemporâneo. Se considerarmos, a exemplo do filósofo Michel Foucault (1979), que a verdade está “circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (p.11), somos então levados a admitir que os jornalistas e os órgãos que representam são, por natureza, não apenas agentes de informação, mas parte constitutiva de um verdadeiro *campo de poder*, a saber, do campo midiático.

A teoria dos campos de poder, de Pierre Bourdieu

Como bem sabemos, existem inúmeras definições de poder. Conforme sugerem Aranha e Martins (1993), por exemplo, o *poder* pode ser genericamente interpretado como “capacidade ou possibilidade de agir,

de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos” (p.180). Assim definido, o poder corresponde a “uma relação, ou um conjunto de relações pelas quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos” (p. 180). É fundamentalmente desse tipo de relação que iremos nos ocupar ao assumirmos os jornalistas e os órgãos que representam como partes constitutivas de um *campo de poder*.

O sociólogo **Pierre Bourdieu**, que originalmente desenvolveu a teoria dos campos de poder, os define como estruturas de relações objetivas, isto é, espaços estruturados de posições nos quais agentes (indivíduos) e agências (instituições), dotados de trunfos diferenciais, disputam o que chamaremos aqui, simplificadaamente, de *monopólio do poder*. De acordo com essa concepção, os *campos de poder* caracterizam-se, analiticamente, por apresentarem

relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (BOURDIEU, 2002, p. 28-29).

Ao definir os campos de poder como *estruturas de relações objetivas*, Bourdieu enfatiza que, na luta para fazerem reconhecer a sua visão como objetiva (e, portanto, legítima), agentes e agências dispõem de forças desiguais, de “pesos funcionais” distintos que dependem das relações de forças simbólicas e dos trunfos diferenciais que cada um, de acordo com sua respectiva posição no interior do campo, é capaz de acionar. Objetivamente, isso equivale a dizer que, no interior dos múltiplos e distintos campos de poder existentes (econômico, político, religioso, jurídico, artístico, científico etc.), as posições de agentes e agências não só não se equivalem, como tendem a ser desarmônicas.

Pierre Bourdieu (1930-2002)

Um dos principais sociólogos do século XX, tendo grande influência até os dias atuais. Nasceu na cidade de Denguin, interior da França. Formou-se em Filosofia, foi diretor na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e professor titular de Sociologia no *Collège de France*. Trabalhou com inúmeros temas ao longo de sua vida acadêmica (como escola, artes, dominação masculina etc.), desenvolvendo o que denominou *Teoria da Prática*.

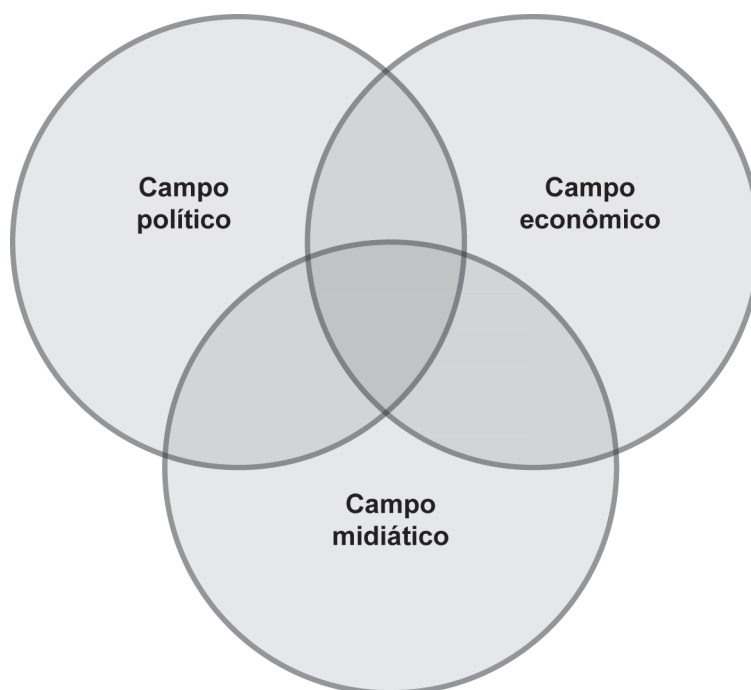


Figura 2.2: Os campos de poder são múltiplos e se interpenetram.

Campos de poder: da teoria à prática

Para tornar mais claro esse ponto, tomemos, a título de ilustração, algumas situações concretas que envolvem o campo de nosso interesse: o midiático. De início, podemos examinar algumas rotinas desenvolvidas na redação de jornais de grande e médio porte, a fim de destacar aspectos dos processos de produção das notícias que podem contribuir para uma melhor compreensão da teoria em questão. Um dos momentos fundamentais, nesse sentido, é o de realização das *reuniões de pauta*, em que as equipes de cada editoria se reúnem para definir os assuntos em que vão investir ao longo do dia.



Figura 2.3: Nas reuniões de pauta, são apresentados e discutidos os temas de potencial noticiabilidade, a fim de avaliar a sua relevância e decidir se devem ser publicados e em que lugar do jornal.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:WMUK_board_meeting_November_2011.jpg

Suponhamos que, durante uma dessas reuniões, após a leitura da pauta do dia, o editor e um dos subeditores apresentem uma divergência acerca de qual, dentre os temas apresentados, deve ocupar a primeira página, reconhecidamente a mais valorizada no jornal. Nesse caso, a despeito dos argumentos apresentados de parte a parte, parece não haver dúvidas de que a decisão a ser tomada caberá àquele que, no contexto em questão, apresente a mais elevada posição hierárquica – no caso, o editor. Agora, imagine que, ao invés de dois profissionais que possuem posições hierárquicas distintas, a discordância coloque frente a frente profissionais que ocupem o mesmo cargo como, por exemplo, dois subeditores de uma mesma seccional. Nessas circunstâncias, como se resolve o impasse? Segundo Bourdieu, levaria vantagem aquele que, em tal contexto, dispõe de mais *capital simbólico* acumulado, isto é, aquele que, entre os seus pares, possua um tanto mais de reconhecimento, prestígio, respeito, boas relações e, por conta disso, seja capaz de exercer mais influência na hora de definir o que é ou não jornalisticamente relevante.



O *capital simbólico* é uma forma de *distinção social*. Está intimamente ligado às ideias de honra, prestígio e reconhecimento, o que confere ao seu portador um crédito e, portanto, uma autoridade legítima para agir. Por meio dos capitais simbólicos, as relações sociais podem ser (e, muitas vezes, efetivamente são) convertidas em relações de poder.

Agora, deixemos de lado as disputas travadas no interior de uma mesma editoria e passemos àquelas que envolvem agentes de diferentes seccionais. Para isso, podemos tomar como referência outra atividade diária, que guarda semelhanças com as reuniões de pauta, mas difere delas em alguns aspectos específicos. Trata-se da *reunião de produção*, mais conhecida entre os jornalistas como *geral*. Nas reuniões de produção, os representantes das diferentes editorias (assuntos políticos, econômicos, internacionais etc.) reúnem-se para avaliar a edição do dia e decidir, juntamente com um representante do comando da redação, em que assuntos o jornal investirá na edição do dia seguinte. Na ocasião, são apresentados os temas tidos como mais importantes até o momento e, em seguida, definidos aqueles dos quais cada editoria vai se ocupar. Trata-se, por assim dizer, do momento em que os representantes de cada seccional “vendem” as notícias da próxima edição. Durante esse processo, é possível, por exemplo, que mais de uma editoria manifeste interesse por uma mesma notícia, a ponto de esta se tornar alvo de disputa, gerando aquilo que, no meio jornalístico, convencionou-se chamar *bola dividida*.

Em casos como esse, após cada representante das editorias expor seus argumentos, o editor-chefe pondera e, então, decide em que lugar do jornal a notícia deve ser dada, estipulando, consequentemente, quem deve dela se ocupar. Caso a prioridade temática não esteja claramente definida, mais uma vez leva vantagem aquele que dispõe de maior capital simbólico, sendo que, nesse caso, diferentemente da situação anterior, o capital simbólico não diz respeito aos **contendores** em si,

Contendor

Adversário, rival.

mas, sobretudo, às suas respectivas editorias que, dada a importância estratégica assumida para o jornal, gozam de maior ou menor prestígio em relação às demais.

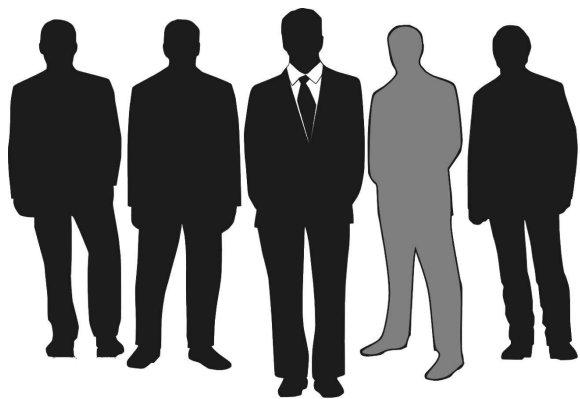


Figura 2.4: No caso de reuniões entre diferentes seccionais, caso o editor-chefe não tenha uma posição precisa sobre as prioridades noticiosas, quem dispuser de maior capital simbólico provavelmente terá vantagem na tomada de decisão.
Fonte: <http://pixabay.com/en/businessmen-leader-group-business-152572/>

Durante as reuniões de produção, o comando da redação também avalia se os seus profissionais têm se saído bem ou mal na cobertura dos fatos noticiosos. Para isso, tomam como parâmetro fundamental o trabalho desenvolvido pelos *concorrentes*. Cabe assinalar, aqui, que a categoria *concorrentes* pode englobar, pelo menos, dois significados distintos, conforme você pode perceber a seguir.

Tabela 7.1: Concorrentes (em mídia)

<i>Lato sensu</i>	<i>Strictu sensu</i>
Qualquer veículo que trabalhe com notícias (rádio, TV, internet etc.).	Exclusivamente os veículos de mesmo formato que, como tal, destinam-se a públicos semelhantes.

No caso dos *concorrentes strictu sensu*, perceberemos disputas segmentadas, como as que se dão, por exemplo, entre os jornais populares.

Nas reuniões de produção, leva-se em conta, particularmente, a concorrência *stricto sensu*, tanto que, durante a sua realização, costuma haver uma apreciação comparativa das notícias que foram “bem dadas”

e das que foram “mal dadas”, daquilo que saiu em outros jornais e não no seu, e vice-versa. Esse tipo de comparação evidencia claramente o caráter relacional dos campos de poder, dado que as disputas travadas no seu interior tanto podem ser intra quanto inter-relacionais. Dito de outro modo, tanto podem assumir uma dimensão microssociológica, como ilustram as relações concorrenciais envolvendo agentes de uma mesma empresa, quanto macrossociológica, como é possível verificar, por exemplo, nas disputas de mercado envolvendo empresas distintas, seja em âmbito local, nacional ou internacional.



David Lisbona

Figura 2.5: As redações de jornais são microcosmos em que são travadas disputas típicas do campo midiático.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/dlisbona/156484867>

A esse respeito, cumpre observar que, curiosamente, as disputas estabelecidas no campo midiático não necessariamente resultam na pluralidade de posicionamentos acerca do que, do ponto de vista jornalístico, seria mais ou menos relevante. Pelo contrário, como demonstram os estudos sobre a mídia moderna, “a concorrência, longe de ser auto-

maticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende, muitas vezes, a favorecer a *uniformidade* da oferta” (BOURDIEU, 1997, p. 108). Admitindo-se que a busca pelo furo jornalístico é apenas um dos aspectos de uma realidade mais complexa, é possível notar que, cada vez mais, os jornalistas tendem a trabalhar por meio de variações sobre o(s) mesmo(s) tema(s), o que contribui para a instalação de um quadro no qual, “em nome da concorrência, cada um se apressa em copiar o outro” (HALIMI, 1998, p. 66). A esse respeito, Patrick Champagne observa que

embora a televisão se alimente em grande parte da imprensa escrita ou das mesmas fontes que ela (essencialmente os despachos de agências), ela tem uma lógica de trabalho e leis específicas que pesam muito na fabricação dos acontecimentos. Ela age sobre os telespectadores comuns, mas também sobre os outros meios de comunicação. Não podem mais ignorar os jornalistas da imprensa escrita hoje o que, na véspera, foi manchete dos jornais televisados das 20 horas (1998, p. 64-65).

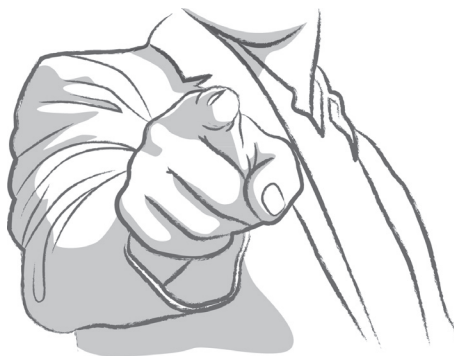
Com essa observação, pretendemos chamar a atenção para o fato de que, dada a força e a notável capacidade de penetração de alguns veículos midiáticos, aquilo que é neles noticiado acaba, muitas vezes, assumindo relevância também para os *concorrentes*, o que, evidentemente, tem consequências. Talvez a mais significativa seja a já mencionada unificação dos enfoques e discursos jornalísticos, que faz com que públicos caracteristicamente diversos acabem por se tornar destinatários dos mesmos conteúdos informativos. Como assinala, a esse respeito, o jornalista Ignacio Ramonet,

o único meio de que dispõe um cidadão para verificar se uma informação é verdadeira é confrontar os discursos dos diferentes meios de comunicação. Então, se todos afirmam a mesma coisa, não resta mais do que admitir esse discurso único... (1999, p. 45).

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

O campo de poder é, antes de tudo, um campo de lutas.



Observe atentamente a frase e a imagem apresentadas. A partir delas e da proposta teórica de Bourdieu vista nesta aula, defina *campos de poder*:

Resposta comentada

Durante a aula, você viu que, de acordo com Bourdieu, *campos de poder* são estruturas de relações objetivas em que múltiplos agentes e agências, dotados de diferentes capitais, participam de lutas pelo monopólio de definição legítima do real. Objetivamente, isso significa que, contando com trunfos diferenciais, cada um desses agentes e agências busca definir a realidade conforme os seus respectivos interesses.

Mídia e poder: orientações do discurso midiático

Baseado na sua experiência de ex-repórter do *The New York Times*, o historiador Robert Darnton (1990) chama a atenção para um importante aspec-

to do campo midiático. Segundo a sua perspectiva, os jornalistas “escrevem pensando em toda uma série de grupos de referência” (DARNTON, 1990, p. 86), que vai dos superiores hierárquicos aos colegas de trabalho, dos concorrentes ao público leitor, entre outros. Uma das consequências de tal postura é a produção daquilo que Bourdieu (1983) chama *discurso em forma*.



Discurso em forma é aquele que “deve suas propriedades mais específicas, suas propriedades de forma, e não apenas o seu conteúdo, às condições que determinam o campo de recepção onde esta coisa a dizer será ouvida” (BOURDIEU, 1983, p. 108).

Para melhor compreendermos o que isso significa, convém relembrarmos um episódio recente da história do Brasil que, segundo o nosso entendimento, coloca claramente em evidência o aspecto relacional do campo midiático. Pois bem, no mês de junho de 2013, uma série de manifestações populares, inicialmente revestidas da aparência de protestos isolados, tomaram as ruas de diferentes capitais do país, como Rio de Janeiro, Goiânia e São Paulo. Em poucos dias, as mobilizações, que tinham como motivação mais visível o aumento de vinte centavos no preço das passagens de ônibus, se transformaram num amplo e generalizado conjunto de manifestações que rapidamente se espalhou por todo o território nacional. De início, as *jornadas de junho*, como ficaram conhecidas, foram alvo de severas críticas da imprensa e de boa parte da opinião pública. De um lado, depredações do patrimônio público ocorridas durante os protestos colocavam sob suspeita a própria legitimidade do movimento. De outro, o “pouco expressivo” aumento nas tarifas dos transportes públicos parecia não ser capaz de justificar o alarido que, então, se constituía.



Figura 2.6: Em junho de 2013, centenas de milhares de manifestantes se reuniram no Centro do Rio de Janeiro para protestar contra a corrupção e por melhorias em transporte, saúde e educação.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:ABr17062013TMZ0029.jpg>

À medida que avançavam, as manifestações levavam mais e mais pessoas para as ruas, o que conferia novos e inusitados contornos ao movimento. À luta pela redução das tarifas somava-se, progressivamente, uma grande variedade de temas, que ia da má qualidade dos serviços públicos (sobretudo os de saúde e educação), passava pela corrupção política e desembocava nos gastos públicos com a preparação de mega-eventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA de Futebol e as Olimpíadas. Em resposta às reivindicações, o governo, em seus diferentes níveis, adotou um conjunto de medidas que incluía, entre outras:

- a aprovação do projeto de lei que destinava 75% dos *royalties* petrolíferos à educação e 25% à saúde;
- o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, mais conhecida como PEC 37, que retirava do Ministério Público o poder de investigação criminal;
- a revogação dos aumentos das tarifas nos transportes públicos em várias cidades do país.



Figura 2.7: As manifestações de junho de 2013 sofreram em seu início pesadas críticas da grande imprensa, mas depois foram interpretadas pela mesma como um “momento histórico”.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Protesto_no_Congresso_Nacional_do_Brasil,_17_de_junho_de_2013.jpg

Num contexto sociocultural em que mobilizações populares tendem a ser, consciente ou inconscientemente, associadas à desordem, não é de se estranhar que, pelo menos inicialmente, tenham sido muitos os que se voltaram contra os protestos. E é precisamente esse o ponto que nos interessa aqui. Conforme mencionado, se, num primeiro momento as manifestações foram alvo de duras críticas da imprensa, de especialistas e de parte da opinião pública, não tardou para que os detratores “mudassem o tom” de suas análises e passassem a tratar os protestos como um “momento histórico”, uma grande “festa cívica” etc. Diante de formadores de opinião de diversos países que, familiarizados com esse tipo de fenômeno, parecem ter ficado mais impressionados com a reação dos órgãos de imprensa brasileiros do que com as manifestações, estes se viram obrigados a, pelo menos formalmente, rever o seu posicionamento sobre o que acontecia. Evidente que, sob risco de se contradizer, os jornalistas não podiam pura e simplesmente abandonar o discurso anterior. Era preciso redimensioná-lo. A essa altura, cabe perguntar: lembra do *discurso em forma* de que nos fala Bourdieu? Pois bem, em poucos dias, a visão crítica que recaía sobre o movimento como um todo passou a ser dirigida a segmentos específicos que, por seu comportamento combativo, eram acusados de vandalismo e, significativamente, chamados *pequenos grupos*. Os manifestantes eram, então, divididos. Agora, havia os “pacíficos” e os “violentos”, os “ativistas do bem” e os “ativistas do mal”.



Como foi apontado, o campo midiático, a exemplo dos demais campos de poder, apresenta um caráter relacional que se evidencia por meio das diferentes disputas travadas em seu interior, tanto em âmbito micro quanto macrossociológico. Quando abordamos a mudança de postura da imprensa nacional frente aos protestos realizados no mês de junho de 2013, procuramos enfatizar, mais particularmente, uma dimensão macrossociológica do campo midiático, apontando como, no caso, os órgãos de comunicação de um país que se pretende democrático e moderno podem se tornar suscetíveis à influência da mídia internacional. Evidentemente, não se sustenta aqui que essa tenha sido a única ou a principal razão do que ocorreu, mas, sem dúvida, o olhar dos jornalistas do mundo sobre os jornalistas do Brasil contribuiu, em alguma medida, para a reorientação de uma cobertura que, de antemão, julgava e condenava os protestos sem sequer haver tentado entender suas motivações.

As regras do jogo



Figura 2.8: São as regras que definem como e o que pode ser feito em um jogo.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/986313>

Como assinala Bourdieu,

para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas etc. (1983, p. 89).

O *habitus*, tal qual definido por ele, corresponde a uma disposição incorporada, cultivada ou, noutros termos, a uma espécie de conhecimento adquirido, um *haver*, um capital que explica ou ensina

esta espécie de sentido do jogo [...] que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada (BOURDIEU, 2002, p. 23).

Uma vez que o *habitus* funciona em obediência à necessidade imanente do campo, espera-se que o jornalista opere tendo em vista aquilo que, por definição, “cabe” no veículo para o qual trabalha, o que o obriga

a se familiarizar “com a notícia, tanto como uma mercadoria que é produzida na sala de redação quanto como uma maneira de ver o mundo” (DARNTON, 1990, p. 97). A expressão *cabe* é utilizada, aqui, para destacar a importância, na passagem do acontecimento à notícia, de existir certa compatibilidade entre o que é midiaticamente veiculado e o horizonte de expectativas dos grupos aos quais ele se destina.



Figura 2.9: Mídias de orientações políticas distintas podem retratar o mesmo acontecimento de formas diversas, justamente por terem públicos distintos. Fato semelhante pode ser percebido nesta imagem, na qual um republicano e um democrata (EUA) apresentam, segundo diferentes perspectivas, a mesma personagem.

Fonte: <http://www.loc.gov/pictures/item/2011649596/>

Conforme observa Bourdieu, “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz” (2002, p. 31). Parte integrante do campo jornalístico, o público-alvo mantém, ainda que de forma indireta ou não manifesta, um diálogo com os veículos de comunicação, no qual tanto sofre quanto produz efeitos. O simples fato de os jornalistas escreverem orientados pela imagem que têm dos seus destinatários permite afirmar que estes, em alguma medida, interferem no processo de produção das notícias, gerando aquilo que, nos termos de Bourdieu, poder-se-ia chamar de *polidez*. A *polidez*, segundo ele, corresponde “ao resultado da transação entre o que há a dizer e as coerções externas constitutivas de um campo” (BOURDIEU, 1983, p. 108) o que revela, entre outras coisas, que “toda expressão é um ajustamento entre um *interesse expressivo* e uma *censura* constituída pela estrutura do campo em que ocorre esta expressão” (BOURDIEU, 1983, p. 108).



O Quarto Poder (EUA, 1997) é um longa-metragem dirigido por Costa-Gavras e escrito por Tom Matthews, com Dustin Hoffman e John Travolta nos papéis principais. O seu tema central é a manipulação de informações pela mídia em nome da audiência. O filme é interessante para pensarmos as relações de concorrência entre os veículos informativos e seus possíveis efeitos sobre o comportamento dos espectadores.

Embora seja inegável que, atualmente, a mídia é detentora de um “discurso autorizado” sobre o real, não devemos crer, conforme observamos anteriormente, que os fluxos de informação se constituam numa via de mão única. Muito pelo contrário; quando reconhecemos essa condição privilegiada da mídia, queremos ressaltar, por um lado, a autoridade e a credibilidade de que ela dispõe para falar dos assuntos considerados relevantes; por outro, mas não menos importante, queremos assinalar que o discurso midiático é produzido com a anuência do público-alvo e que, portanto, este não pode ser tomado como um simples consumidor dos produtos que lhe são endereçados. Conforme salienta Bourdieu,

Não podemos compreender o ajustamento das disposições às posições (que servem de fundamento, por exemplo, ao ajustamento do jornalista ao jornal e, ao mesmo tempo, ao público desse jornal, ou o ajustamento dos leitores ao jornal e, ao mesmo tempo, ao jornalista) se ignorarmos o fato de que as estruturas objetivas do campo da produção estão na origem das categorias de percepção e apreciação que estruturam a percepção e a apreciação de seus produtos (2004, p. 56).

Como se vê, a especificidade do discurso autorizado sobre o real reside “no fato de que não basta que ele seja *compreendido* [...], é preciso que ele seja *reconhecido*” (BOURDIEU, 1998, p. 91). Isso quer dizer que

a eficácia simbólica do discurso autorizado se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo (o público) reconhece quem a exerce (o agente e/ou a agência que representa) como alguém que pode exercê-lo de direito. É, precisamente, esse tipo de reconhecimento que garante a sua ampla aceitação e, ao mesmo tempo, lhe confere legitimidade.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. Uma das mais interessantes características do *campo midiático* é a produção do discurso em função do seu público-alvo. Explique e exemplifique esse processo com base no que você estudou até agora.

2. Considere o seguinte fato:

Um traficante de drogas vai parar na cadeia porque é suspeito de participar da queda de um helicóptero.

Como você imagina que dois diferentes jornais veiculariam essa informação, supondo que o público do primeiro seja as classes A e B, e o segundo tenha um apelo mais popular? Exemplifique essas duas manchetes.

- a) _____
- b) _____

Resposta comentada

Durante a aula, você viu que a mídia produz o que chamamos *discurso em forma*. Trata-se de um tipo de discurso que deve suas propriedades de forma (e não apenas de conteúdo) às condições de recepção que lhe são apresentadas. Exemplo disso pode ser encontrado, entre outros, nos diferentes tipos de enfoque e linguagem que são normalmente empregados na cobertura jornalística dos mesmos fatos, por veículos informativos destinados a públicos distintos.

Assim, enquanto a manchete *a* teria um tom mais formal (“Preso acusado de envolvimento na queda de helicóptero da PM”), a *b* seria mais

jocosa, trazendo uma manchete do tipo: “Perdeu, playboy! Lord perde a realeza e ganha trono na cadeia”. Assim, apesar de os conteúdos noticiados serem basicamente os mesmos, nota-se que, no primeiro veículo, voltado, sobretudo, para as classes A e B, há a produção de um discurso que busca informar objetivamente, sem tentar provocar o envolvimento emocional do leitor. Já no segundo, assumidamente popular, observa-se um discurso que tem por base uma linguagem mais apelativa, simples, de base oral, que lembra muito a conversação informal.

A mídia e os temas que mobilizam a sociedade

Para concluir nossa aula, não poderíamos deixar de fazer menção às *problemáticas obrigatórias*, uma importante noção no pensamento de Pierre Bourdieu.



Problemáticas obrigatórias são temáticas prevalecentes em abordagens e discussões de um dado contexto sócio-histórico que, como tais, fazem parte de um “repertório de lugares-comuns” ou “conjunto de questões obrigatórias que definem o campo cultural de uma época” (BOURDIEU, 2001, p. 207).

Para melhor entendermos o que isso significa, podemos tomar como exemplo o debate em torno da redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos de idade. A finalidade da redução, segundo os defensores da proposta, seria fazer com que adolescentes infratores respondam por seus atos conforme as penalidades previstas no Código Penal e não mais pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a aplicação de medidas socioeducativas. Como mostram episódios recentes, basta a ocorrência de um cri-

me de repercussão envolvendo menores de idade para que seja retomado o debate que há décadas vem sendo travado no Brasil. Dada a sua amplitude e recorrência, a temática da redução da maioridade penal pode ser classificada como uma *problemática obrigatória*, uma vez que praticamente toda a sociedade brasileira mobiliza-se a seu respeito, seja para defender a causa, seja para se posicionar contra ela, num processo que Bourdieu, apropriadamente, definiu como uma *espécie de consenso no dissenso*.



Conforme mencionado, dadas as transformações relativas à produção, armazenamento e fluxo de informações na contemporaneidade, a visibilidade dos fenômenos sociais encontra-se relacionada ao modo como estes são (ou não) tratados pela mídia. Por essa razão, não há como deixar de reconhecer que a mídia goza, hoje, do *status* de um ator fundamental na produção das *problemáticas obrigatórias*. Evidentemente, não queremos dizer com isso que tais problemáticas sejam criadas, única e exclusivamente, pela mídia. Em vez disso, sustentamos que elas devem ser encaradas como o resultado das relações dialéticas que se estabelecem entre os diversos campos de poder (econômico, político, jurídico, científico, artístico etc.), campos esses que, vale lembrar, não apenas coexistem como se interseccionam, se intercomunicam e, consequentemente, influenciam uns aos outros.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

O leitor lê o que nós queremos que ele leia! Pode ser feeling, ou seja lá o que for, mas o fato é que nós dizemos para o público leitor o que é importante, o que ele deve ler!

Essas afirmações foram feitas por um jornalista durante uma entrevista sobre os processos de produção das notícias num jornal de grande circulação do Rio de Janeiro. A partir desse fragmento, diga qual o papel da mídia na construção das *problemáticas obrigatórias*.

Resposta comentada

Vimos que não há como sustentar que as *problemáticas obrigatórias* sejam criadas, única e exclusivamente, pela mídia. A despeito de sua importante participação no processo, é preciso reconhecer que existe uma intercomunicação entre os diferentes campos de poder, o que faz com que as *problemáticas obrigatórias* sejam, necessariamente, resultantes das relações dialéticas estabelecidas entre eles.

Resumo

Ao longo desta aula, vimos que:

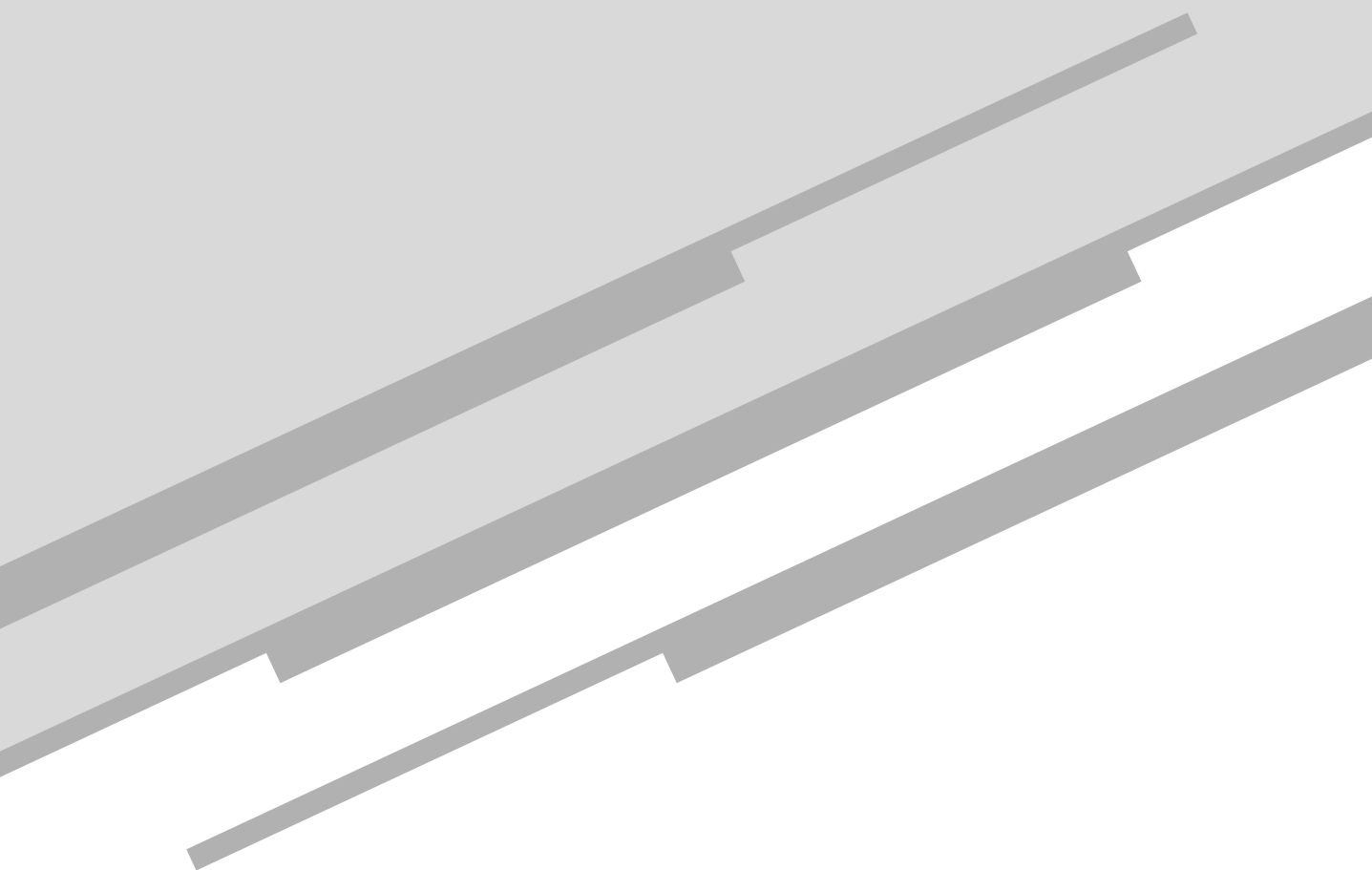
- Os campos de poder correspondem a estruturas de relações objetivas, isto é, espaços estruturados de posições nos quais agentes (indivíduos) e agências (instituições) disputam o monopólio do poder.
- Jornalistas (e os órgãos que representam) são parte constitutiva de um verdadeiro *campo de poder*: o *campo midiático*.
- As *problemáticas obrigatórias* são temáticas prevalecentes nas abordagens e discussões de um dado contexto sócio-histórico que, como

tais, fazem parte de um “repertório de lugares-comuns” ou “conjunto de questões obrigatórias que definem o campo cultural de uma época” (BOURDIEU, 2001, p. 207).

- Há uma importante participação da mídia na construção das *problemáticas obrigatórias*, que mobilizam a sociedade em determinado período sócio-histórico.
- Os jornalistas escrevem pensando em toda uma série de *grupos de referência*. Uma das consequências de tal postura é a produção do *discurso em forma*, que “deve suas propriedades mais específicas, suas propriedades de forma, e não apenas o seu conteúdo, às condições que determinam o campo de recepção onde esta coisa a dizer será ouvida” (BOURDIEU, 1983, p. 108).
- A especificidade do discurso da mídia (que é um dos *discursos autorizados* sobre o real) reside “no fato de que não basta que ele seja *compreendido* [...], é preciso que ele seja *reconhecido*” (BOURDIEU, 1998, p. 91). É precisamente esse tipo de reconhecimento que garante a sua ampla aceitação e, ao mesmo tempo, lhe confere legitimidade.

Aula 3

Discursos da violência



Edilson Márcio Almeida da Silva

Metas

Demonstrar que a violência é uma representação dotada de múltiplas significações possíveis.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer que os significados da violência variam de acordo com a época, o lugar, os indivíduos e os grupos;
2. analisar a violência como uma representação do real;
3. identificar que existe um discurso social dominante sobre a violência no Brasil e que ele se encontra amplamente presente nos grandes veículos de comunicação.

Introdução



Figura 3.1: A variedade de discursos.

Uma das mais notáveis consequências do caráter relacional dos campos de poder é a geração daquilo que Bourdieu denominou de *problemáticas obrigatórias*. Dotadas de especial interesse numa dada época e lugar, as problemáticas obrigatórias são resultado de um processo no qual empresários, partidos políticos, artistas, grupos de pesquisa, entre outros, investidos dos seus respectivos capitais, lutam para definir a realidade conforme os seus interesses.

Dada a progressiva importância assumida pela mídia na produção de visibilidade dos fenômenos sociais, pode-se dizer que os jornalistas e os veículos informativos, não só participam de tais lutas como dispõem de um importantíssimo capital que lhes habilita a atuar de forma notadamente decisiva na definição das problemáticas obrigatórias. Mas, afinal, em se tratando de Brasil, quais seriam as atuais problemáticas obrigatórias? Dentre elas, haveria alguma que se destaque? Vejamos.

A violência como problemática obrigatória

Sem sombra de dúvidas, atualmente, uma das principais, senão a principal problemática obrigatória no Brasil, é a **violência**. Não é de hoje que os habitantes dos grandes centros urbanos a apontam como o principal problema social enfrentado no país.

Violência

“Vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou brávio, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a ‘vis’, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego da força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais profundamente, a palavra ‘vis’ significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital” (MICHAUD, 1989, p. 8).



Magharebia

Figura 3.2: A violência é considerada uma das mais importantes problemáticas obrigatórias do Brasil contemporâneo.

Fonte: <https://flic.kr/p/99UNtn>

Mas, antes de nos aprofundarmos na discussão sobre a construção social da violência, é preciso definir mais claramente com que tipo de fenômeno estamos lidando, uma vez que, ao contrário do que sugere o senso comum, não se trata de algo simples ou trivial.

A despeito da importância da etimologia, é inegável que os sentidos das palavras são também definidos pelo seu uso.



Figura 3.3: Uma mesma palavra pode ter múltiplos significados, dependendo do seu uso.

Assim como na palavra *mala*, utilizada no quadrinho, pode-se dizer que o mesmo se passa com o emprego da palavra *violência*, muito embora, como assevera Flores, o termo faça parte do rol das “palavras

que, pelo uso tornado corrente, parecem dispensar definições. Seriam consensuais; todos saberiam do que estão falando à simples leitura ou enunciação” (1995, p. 7).

Isso quer dizer que, dado o seu uso constante nos discursos dos diferentes indivíduos e grupos, a palavra *violência* apresenta-se como algo a que todos parecem se referir inequivocamente, segundo a mesma perspectiva e com os mesmos sentidos. Nessa acepção generalista, o termo se reveste de um sentido único, o que, entre outras consequências, dificulta a identificação dos fenômenos em questão, assim como a compreensão da sua complexidade.

Buscando questionar essa óptica, Soares e Carneiro esclarecem que “a violência não apenas ensejou interpretações diversas e até opostas, como realizou-se enquanto valor negativo e positivo, seja para sociedades ou grupos sociais específicos, seja para filósofos e estudiosos do social” (1996, p. 23). Prova disso reside, por exemplo, nas análises empreendidas por Clastres (2004) sobre as “sociedades primitivas”, nas quais a guerra, concebida por muitos como a maior expressão da violência, tende a ser tomada como algo não só desejável, mas fundamental para a própria continuidade da vida social.



Figura 3.4: O significado de violência é múltiplo, podendo variar conforme o grupo social, a época ou o lugar.

Dada a inexistência de um acordo semântico ou ético-cultural acerca dos significados da *violência*, é preciso reconhecer que não há como pretender abarcar todas as suas manifestações numa definição uniforme que não seja, ao mesmo tempo, vaga e superficial. Diante da impossibilidade de construção de um conceito uno e sintético, ao invés de tratarmos da *violência*, no singular, parece-nos mais apropriado falarmos, conforme

propõe Misse, em “violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades” (1999, p. 38). Caso contrário, corremos o risco de reduzir a expressividade da palavra e, com isso, interpretá-la, simplesmente, como o inverso da ordem, da paz ou do “bom funcionamento” das instituições sociais.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Observe com atenção as figuras apresentadas e a frase que vem a seguir.



Soldados da 1ª Guerra Mundial posando para foto.

Fonte: <https://flic.kr/p/2X6XHg>



Execução política no México em 1910.

Fonte: <http://loc.gov/pictures/resource/ggbain.15852/>

Quem mata um homem é chamado de assassino, quem mata milhares é chamado de herói.”

Charles Chaplin

Na sua opinião, as ilustrações apresentadas podem ser associadas à violência? Como os aspectos locais, sociais e históricos interferem nessa percepção?

Resposta comentada

Apesar de se inscrever no rol das palavras que, pelo uso corrente, dispensam definições, a *violência* é múltipla nas suas manifestações e nas suas significações. Isso quer dizer que, dependendo do contexto, dife-

rentes fenômenos podem ser classificados como violentos, razão pela qual, ao invés de falarmos em *violência*, no singular, faz-se mais apropriado falarmos em violências, no plural.

A violência como representação

Como aponta Zaluar (1999), embora pareça se tratar de uma noção autoevidente e plena de significado, é “a percepção do limite e da perturbação e do sofrimento que provoca que vai caracterizar um ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente” (p. 28). Isso quer dizer que aquilo a que, em cada contexto, chamamos de violência corresponde, sempre e inevitavelmente, a uma descrição seletiva da realidade. Por referir-se a uma determinada maneira de observar, classificar e descrever a realidade, consideramos que aquilo a que se convencionou chamar de “violência” pode ser melhor compreendido se tomado como uma *representação*, isto é, enquanto “uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes” (SILVA, 1993, p. 131).

Admitindo que a *violência* é uma representação e, portanto, não corresponde a uma definição neutra da realidade, poderíamos nos perguntar como se posicionam a esse respeito aqueles que formalmente são responsáveis por informar os cidadãos, no caso, como os jornalistas brasileiros encaram a *violência*? A que tipos de fenômeno eles costumam conferir tal denominação? E, não menos importante, que agentes ou atores são apontados por eles como responsáveis pela sua existência e difusão?

Para responder a essas questões, uma primeira observação a ser feita diz respeito à já mencionada imprecisão que acompanha o emprego do termo *violência*. Um olhar panorâmico sobre as reportagens apresentadas por diferentes veículos de comunicação do país nos permitem constatar que um sem-número de fenômenos podem ser rotulados de *violência*, de um tiroteio a uma agressão física, de um assalto a um acidente automobilístico, entre outros.

O uso desmesurado e pouco criterioso conferido ao vocábulo pode ser ilustrado, por exemplo, por uma matéria publicada na edição do dia 20 de junho de 2005 do jornal *O Globo*. Na reportagem, intitulada “Vio-

lência Reciclada”, noticia-se a inauguração de um parque de diversões num bairro na Baixada Fluminense, na qual há poucos meses ocorrera aquela que ficou conhecida como a maior chacina da história do Rio de Janeiro. Segundo a reportagem, o parque teria sido construído com ferro derretido de armas recolhidas durante a Campanha Nacional do Desarmamento.

O objetivo seria fazer com que a área de lazer se tornasse “um símbolo do combate à violência e um marco da campanha”. O curioso, no caso, é que o termo violência é empregado, alternadamente, no título e no corpo do texto, de formas tão distintas quanto controversas. No título, pode-se observar que o termo violência é utilizado para se referir a instrumentos mortíferos, de tal modo que, ali, armas e violência são tomados como uma única e mesma coisa. Já no corpo do texto, o vocábulo é associado a um dos efeitos do uso desconcentrado das armas de fogo, o que demonstra que, dependendo da interpretação ou do sentido que se lhe pretende conferir, a violência pode ser tomada tanto como um meio ou recurso (no caso, as armas de fogo), quanto como uma consequência do seu emprego.

Para confirmar a existência dos múltiplos usos midiáticos da palavra violência, basta circularmos aleatoriamente por alguns *sites* de notícias brasileiras. Assim procedendo, verificaremos, por exemplo, que na edição do dia 12 de junho de 2014 do UOL Notícias consta uma reportagem intitulada *Zona leste de São Paulo é palco de violência em manifestações anticopa*, na qual se noticia um protesto em que cerca de 200 *black blocks* teriam entrado em confronto com a polícia, ateando fogo ao lixo e destruindo diversas placas sinalizadoras.

Já na versão *on-line* do jornal gaúcho *Zero Hora*, do dia 1 de setembro de 2014, encontraremos uma reportagem intitulada *Dois foram mortos no amanhecer, em Alvorada*, cuja chamada de alto de página é a seguinte: *Violência na Região Metropolitana*. Por fim, na edição *on-line* do jornal capixaba *A Gazeta*, do dia 10 de abril de 2012, nos defrontaremos com uma reportagem intitulada *Vítimas de violência não denunciam*, por meio da qual ficamos cientes de que, dentre os moradores do Espírito Santo que no ano de 2012 foram vítimas de crimes como assalto, estupro, furto e homicídio, apenas 41% procuraram a polícia para registrar queixa.

Como se vê, embora os sentidos variem, o que se percebe é que a ideia de violência encontra-se, diretamente, associada a práticas criminosas, não ficando claro, porém, se há distinção entre um e outro ou, ainda, se aquela antecede, sucede ou ocorre concomitantemente à exis-

tência destas. A bem da verdade, pode-se mesmo afirmar que, via de regra, violência e crime tendem a ser tratados como simples sinônimos. Prova disso reside, por exemplo, no uso que normalmente se faz na mídia brasileira da expressão os “números da violência” para se referir aos índices de criminalidade monitorados por institutos de pesquisa, órgãos de segurança pública e ONGs.

Na versão *on-line* do jornal *Folha de S.Paulo*, encontramos uma boa ilustração desse tipo de uso. Especificamente, na seção *Cotidiano*, há um espaço denominado *Radar da Violência* que se propõe a fazer um mapeamento dos locais de ocorrência dos crimes em São Paulo, apontando a sua distribuição pelas diversas regiões da cidade. O levantamento é realizado a partir de estatísticas mensalmente disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública que, por sua vez, são construídas com base em registros policiais.

Empregada dessa forma, ou seja, em situação de igualdade com aquilo que é juridicamente definido como crime, a violência assume um *sentido genérico* e amórfico, o que lhe permite ser tratada como algo autoevidente, que todos sabem o que é e que, portanto, não se faz necessário explicar ou definir. É isso o que ilustra a reportagem intitulada *Violência do Rio espanta até migrantes*, publicada na edição do dia 21 de maio de 2005 do jornal *O Globo*, na qual se afirma que: “a violência do Rio é o que mais choca os migrantes do sertão nordestino, acostumados a dormir de portas abertas e que só conhecem tiroteios pela TV”.

Deve-se observar que, mais do que ao tiroteio em si, a caracterização da violência, no caso, a associa a um mal genérico, do qual os tiros seriam apenas uma manifestação empírica. Nesse sentido, dado o contorno superficial e impreciso que lhe é imposto, a *violência* acaba por ser tratada como algo que parece existir por si mesmo (naturalmente, portanto) e os fenômenos a que se refere, configurados como ações sem sujeito ou, quando muito, como ações de autoria indeterminada.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Observe com atenção as imagens abaixo:



Alpuerto

Fonte: <https://flic.kr/p/6DJPJW>



Neil Moralee

Fonte: <https://flic.kr/p/dntUbt>

Segundo o filósofo José Ferrater Mora, “contrariamente ao significado etimológico, representação não representa, não reflete um objeto e um sujeito que existiriam sem ela, ela mesma é objeto e sujeito, ela é a realidade mesma”.

Nas imagens apresentadas, a violência é retratada de formas distintas. Baseados na citação de José Ferrater Mora, seria correto afirmarmos que a violência é uma representação? Por quê?

Resposta comentada

Quando afirmamos que a violência é uma *representação*, queremos dizer com isso que, ao invés de um fenômeno dotado de significação própria, única e universal, trata-se de uma descrição seletiva da realidade, isto é, de uma construção simbólica que destaca e recorta determinados aspectos das relações sociais, cujos agentes, direta ou indiretamente envolvidos, consideram relevantes.

A leitura teórica ou erudita da violência

Tal qual se verifica na última reportagem mencionada, a violência costuma ser representada em conformidade com o que Da Matta chama de seu discurso teórico ou **erudito**. Segundo o antropólogo, a mais importante característica desse discurso reside no instituto de

Erudição

Uma instrução vasta e variada, adquirida sobretudo pela leitura e pelo estudo, nomeada e direcionada a um conhecimento de cunho acadêmico.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Erudi%C3%A7%C3%A3o>

um acentuado viés normativo, jurisdicista, formalista e/ou disciplinador, através do qual se defendem ou se atacam o ‘governo’ e o Estado, com a crítica assumindo como fundamentais as ausências de ‘autoridade’ e de justiça (1993, p. 179).

Problemas como a “violência” são encarados como sintomas de desordem e, por isso mesmo, tratados como produtos autoevidentes da falta de Estado, em suas várias dimensões.



Mioló

Figura 3.5: A leitura erudita da violência sinaliza, assim, para a existência de uma “concepção do Estado como grande algoz ou o gigantesco patrão – como o responsável, com todas as suas leis, normas, decretos, portarias, etc., por nossa felicidade ou miséria”. (DA MATTA, 1993, p. 180).

Fonte: <https://flic.kr/p/aa4V9>

Em consonância com isso, Soares e Carneiro afirmam que,

no caso brasileiro, articulam-se, ao nível dos valores, a atribuição de responsabilidade central à intervenção regulativa do Estado com a percepção de seu absenteísmo, refletido, segundo a própria avaliação popular, na difusão impune da violência, dos mais diferentes tipos, nos mais variados níveis. Por isso, em razão da ausência ou capitulação do Estado, supõe-se, a ‘criminalidade’ assume proporções dramáticas. Assim, o Estado está no centro apenas no plano das representações e dos valores, não na realidade, tal como observada por boa parte da população (1996, p. 49-50).

Devido a esse confronto entre uma visão idealizada do Estado, que o concebe como um todo-poderoso sempre prestes a socorrer quem dele necessita, e outra que o acusa de omissão quanto à garantia da segurança civil dos cidadãos, constrói-se uma percepção do avanço da criminalidade e da violência como uma ruptura da ordem, cuja consequência

mais visível é o progressivo aumento das demandas de segurança por parte dos cidadãos. Não raro, as representações daí resultantes tendem a reforçar a permanência de uma ideologia militarista no âmago das diversas esferas sociais (política, econômica, intelectual etc.) que, em alguma medida, participam do debate e da formulação das políticas de segurança no Brasil.



Figura 3.6: Diferentes visões do Estado podem gerar concepções semelhantes da violência.

Conforme explica Da Matta, no discurso teórico ou erudito,

a violência não é uma expressão da sociedade, mas uma resposta funcional (e racional) da sociedade a alguma coisa. Como se a violência e o violento fossem acidentes ou anomalias provocados por determinado tipo de sistema (1993, p. 178).

Assim caracterizado, isto é, tomado como parte de uma *disfunção sistêmica*, o fenômeno violento é explicado com base no pressuposto de falência geral do Estado que, conforme o raciocínio apresentado, revela-se

incapaz de reagir ao comportamento desviante e, ao mesmo tempo, de garantir o exercício das liberdades fundamentais, fazer justiça e velar pelo desenrolar pacífico da vida social.



Rafael Holanda Barroso

Figura 3.7: Manifestantes invadem o Palácio do Planalto. A violência é tratada por muitos como uma “falência geral do Estado”.

Fonte: <https://flic.kr/p/eQguR1>

Uma vez que a violência é definida dessa forma, quaisquer modalidades de ação criminosa são tomadas como indícios ou *sintomas* de um mesmo *problema social* que engloba e unifica, a um só tempo, toda uma variedade de ações tidas como potencial ou efetivamente ameaçadoras. Por meio de uma inusitada transfiguração, eventos isolados e pontuais deixam de ser reconhecidos como dotados de significação própria e passam a ser como que envolvidos por uma espécie de *sujeito social antissocial*, tornando-se, assim, parte de um fenômeno mais amplo, ao mesmo tempo homogêneo e autoevidente.

Conclusão

Conforme procuramos assinalar, há um discurso social dominante sobre a violência no Brasil que está presente em boa parte senão na maioria dos meios de comunicação. O chamado discurso erudito é tido como a leitura mais prestigiosa da violência entre nós e, como afirma Da Matta, caracteriza-se por tratar a violência e o violento como se fossem “acidentes ou *anomalias* provocados por determinado tipo de sistema” (1993, p. 178, grifo nosso).



A ideia de tratar a *violência como uma anomalia* é diretamente inspirada nas ciências naturais. O termo é empregado para mostrar que algo na *sociedade* não está funcionando adequadamente. O pressuposto teórico, no caso, é que a sociedade corresponde a um organismo vivo, um organismo social que, para se manter saudável, precisa de todos os seus órgãos funcionando de forma plena, integrada e harmônica.

Logo, quando acontece de um importante órgão, como o Estado, deixar de cumprir satisfatoriamente suas funções, a tendência é que o organismo venha a adoecer, desenvolvendo, assim, em maior ou menor grau, características patológicas.

Senso comum

Designação dada “ao conhecimento adquirido por tradição, herdado dos antepassados e ao qual acrescentamos os resultados da experiência vivida na coletividade a que pertencemos [...] O senso comum não é refletido e se encontra misturado a crenças e preconceitos. É um conhecimento ingênuo (não-crítico), fragmentário (porque difuso, assistemático e muitas vezes sujeito a incoerências) e conservador (resiste às mudanças).” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 35).

É claro que, apesar de ser o mais conhecido e influente, o discurso erudito não é o único produzido sobre a violência no Brasil. Há outros, como aquele a que o próprio antropólogo chama de discurso popular ou de **senso comum** que, diferentemente do discurso erudito, tem por base as experiências diárias, pessoais e concretas dos sujeitos, de modo que o descontrole, a briga e a agressão constituem a sua mais recorrente expressão.

Por essa razão, afirmamos que violência pode ser mais bem compreendida se, ao invés de um conceito, for tomada como uma representação. Conforme postula Durkheim, a “vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de representações” (1970, p. 16). No que concerne mais particularmente às representações coletivas, o sociólogo assinala que elas

são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e seu saber (DURKHEIM, 1983, p. 518).

Isso significa que as representações coletivas são constituídas a partir das interações sociais estabelecidas entre indivíduos e grupos. Elas sintetizam o que os homens pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cerca, razão pela qual podem ser interpretadas como formas de conhecimento socialmente produzidas.

Ao afirmarmos que as representações são formas de conhecimento socialmente produzidas, não assumimos, porém, tal qual propõe Durkheim, que as representações sejam produzidas pela sociedade como um todo. Pelo contrário, em se tratando de uma realidade complexa como a que vimos estudando, é preciso reconhecer que elas não são, nem podem ser universais ou homogêneas. As representações são, isso sim, produzidas e difundidas de acordo com as respectivas capacidades apresentadas pelos agentes e atores sociais no sentido de definir a realidade conforme os seus interesses e, portanto, nos seus termos.

Como afirmamos, a violência não corresponde a uma descrição neutra da realidade que, como tal, apenas reflete a existência de um conjunto expressivo de práticas da vida cotidiana nas grandes cidades, tais como assaltos, roubos, assassinatos etc. Antes disso, trata-se de uma espécie de “mapa” simbólico, de descrição seletiva da realidade que, tomando por referência determinados tipos de comportamentos socialmente aprovados, discrimina sujeitos e cursos de ação que com eles não se identificam. A esse respeito, convém salientar que, dadas as distintas situações de interesses, nem todos os sujeitos vão se sentir igualmente afetados e, portanto, vão conferir igual importância aos mesmos fenômenos, o que implica reconhecer que aquilo que se configura como violento para determinados indivíduos, grupos ou segmentos não necessariamente o será para os demais.

Uma perspectiva que, até certo ponto, contribui para a compreensão do problema em tela pode ser encontrada na teoria do desvio social. Como explica Becker (1977), toda sociedade se organiza com base em regras, que tanto podem ser formalmente promulgadas sob a forma de leis, quando derivar de acordos informais que, por sua vez, são capazes de gerar as mais diversas sanções.



Oscar Cortés

Figura 3.8: Quando uma regra é imposta, aquele que se supõe tê-la transgredido passa a ser visto como um tipo especial de pessoa, alguém que não se espera que viva segundo as regras com as quais o grupo concorda. Ele torna-se um marginal ou desviante.

Fonte: <https://flic.kr/p/6wmQfc>

O ponto central em relação ao desvio social reside precisamente no fato de que ele é criado pela sociedade. Ou, dito de outro modo, os grupos sociais criam o desvio ao fazerem regras que serão infringidas e, não menos importante, ao aplicar essas regras a sujeitos particulares e rotulá-los como marginais ou desviantes. Isso significa que o desvio não deve ser tomado como uma qualidade do ato que o indivíduo comete, mas como uma consequência da aplicação por outros indivíduos de regras e sanções a um “transgressor”. O desviante é, nesse sentido, alguém a quem o rótulo foi aplicado com sucesso, ou seja, comportamento desviante é aquele comportamento que determinadas pessoas e/ou grupos rotulam como tal.

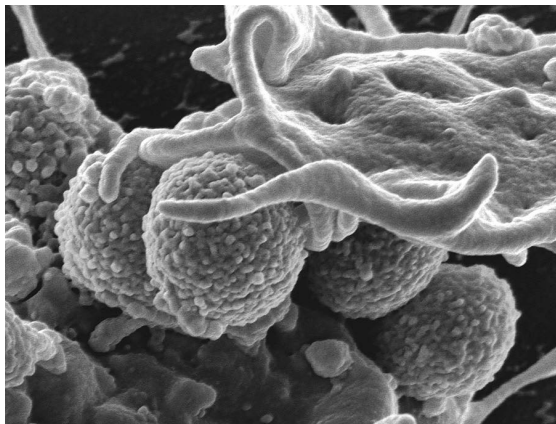
Sendo assim, a classificação do ato desviante irá depender do modo como o entorno social reage a ele, uma vez que “o grau em que um ato será tratado como desviante depende [...] de quem comete o ato e de quem sente que foi prejudicado por ele” (BECKER, 1977, p. 63). Donde concluímos que as regras são, por natureza, aplicadas mais a alguns sujeitos (individuais ou coletivos) do que a outros. Se isso se verifica até mesmo em sociedades tidas como igualitárias, numa sociedade marcadamente hierárquica e desigual como a brasileira, não há como negar que a maneira como as regras vão se aplicar será bastante diferenciada, obser-

vando-se, conforme o caso, os cortes socioeconômicos ou de gênero, as linhas étnicas ou ocupacionais, entre outros critérios de ordem substantiva.

A esse respeito, conforme lembra Kant de Lima, não deixa de causar espanto o fato de que numa sociedade como a brasileira, que tem por traz de si um passado de vários séculos de organização social escravocrata, venha se falando, cada vez mais, em “aumento” da violência. Sem desmerecer a relevância do problema em questão, pretendemos assinalar, aqui, que a violência só se impõe como problema socialmente significativo a partir do momento em que a questão é vocalizada por agentes e atores sociais específicos. Daí a necessidade de chamarmos a atenção do leitor para a importância dos processos de *evocação* e das *condições sociais de evocação* de determinados problemas como a *violência*, que encontram na grande mídia, certamente não o único, mas um dos seus principais canais de difusão e visibilidade.

Atividade Final

Atende ao objetivo 3



Célula do sistema imune (com prolongamentos) atacando um corpo estranho (bactéria globular).

Fonte: <https://flic.kr/p/a4RLq5>

A imunidade se constitui no conjunto de estruturas e mecanismos que garantem ao indivíduo sua integridade contra a invasão e a colonização por outros indivíduos da mesma espécie ou de espécies diferentes.

Denominamos genericamente resposta imune o conjunto de mecanismos que decorrem de reações e interações entre moléculas e/ou células de um indivíduo contra um dado elemento estranho (por exemplo, um patógeno ou uma toxina).

(Adaptado de *Imunologia I*, de Lílían M. G. Bahia Oliveira e Milton M. Kanashiro, publicado pela Fundação Cecierj, em 2010)

Relacione o funcionamento do sistema imunológico humano, tal qual descrito anteriormente, ao discurso teórico ou erudito da violência.

Resposta comentada

De acordo com Roberto Da Matta, o *discurso teórico* ou *erudito*, considerado a leitura mais prestigiosa da violência no Brasil, caracteriza-se fundamentalmente por interpretá-la como uma resposta funcional e racional da sociedade a alguma coisa, ou seja, por conceber a violência e o violento como se fossem acidentes ou anomalias provocados por um determinado tipo de sistema social.



Resumo

Ao longo desta aula, vimos que:

- Uma das principais, senão a principal *problemática obrigatória* no Brasil contemporâneo, é a violência. Há tempos, os habitantes dos centros urbanos a apontam como o principal problema social enfrentado no país.
- Os sentidos da violência variam conforme o contexto sócio-histórico e/ou cultural.
- Embora frequente os discursos de diversos indivíduos e grupos, a palavra *violência* não corresponde a um conceito. Trata-se, ao invés disso, de uma representação, isto é, de uma descrição seletiva da realidade que discrimina determinados cursos de ação, tendo por referência comportamentos socialmente aprovados.
- No Brasil, há um discurso sobre a violência que a representa como produto da ausência do Estado. Esse discurso, chamado de *teórico* ou *erudito*, é o que se encontra mais amplamente presente nos grandes veículos de comunicação do país.

Aula 4

Representações midiáticas da violência no
Rio de Janeiro

Edilson Márcio Almeida da Silva

Meta

Discutir os fundamentos da caracterização do Rio de Janeiro como cidade violenta.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o papel da mídia na construção da imagem do Rio de Janeiro como cidade violenta;
2. relacionar os atuais discursos sobre violência no Rio de Janeiro às mudanças nos padrões de criminalidade ocorridos nas últimas décadas;
3. identificar o lugar de destaque conferido ao tráfico de drogas nas representações sobre a violência carioca.

Introdução



Figura. 4.1

Fonte: <http://www.malvados.com.br/cidadedomedo/cidadedomedo4.html>

Como discutimos em outra oportunidade, a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, houve uma considerável ampliação do alcance das formas comunicativas, o que permitiu a sua extensão para além dos contextos de intercâmbio social direto. Com isso, não só os indivíduos adquiriram a possibilidade de obter informação em variadas fontes, como de se comunicar uns com os outros sem haver a necessidade de partilharem do mesmo ambiente espaçotemporal.

Todavia, se, por um lado, o avanço da mídia trouxe ganhos indiscutíveis como, por exemplo, a agilização no fluxo de informações entre os sujeitos, por outro, favoreceu a propagação de estereótipos sobre coisas, pessoas e lugares. E um desses estereótipos diz respeito, precisamente, a certa imagem que costuma ser associada à cidade do Rio de Janeiro.

A violência como representação do Rio de Janeiro

Por uma série de razões, tornou-se uma espécie de lugar-comum caracterizar o Rio de Janeiro como uma cidade violenta. Há tempos, esse tipo de representação, que perpassa os mais diversos discursos sociais, tem sido reafirmado, com notável destaque, nos noticiários de grande circulação do país. Curiosamente, a despeito de apresentar índices de criminalidade similares e, em alguns casos, inferiores aos de outras capitais, o espaço conferido pela mídia aos problemas relativos à segurança pública no Rio é bastante desigual do destinado às mesmas temáticas nas demais localidades brasileiras.

Em interessante análise de textos publicados nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Agora SP*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *O Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia*, as pesquisadoras do Cesec/Ucam, Silvia Ramos e Anabela Paiva, confirmam a tese de que o Rio de Janeiro encontra-se no centro da cobertura nacional sobre violência, criminalidade e segurança. Conforme os dados obtidos em sua pesquisa, “quase a metade dos textos analisados diz respeito ao estado, enquanto os 51,8% restantes se dividem entre São Paulo (21,3%), Minas Gerais (17,5%) e outros estados (6,4%)”.

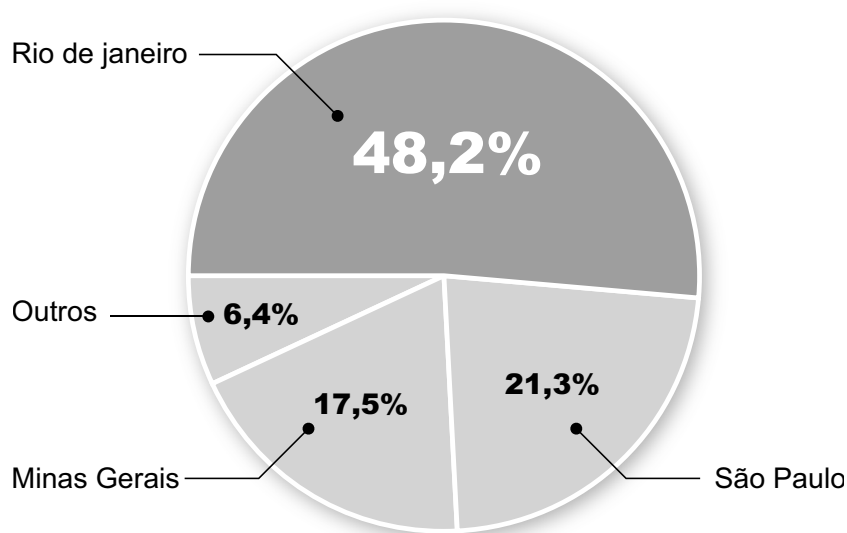


Figura 4.2: Percentual de notícias com temáticas de cada estado nos principais jornais do país.

O estudo detalha, ainda, que os jornais a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* dedicam considerável espaço às notícias concernentes ao Rio de Janeiro. Segundo as autoras,

Na *Folha*, as notícias sobre o Rio somaram 28,8%, contra 46,8% sobre São Paulo e apenas 3,4% sobre Minas Gerais. No *Estado de S. Paulo*, os textos de temática paulista somaram 44,7%, enquanto as matérias sobre o Rio são 28,5%. As reportagens, artigos e notas sobre Minas Gerais somam 4,5%.

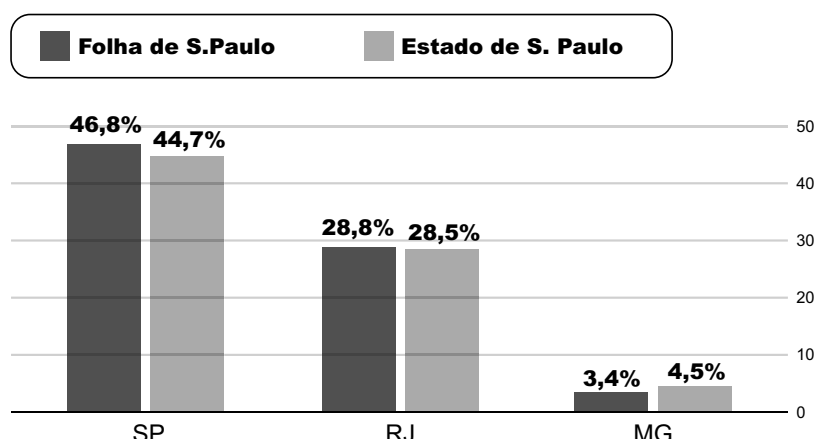


Figura 4.3: Percentual de notícias com temáticas de cada estado em dois importantes jornais de São Paulo.

Como vimos, a representação da violência encontra-se associada a um sem-número de práticas criminosas. Entre elas, destacam-se os homicídios, cujos índices são normalmente utilizados por especialistas para avaliar a violência nas grandes cidades. A esse respeito, Lemgruber (2006) assinala que, em 2001, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes era de 63,2 para Vitória, 58,7 para Porto Velho, 49,6 para Recife, 49,3 para São Paulo e 35,6 para o Rio de Janeiro.

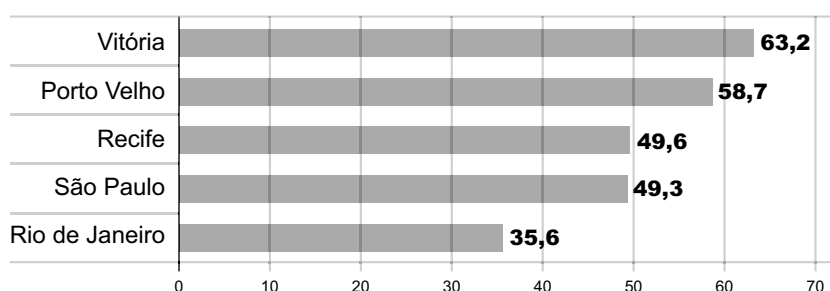


Figura 4.4: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em diferentes capitais do país – estatísticas de 2001.

Concluimos que o rótulo de cidade violenta, atualmente conferido ao Rio, não se deve a razões de ordem meramente quantitativa. Caso contrário, não haveria como justificar que o mesmo tipo de rotulação deixe de ser aplicado, com igual sucesso, às demais capitais mencionadas. Embora levantamentos recentes apontem que o Rio de Janeiro tomou a dianteira do número de homicídios, sabemos que a

imagem de periculosidade e insegurança pública associada à cidade não foi construída nos últimos anos. Sendo assim, uma vez que também noutras cidades de grande e médio porte do país observam-se problemas semelhantes aos vividos no Rio, caberia perguntarmos: o que justifica, então, o maior destaque conferido à violência na Cidade Maravilhosa?

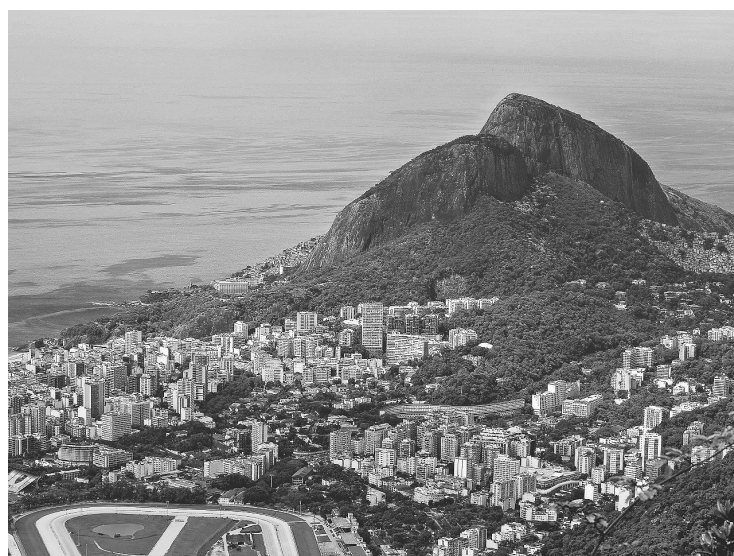


Figura 4.5: Tanto quanto caracterizar o Rio de Janeiro por suas belezas naturais, tornou-se uma espécie de lugar-comum identificá-lo como uma cidade violenta.

Fonte: <http://pixabay.com/p-52883>

Embora tal questão seja indiscutivelmente complexa, pode-se assumir como pressuposto básico de nossa análise que a centralidade midiática do Rio de Janeiro deve-se não só a problemas de ordem conjuntural, mas também e, em boa medida, a um conjunto de imagens que foram historicamente construídas em torno da cidade. A esse respeito, conforme assinala Misse,

é inegável que a visibilidade da violência criminal associada a um certo grau de organização criminal sempre foi maior no Rio de Janeiro [...] a expressão cultural dos seus mitos urbanos e das suas lutas políticas e, principalmente, o fato de ter sido capital federal, porto e centro turístico nacional e internacional, além de sediar as principais empresas de comunicação do país, fizeram do Rio de Janeiro, particularmente desde a redemocratização do país em 1945, uma cidade especialmente observada por todos

os brasileiros, uma complexa e mais abrangente ‘utopia urbana’ brasileira, misto de sedução e receio, de atração e repulsão de um imaginário urbano cujas raízes se perdem na história cultural que forjou ou ‘inventou’ nossa nacionalidade. (1999, p. 15-16)

Tendo como pano de fundo todo um histórico que empresta visibilidade ao que há de melhor e pior na cidade, problemas muitas vezes comuns a outros centros urbanos assumem uma dimensão capaz de definir a percepção do Rio de Janeiro como lugar particularmente perigoso e violento. Na atualidade, tais problemas dizem respeito, sobretudo, à expansão da criminalidade associada ao tráfico de drogas ilícitas. Assim, se a violência costuma ser representada como algo vago, genérico e impreciso, o mesmo não pode ser dito em relação aos agentes ou atores sociais tidos como responsáveis por sua propagação.

Embora, muitas vezes, a mídia se refira à violência como um conjunto difuso de ações sem sujeito (ou com sujeito indeterminado), há em grande parte das reportagens de circulação nacional (e até mesmo internacional) uma nítida referência aos traficantes ou ao tráfico de drogas como elementos centrais na construção e difusão do atual quadro de insegurança vivenciado no Rio de Janeiro.

Eis alguns exemplos de edições jornalísticas:

- “Guerra do tráfico se espalha no Rio” (*O Dia*, 22 de fevereiro de 2014);
- “Imagens mostram guerra do tráfico na Rocinha” (*R7 Notícia*, 15 de dezembro de 2013);
- “Nova presidente do TRE-RJ quer barrar influência do tráfico e das milícias nas eleições” (*Estado de Minas*, de 31 de janeiro de 2013);
- “Guerra do tráfico no Rio fecha via e deixa 11 mil crianças sem aulas” (*Folha de S.Paulo*, edição de 3 de outubro de 2014);
- “Polícia faz operação na Rocinha para combater tráfico” (*Jornal de Brasília*, 29 de setembro de 2014);
- “Guerra entre tráfico e milícia deixa dois mortos em Quintino, na Zona Norte do Rio” (*Extra*, 1º de agosto de 2014);
- “Três são presos em duas operações contra tráfico no RJ” (*Diário de Pernambuco*, 24 de setembro de 2014);
- “Guerra do tráfico na Maré fecha Avenida Brasil e leva pânico a motoristas e pedestres” (*O Globo*, 1º de outubro de 2014).

Esses são apenas alguns dos inúmeros exemplos de como as notícias sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro estampam as páginas dos principais veículos informativos do país.



Steef Fleur / Midia NINJA

Fonte: <https://flic.kr/p/odCM9Q>

Notícias de uma guerra particular (Brasil, 1999) é um longa-metragem dirigido por João Moreira Salles e Katia Lund. Entremado por uma série de depoimentos, o documentário procura retratar o cotidiano de traficantes, policiais e moradores de favelas dominadas pelo comércio ilegal de drogas e armas no Rio de Janeiro. É particularmente interessante para refletir sobre a construção discursiva que responsabiliza o tráfico pelo avanço da violência na cidade.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1



- O jornal chegou, querida

Fonte: <http://www.malvados.com.br/>

No ano de 2009, o site americano *The Onion* (<http://www.theonion.com/>) publicou, na capa do seu calendário *Our Dumb World* (Nosso Estúpido Planeta), a imagem do Cristo Redentor, um dos maiores ícones da cidade do Rio de Janeiro, portando duas metralhadoras nas mãos. Embora se trate de um site de humor, cujas características principais são a paródia jornalística e a criação de notícias falsas, a publicação colocou em evidência uma determinada imagem que costuma ser recorrentemente associada à capital carioca. Com base nisso, explique de que forma a mídia contribui para a construção dessa imagem.

Resposta comentada

Embora apresente índices semelhantes aos de outras capitais brasileiras, por uma série de razões históricas, as notícias sobre criminalidade no Rio de Janeiro costumam receber um destaque maior. Isso acontece tanto na mídia local quanto na nacional, e até mesmo na internacional – o que contribui significativamente para a produção e reprodução da sua imagem de cidade violenta.

Contexto sócio-histórico

Para entendermos os atuais discursos sobre a violência no Rio de Janeiro, faz-se necessário remontarmos à transição entre as décadas de 1970/80, apontada por diversos pesquisadores como especialmente significativa para a análise do problema em questão. Conforme explica Silva (1998), a partir desse período, o Brasil se estabeleceu como uma importante rota para a cocaína destinada a Europa e Estados Unidos, razão pela qual tornou-se uma espécie de paraíso para a lavagem de dinheiro e atividades criminosas diversas.

Paralelamente ao estabelecimento do país como entreposto de drogas ilícitas, cuja entrada e saída se efetivavam, preferencialmente, através da cidade do Rio de Janeiro, consolidou-se, de modo complementar, um mercado interno. Seus efeitos traumáticos foram capazes de fazer com que a entrada da cocaína nas antigas bocas de fumo cariocas se tornasse o grande divisor de águas em relação à violência, tanto na percepção social quanto na maioria das análises acadêmicas.

Muito embora se reconheça que a cocaína não representasse, àquela altura, uma novidade na cidade, posto que já vinha sendo comercializada junto às elites desde a década de 1950, há hoje uma espécie de consenso em torno da ideia de que o seu barateamento e massificação foram os principais responsáveis pelo quadro de “difusão da violência associada à organização das atividades de distribuição de drogas para consumo final” (SILVA, 1995, p. 511). Isso porque, a partir do momento em que a cocaína passou a ser largamente comercializada nas bocas de fumo da cidade, estabeleceu-se uma maior necessidade de estruturação da oferta do produto, o que suscitou “consequências traumáticas, levando ao confronto das quadrilhas pelo domínio territorial desses pontos de venda locais, com a formação de verdadeiras estruturas paramilitares” (SILVA, 1998, p. 39).

Uma vez que, estruturalmente, o tráfico de drogas tende a se realizar a partir de redes de indivíduos e grupos que “fazem da ‘desconfiança recíproca’ um padrão pragmático de sociabilidade e da violência uma referência cotidiana de toda convivencialidade” (MISSE, 1999, p. 11), foram se constituindo novos códigos de interação que passaram a nortear tanto as suas relações internas quanto externas. Nesse sentido, Luiz Antonio Machado da Silva observa que, a partir da década de 1970, de-

envolveu-se, entre os agentes criminosos das áreas urbanas do Brasil, um novo padrão de sociabilidade, caracterizado pelo recurso universal à violência, de sorte que, a partir de então, esta começou a ser largamente empregada não só contra os oponentes, mas também contra o próprio agrupamento a que se pertencia. Ao contrário, portanto, do que costumava ocorrer em situações de confronto mais convencionais, os princípios de subjugação pela força passaram a se voltar, também, para dentro das próprias quadrilhas ou facções criminosas, constituindo, dessa maneira, uma

espécie de amálgama de interesses estritamente individuais, com um sistema hierárquico e códigos de conduta que podem ser sintetizados pela metáfora da 'paz armada': todos obedecem porque (e enquanto) sabem serem mais fracos, a desobediência implicando necessariamente retaliação física (SILVA, 1995, p. 509).

Esse novo padrão de interação, a que Machado da Silva chama de *sociabilidade violenta*, está intimamente ligado à emergência de uma modalidade específica de ilegalismo, que é apontado por muitos como fundamental para o crescimento da violência no Rio de Janeiro: o *crime negócio*. Segundo Zaluar (1999), o crime negócio diz respeito a ações e intercâmbios realizados, sobretudo, em torno do contrabando de armas, mercadorias roubadas e drogas ilegais.

O seu desenvolvimento produziu importantes alterações na dinâmica criminal, o que teria contribuído para a elevação do Rio à condição de representante arquetípica dos males associados à violência. De acordo com diversos estudiosos, a partir da década de 1980, houve uma notável transformação nos tipos de ações criminosas praticadas no Brasil, assim como nos padrões que as configuram.

Enquanto, na década de 1970, predominavam ações tipicamente isoladas e intersticiais, podemos observar que, atualmente, a criminalidade vem assumindo um caráter cada vez mais violento e, de certo modo, organizado. Tanto que, nas últimas décadas, em lugar da ação pulverizada e individualizada, os criminosos têm preferido investir em empreendimentos coletivos que, ao que tudo indica, vêm consolidando um formato, conteúdo e sentido sociocultural marcadamente originais (SILVA, 1995, 1999).



Fonte: <https://flic.kr/p/8y4C7v>

Cidade de Deus é um romance escrito por Paulo Lins, que retrata as transformações ocorridas no conjunto habitacional Cidade de Deus entre as décadas de 1960 e 1990. Há um filme homônimo, de Fernando Meirelles, com foco no crescimento do crime organizado na localidade.

Vale a pena conferir!

Como resultado das mudanças nos padrões de criminalidade, várias capitais do país viram-se rotuladas como violentas, sendo que o Rio de Janeiro tornou-se particularmente conhecido por essa característica. O principal ponto de inflexão da violência, nesse caso, refere-se, como vimos, ao desenvolvimento do chamado “movimento”, cujas atividades centrais residem no mercado ilícito de drogas a varejo e de bens roubados. De acordo com essa perspectiva, o aumento da violência estaria diretamente relacionado ao “crescimento e adensamento das ‘classes perigosas’ [...] e da impunidade dos bandidos, que permitiu o alastramento do tráfico de drogas” (MISSE, 1999, p. 72-73).

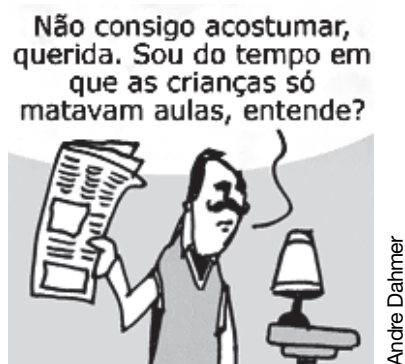


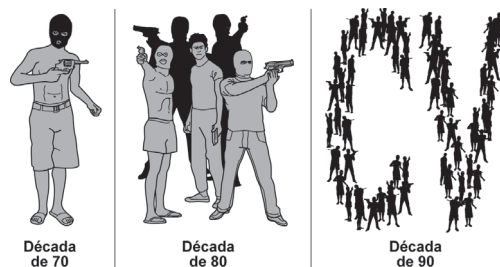
Figura 4.6: Muito embora a imagem do Rio de Janeiro como lugar violento não corresponda propriamente a uma novidade, parece inegável que as mudanças trazidas pelo incremento do tráfico de drogas, nas últimas décadas, vêm propiciando a emergência de discursos nostálgicos e, portanto, críticos em relação aos tempos atuais.

Fonte: <http://www.malvados.blogger.com.br/medinhobom3.gif>

Discursos como o apresentado na **Figura 4.6** têm por base a “representação de que houve uma ruptura na sociabilidade anteriormente existente, que essa ruptura constitui um ‘perigo social’ e que possui ‘causas’ específicas” (MISSE, 1999, p. 79).

Atividade 2

Atende ao objetivo 2



Relacione a tirinha apresentada ao que você estudou no segundo tópico desta aula e, com base nisso, disserte acerca dos atuais discursos sobre violência no Rio de Janeiro.

Resposta comentada

Enquanto, na década de 1970, predominavam ações tipicamente isoladas e intersticiais, a partir da década de 1980, a criminalidade teria assumido um caráter cada vez mais organizado, o que culminou com a proliferação de facções criminosas (Comando Vermelho – CV, Terceiro Comando – TC, Amigos dos Amigos – ADA etc.), na década de 1990. Desse modo, em lugar da ação pulverizada e individualizada, os criminosos teriam passado a investir em empreendimentos coletivos, não raro caracterizados pela ameaça ou pelo emprego da violência.

Análise do discurso midiático sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro

De modo geral, é possível identificar nos discursos produzidos sobre a violência no Rio de Janeiro uma representação dominante que se notabiliza por colocar a existência do crime organizado relacionada ao tráfico de drogas no centro das atenções. Em meio ao sem-número de ações criminosas diariamente empreendidas na cidade, não há, salvo raríssimas exceções, qualquer modalidade que não possa ser associada, direta ou indiretamente, àquele ator social.



Figura 4.7: Atualmente, a prática de atos ilícitos, tais como furtos e roubos (dentre muitos outros), tende a ser representada como parte de uma estrutura maior que envolve traficantes, usuários e, não raro, agentes formalmente responsáveis pela provisão de segurança à população.

Fonte: <http://www.malvados.com.br/>

Como, em princípio, as ações criminosas parecem deixar de ser reconhecidas como tendo um fim em si mesmas, observa-se, como nota Zaluar, que “mesmo que os crimes registrados não estejam diretamente relacionados à droga, isso não quer dizer que a presença desse novo poder nos países capitalistas não esteja se exercendo até no plano do imaginário, como um modelo, um mapa simbólico” (2002, p. 80).

Evidentemente, esse mapa simbólico, que identifica no tráfico de drogas e, por extensão, no crime organizado, os atores responsáveis pelo recrudescimento da violência, não orienta apenas o olhar dos jornalistas. Antes disso, ele reproduz um discurso social mais amplo, cujo ponto de partida consiste numa oposição entre os tipos de criminalidade existentes hoje e há décadas atrás. Como explica Silva (1999), essa perspectiva considera que, num passado relativamente recente, o crime era “menos angustiante” e, com o tempo, foi se tornando “progressivamente mais violento e organizado”. Por consequência, criminalidade e narco-tráfico viram-se, cada vez mais, representados como elementos indissociáveis, de modo que, segundo a percepção social dominante, eles não só passaram a coexistir como a se definir mutuamente.

Nessa concepção, que caracteriza a difusão da violência como um efeito direto das atividades de distribuição interna das drogas, o novo ator coletivo (crime organizado), que “é concebido como o responsável pelo caráter orgânico da criminalidade atual” (SILVA, 1995, p. 499), acaba por se ver frontalmente oposto àquele que é representado como o principal responsável por seu avanço: o Estado. Assim, a “organização da criminalidade em torno do tráfico de drogas e o crescimento do poder e do prestígio dos traficantes” são vistos como “fenômenos propiciados pelo ‘encolhimento’ da atuação do Estado” (SILVA, 1995, p. 501). De forma objetiva, isso quer dizer que o aumento do consumo de drogas e as consequências socialmente deletérias daí derivadas, longe de ocorrerem por acaso, são entendidos como diretamente relacionados às condições sociais favoráveis propiciadas pelo vazio da ordem.



Figura 4.8: O tráfico de drogas é visto como um elemento central na construção e difusão do atual quadro de insegurança vivido no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6b/Drugpackscorpion.png>

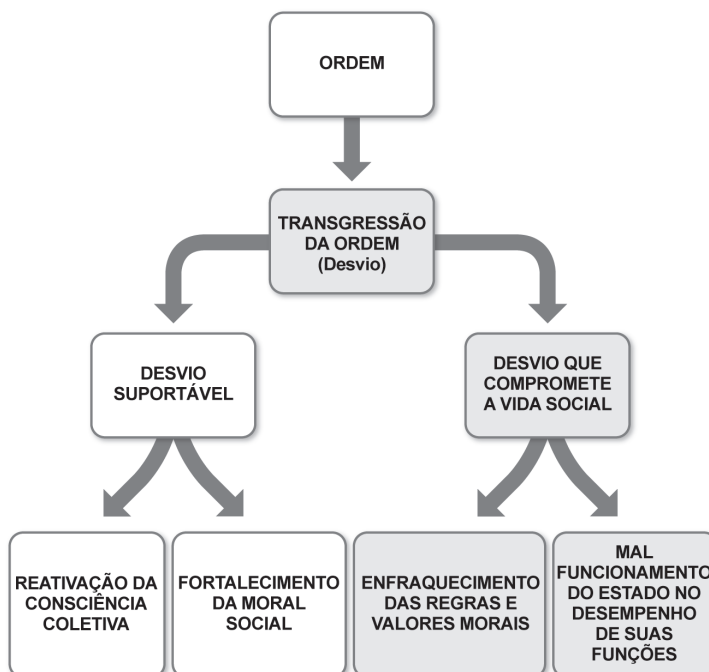
Como se vê, esse tipo de perspectiva é claramente inspirado no clássico modelo durkheimiano, de modo que a violência é concebida como uma patologia, como uma expressão anômica que põe em risco a totalidade da ordem social (DURKHEIM, 2003). A ineficiência das agências estatais e a correspondente organização do tráfico são descritos e interpretados, nesse caso, segundo o conhecido padrão *ordem versus desvio*. Conforme explica Silva (1995), no núcleo de tal raciocínio “está uma concepção unificada da lógica da vida social e seu corolário, a ideia de que a patologia, quando existe, não é atributo de certas condutas individuais, mas encontra-se nas características do sistema” (p. 502). Por essa via, a desordem é entendida como o recíproco inverso da ordem, e ambas identificadas, segundo a perspectiva de fundo, como expressões de uma mesma lógica. O nexos causal básico da análise tem, portanto,

de um lado, como variável independente, uma profunda crise de autoridade, provocando a ineficiência das agências estatais e o encolhimento do Estado; de outro, a variável dependente a ser explicada: o crescimento do crime organizado nos espaços em que a atividade regulatória e as políticas substantivas do Estado não conseguem preencher (SILVA, 1999, p. 118).



Ordem versus desvio

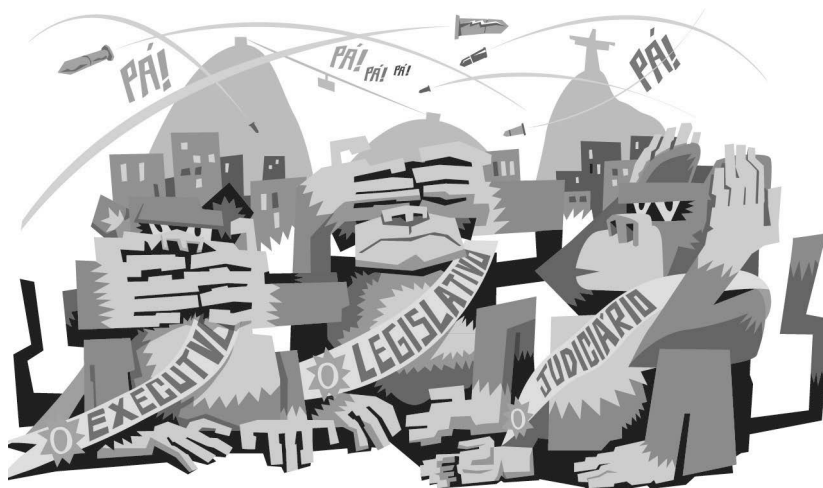
O modelo analítico baseado na oposição *ordem* × *desvio* foi originalmente elaborado por Émile Durkheim. Segundo o sociólogo francês, pelo menos, a princípio, o desvio é algo normal, até porque a existência de uma sociedade sem ele é inteiramente impossível. Desde que mantido em condições quantitativa e qualitativamente suportáveis, o desvio pode, inclusive, contribuir para reativar a consciência coletiva e, com isso, fortalecer a moral social. De acordo com esse raciocínio, o problema surge apenas quando o desvio assume proporções capazes de comprometer a vida social, o que pode ocorrer por duas razões: em primeiro lugar, porque as regras e valores morais encontram-se enfraquecidos. E, em segundo, porque as leis e órgãos responsáveis por regular a vida social estão falhando no desempenho de suas funções.



De acordo com o exposto, o problema da (in)segurança pública no Rio de Janeiro estaria intimamente ligado a uma crise institucional cuja “face exterior” é representada pela “expansão quantitativa e a consolidação de mudanças qualitativas da criminalidade, no centro da qual está o tráfico de drogas” (SILVA, 1995, p. 501). Conforme mencionado, o incremento de suas atividades seria responsável por tornar a cidade uma espécie de representante arquetípica dos males associados à violência. Nesse tipo de discurso, além de omissão, o Estado é, muitas vezes, apontado como verdadeiramente conivente em relação às práticas ilegais do crime organizado. Os múltiplos casos de envolvimento de agentes policiais com o tráfico de drogas, regularmente noticiados na grande mídia, denotam tal conivência, o que, de acordo com o discurso social dominante, alimenta um círculo vicioso no qual o notório fortalecimento do mundo do crime corresponde, de modo simetricamente invertido, ao encolhimento das forças da ordem e da paz social.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3



Análise a figura apresentada, relacionando-a à questão do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Resposta comentada

No discurso dominante, inclusive nos meios de comunicação, o crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro é interpretado como um efeito direto das atividades de distribuição varejista de drogas ilegais. Isso coloca o tráfico no centro das atenções, fazendo com que, diante de um poder público considerado incapaz de cumprir suas funções, aquele seja representado como o grande responsável pela difusão da violência.

Conclusão

Como vimos, dada a impossibilidade de lhe atribuir um sentido preciso, a violência viu-se reduzida, no Brasil, à representação de um perigo, de uma *negatividade social* “que é assimilada a uma seleção de práticas e agentes cujos cursos de ação, heterogeneamente motivados, carregariam seu signo uniforme” (MISSE, 1999, p. 41). No Rio de Janeiro, mais particularmente, essa representação se faz presente, pelo menos, desde o início do século XX, figurando, ainda hoje, de forma destacada, nas inúmeras reportagens produzidas sobre o tema. Objetivamente, isso quer dizer que, dado o amplo espaço garantido na mídia, os assim chamados discursos da violência impregnam, há tempos, tanto as representações do Rio de Janeiro de ontem como de hoje.

Embora o fenômeno violento constitua um objeto difuso, alvo, portanto, de difícil caracterização, o mesmo não se passa com o sujeito social tido como responsável por sua objetivação. Com a massificação do tráfico de drogas, entre as décadas de 1970/80, este vem sendo emblematicamente apontado como o grande ator coletivo responsável pela difusão da violência no Rio de Janeiro. Difusão essa que costuma aparecer associada a uma série de fatores (crise de autoridade do Estado, mudanças no perfil dos criminosos que comandam a distribuição de

drogas para consumo final, expansão quantitativa e qualitativa da criminalidade na cidade etc.) que, em conjunto, constituem as principais variáveis empregadas para explicar o sentimento de (in)segurança em relação à capital carioca e, conseqüentemente, justificar o amplo espaço concedido pela mídia à temática em questão.

Resumo

As principais temáticas analisadas em nossa quarta aula foram: *violência, criminalidade e tráfico de drogas*.

Embora apresente índices de criminalidade semelhantes aos de outras capitais do país, o Rio de Janeiro tornou-se conhecido como um lugar particularmente violento. Esse tipo de representação, bastante difundido pelos noticiários jornalísticos, costuma identificar no tráfico de drogas o principal responsável pelo avanço da criminalidade e pela instalação do atual quadro de insegurança vivido na cidade.

Sendo assim, importa ressaltar as seguintes afirmações:

1. a imagem de cidade violenta hoje atribuída ao Rio de Janeiro possui raízes históricas;
2. a mídia contribui de forma decisiva para a construção dessa imagem;
3. não há uma relação direta e necessária entre os índices de criminalidade e a caracterização do Rio de Janeiro como cidade violenta;
4. o tráfico de drogas é apontado pela mídia como o causador da expansão da violência.

Aula 5

Reportagens policiais e coberturas de
segurança pública

Edilson Márcio Almeida da Silva

Metas

Apresentar as recentes transformações nas coberturas jornalísticas sobre violência.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as mudanças em curso nas atividades de repórter policial;
2. relacionar reportagem policial a jornalismo popular;
3. diferenciar antigas e novas modalidades de jornalismo policial.

Introdução

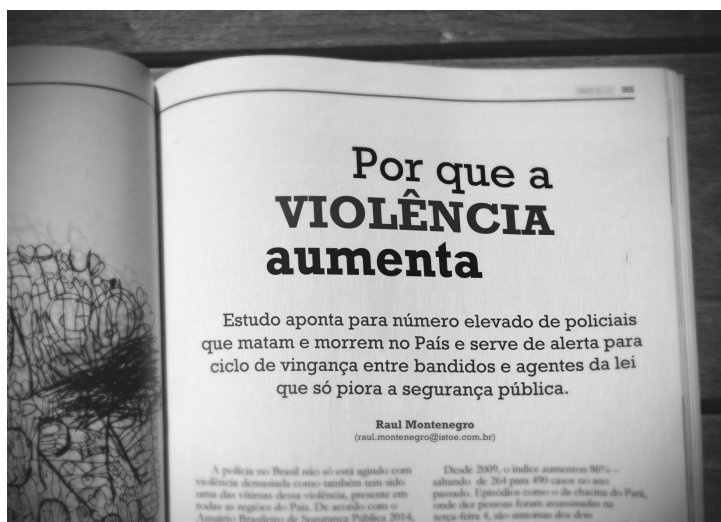


Figura 5.1: Reportagem publicada na revista *Isto é*, em 14 nov. 2014.

Fonte: <http://www.istoe.com.br/reportagens/392252POR+QUE+A+VIOLENCIA+AUMENTA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>

Como ilustra a reportagem publicada na revista *Isto é*, em 14 de novembro de 2014, nas últimas décadas, o problema da violência deixou de frequentar apenas veículos e jornais populares, tornando-se objeto de interesse da grande mídia em geral, com notável destaque, inclusive, nos ditos veículos informativos, de cunho noticioso. Todavia, deve-se ressaltar que o aumento de visibilidade da violência na mídia não implicou, apenas, ganho quantitativo de espaço nos meios de comunicação, mas resultou numa mudança significativa no próprio modo de apreender e noticiar os fatos.

Conforme pretendemos mostrar, a partir do momento em que a temática tornou-se um problema central no imaginário social de determinadas capitais, como o Rio de Janeiro, os jornalistas viram-se na obrigação de lidar com ela de outro modo e, ao fazê-lo, gradativamente, acabaram por lhe conferir um novo tipo de tratamento editorial, fazendo, então, com que o noticiário sobre a violência se colocasse para além do simples ato de informar.

Reportagens e repórteres policiais

Não raro, os primeiros passos na carreira jornalística estão associados à realização de reportagens policiais. Ao recordar os tempos de repórter no *The New York Times*, Darnton (1990) assinala que, normalmente, a “iniciação” profissional do jornalista passa por um período de “treinamento na delegacia”, após o que, supõe-se que ele seja “capaz de lidar com qualquer coisa, pois a matéria policial passa como uma forma arquetípica da ‘notícia’, e, se ele sobreviveu à delegacia, está preparado para a Casa Branca” (p. 89). Tal qual ocorre na imprensa norte-americana, também no Brasil, há um amplo reconhecimento quanto à importância da reportagem policial na formação profissional do jornalista.

No entanto, se, por um lado, o caráter pedagógico da reportagem policial pode torná-la alvo de destaque positivo, por outro, não há como deixar de reconhecer o lugar secundário a que, há tempos, tal tipo de atividade tem sido relegada no plano das representações sobre o jornalismo. Exemplo disso reside na imagem frequentemente associada ao setor responsável por esse tipo de cobertura. O *Repol* – jargão jornalístico criado a partir da combinação dos termos *reportagem* + *policial* –, corresponde àquele espaço da redação em que são levantadas e apuradas as notícias relativas a crimes, operações policiais, prisões, fugas, rebeliões etc.

Nos jornais brasileiros de grande e médio porte, o assim chamado *repoleiro* (profissional que trabalha no *Repol*) costuma ficar numa sala à parte da redação, tendo à sua disposição recursos, tais como: rádios com frequência da polícia; terminais de computador com acesso à internet; aparelhos de TV; aparelhos de rádio AM/FM; terminais telefônicos com identificadores de chamadas, além de listagens contendo números telefônicos considerados estratégicos (de delegados da Polícia Civil, inspetores, oficiais da Polícia Militar etc.).



Gabriel Jorby

Figura 5.2: O *Repol* é o setor do jornal responsável por levantar e apurar notícias relativas a crimes, operações policiais, prisões, fugas, rebeliões etc.

Fonte: <https://flic.kr/p/5zs1Dt>

Apesar da inegável importância do *repoleiro*, esta é considerada uma das funções hierarquicamente menos valorizadas entre os jornalistas, a ponto mesmo de alguns se referirem à sala de rádio-escuta como “casa de cachorro”. Se, de fato, como sugerem Durkheim e Mauss (1981), “a classificação das coisas reproduz a classificação dos homens”, somos levados a concluir que tal representação reflete a maneira como os repórteres policiais tendem a ser vistos por seus pares. Ao que tudo indica, esses profissionais têm a sua imagem afetada pela ideia de “contaminação” (DOUGLAS, 1976), já que, devido à proximidade exigida pelo ofício, alguns deles acabam por se tornar parecidos com suas fontes (policiais, bandidos, agentes penitenciários etc.), incorporando, por exemplo, o seu linguajar, sua postura e alguns de seus hábitos.



Repol (Brasil, 2011) é um documentário dirigido por Gabriel Tatcheik e Gustavo Ulisse. O filme faz um registro da rotina do jornalismo policial, acompanhando plantões noturnos na região metropolitana de Curitiba e é interessante, entre outras razões, por nos permitir ter acesso às motivações, dificuldades e riscos envolvidos num dos mais peculiares segmentos do jornalismo.

Caso fique interessado em assistir, segue o *link* para o documentário:

<https://www.youtube.com/watch?v=A0Hb0EDJATM>.

Por essas e outras razões, certo preconceito associado à reportagem e ao repórter policial permaneceria, ainda hoje, presente entre muitos jornalistas. No entanto, pode-se notar que, nas últimas décadas, há algumas transformações em curso, como aponta, por exemplo, o jornalista Percival de Souza. Segundo ele, o que

já foi ‘reportagem policial’ transformou-se em reportagem criminal. Dela, pulamos para o jornalismo investigativo [...] Nas redações, contudo, está se preferindo falar em reportagem especial. E os melhores repórteres, inclusive os investigativos, são ‘especiais’ na hierarquia que vai do principiante ao editor-chefe (ALVES, 2001, p. 69).

Evidentemente, não se trata, no caso, apenas de uma mudança de classificação nominal. De acordo com diversos profissionais da área, o jornalismo policial estaria passando, nos últimos tempos, por algo que pode ser classificado como uma “fase de transição”, o que tem resultado não só em mudanças na forma de cobrir temas relativos à criminalidade como, também, num certo redimensionamento da própria percepção socioprofissional do repórter de polícia.



Figura 5.3: Com o enxugamento nas equipes da redação, tal qual acontece com os jornalistas em geral, o repórter de polícia viu-se obrigado a lidar com temas diversificados, sob pena de não se adequar a um mercado crescentemente competitivo e multifuncional.

Fonte: static.flickr.com/27/35414862_75a5a0204a.jpg

Embora determinados profissionais atuem reconhecidamente melhor na área de polícia, salvo casos excepcionais, eles não podem mais se dar ao luxo de fazer exclusivamente esse tipo de reportagem. Como acontece com os demais profissionais, eles precisam, agora, apresentar bom texto para qualquer assunto. Em contrapartida, podemos observar, também, que cada vez mais são diversos os jornalistas lidando com temas que, num passado relativamente recente, eram de exclusividade dos repórteres de polícia. Segundo alguns profissionais da área, essa rotatividade tem contribuído para diminuir o preconceito em relação aos repórteres da área, o que, por desdobramento, lhes tem garantido maior reconhecimento profissional diante dos pares.

Se é verdade que o preconceito em relação ao repórter de polícia tende a diminuir à medida que as fronteiras editoriais e temáticas são enfraquecidas, a valorização desse profissional parece não derivar unicamente da dinâmica que comanda o processo de produção da notícia no interior das redações. Como apontam vários jornalistas, a alteração da visibilidade do repórter que cobre mais detidamente a criminalidade e a violência está relacionada à percepção social dos fenômenos assim classificados e à maneira como, por essa razão, eles são tratados na grande mídia. Da mesma forma que, tradicionalmente, os assuntos políticos

garantem um *status* diferenciado para os jornalistas que deles se ocupam, dada a sua importância atual, as reportagens sobre violência vêm suscitando um novo tipo de representação, que se faz notar significativamente na mudança de tratamento conferido ao repórter de polícia e, por conseguinte, à editoria em que ele atua.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Pode parecer engraçado, mas, naquela época, repórter não precisava escrever. Sério. O João Carniça era um que não conseguia juntar duas palavras. Mas apurava pacas, era complicado correr com ele, muito garoto novo penou, tomou furo do João. Ele, coitado, nem tentava escrever. Só que começou a chegar nas redações uma molecada de faculdade, uns cabeludos de livro de baixo do braço, de bolsa de couro, e, principalmente, umas meninhas de calças jeans, de camiseta, sem sutiã, umas gracinhas. Todos sabiam escrever, iam pra máquina e disparavam, igual a metralhadora. E o João ficava cabreiro, meio envergonhado com aquela história de chegar da rua e ir direto até a mesa do seu redator, é, havia um redator que cuidava dele, um personal writer: não era todo mundo que conseguia transformar em matéria a apuração dele, aquelas anotações complicadas, rabiscadas num bloco sebooso, meio nojento. Mas o João chegava, ia pra frente do redator e começava a contar a história. Engraçadíssimo, tinha gente que parava de trabalhar só pra ver. O João quase se perfilava diante do cara, punha os óculos de leitura, dava uma lambida no indicador, virava uma página do bloco e começava a recitar.

O trecho acima do livro *O ponto da partida*, de Fernando Molica, extraído do *blog* do próprio jornalista (<http://www.fernandomolica.com.br/blog/2008/07/a-gazeta.php>), faz referência a um interessante personagem ficcional, o João Carniça. A exemplo dele, só que na vida real, era comum, até a década de 1980, que os repórteres policiais de grandes capitais do país, ao invés de redigirem seus próprios textos, se sentassem ao lado dos redatores para ditar aquilo que haviam conseguido apurar.

A partir do que você estudou no primeiro tópico desta aula e do trecho citado, discorra sobre algumas mudanças ocorridas, nos últimos tempos, nas atividades dos repórteres policiais.

Resposta comentada

Devido a mudanças recentes nos modos de percepção e representação social da violência, o repórter de polícia tem sido levado a ir além do simples ato de informar. De forma concomitante, tal qual acontece com os demais jornalistas, ele agora precisa redigir seus próprios textos e ser capaz de lidar com temas diversificados, não podendo, portanto, concentrar-se exclusivamente na sua especialidade.

Reportagens policiais e jornalismo popular

Historicamente, ou as reportagens policiais ficavam circunscritas a cadernos específicos dos jornais noticiosos ou eram mais abertamente estampadas nos assim chamados jornais populares. Especificamente no caso dos veículos noticiosos, elas funcionavam como um gênero narrativo que procurava lidar com temáticas consideradas mais áridas, conferindo-lhes um tratamento editorial romanceado, de modo a, com isso, torná-las acessíveis a diferentes segmentos sociais, para além das camadas populares. No entanto, apesar de também frequentar tais meios de comunicação, é nos programas e/ou jornais populares que as reportagens policiais encontram o que chamá-riamos de seu *habitat* natural.



Figura 5.4: Uma das principais características do segmento jornalístico classificado como popular consiste na produção de discursos que, não raro, buscam informar de forma sensacionalista, tentando, com isso, provocar o envolvimento emocional do leitor.

Fonte: <http://bichinhosdejardim.com/>

Um exemplo bastante conhecido desse tipo de abordagem pode ser encontrado naquele que ficou conhecido como o caso Mão Branca. De acordo com diversos jornais da década de 1980, Mão Branca foi um justiceiro ligado a grupos de extermínio da Baixada Fluminense. De tempos em tempos, um sem-número de assassinatos era a ele creditado, o que, consequentemente, o tornou bastante popular no meio jornalístico, sobretudo pela regularidade com que frequentava diários como *Ultima Hora* e *O Dia*.

Conforme assinalam Enne e Diniz (2005), um dos mais inusitados aspectos acerca do Caso Mão Branca é que há fortes indícios de o personagem ter sido criado pela imprensa, mais especificamente por um repórter do jornal *Ultima Hora*, com o objetivo de aumentar as vendas do veículo em que atuava. A partir de uma série de entrevistas com jornalistas (principalmente repórteres policiais) que, nos anos 1980, atuavam na imprensa carioca, as pesquisadoras concluíram que as mortes formalmente creditadas ao “justiceiro” teriam sido, na verdade, causadas por diversos grupos de extermínio com atuação na Baixada Fluminense.



Ultima Hora foi um jornal carioca fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 12 de junho de 1951. Chegou a ter uma edição em São Paulo, além de uma edição nacional que era complementada localmente em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru e no ABC Paulista.



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%9Altima_Hora#mediaviewer/File:Ultima_Hora_\(BR\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%9Altima_Hora#mediaviewer/File:Ultima_Hora_(BR).jpg)

O periódico, nas palavras de Wainer, um “jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo”, o de Vargas, foi um marco no jornalismo brasileiro, inovando em termos técnicos e gráficos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%9Altima_Hora

Nesse particular, cabe ressaltar, como observa Serra (1980), que os conteúdos dos jornais populares costumam incidir sobre espaços tidos como potencialmente violentos, onde, segundo se supõe, a desordem pode eclodir a qualquer momento, sob qualquer pretexto. Aliado a outros elementos, o fato de ter como cenário a Baixada Fluminense ajuda a conferir verossimilhança à existência do Mão Branca, que, de acordo com os repórteres entrevistados, tinha por hábito ligar para delegacias e redações jornalísticas, comunicando os assassinatos.

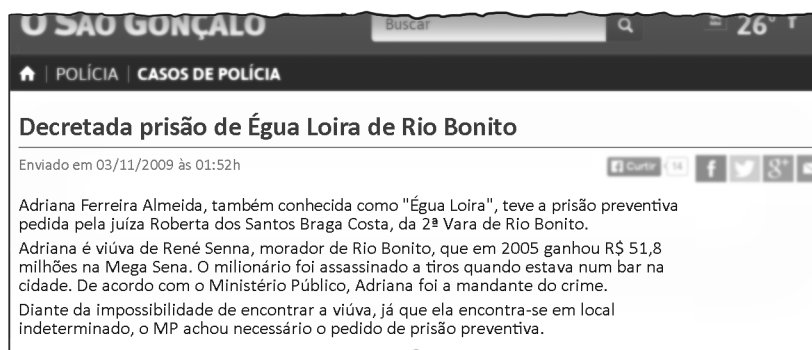
Segundo consta, após reclamar a autoria dos crimes, o “justicheiro” solicitava que suas falas fossem transcritas e reproduzidas na forma de discurso direto. Falas essas nas quais, via de regra, informava a autoria de vários “despachos de presuntos” e o “extermínio de bandidos”. Para os jornais populares, atender a essas exigências parecia não constituir propriamente um problema. Muito pelo contrário. Até porque, como parte de suas estratégias para atrair o público-leitor, seus profissionais costumam empregar recursos sensacionalistas, além de utilizar uma linguagem simples, de base oral, que lembra muito a conversação mais informal.

Exemplo do uso de tais recursos pode ser encontrado numa notícia relativa ao famoso caso de Adriana Ferreira de Almeida, mais conhecida como “a viúva da Mega-Sena”. Muito resumidamente, o caso teria sido o seguinte: em julho de 2005, o ex-lavrador, Renné Senna, ganhou sozinho um prêmio de R\$ 51,8 milhões da Mega-Sena, a maior modalidade lotérica do Brasil. Poucos meses depois, casou-se com Adriana Ferreira de Almeida e, um ano após ficar milionário, resolveu incluir em testamento esposa e filha como suas únicas herdeiras. No dia 7 de janeiro de 2007, Renné foi assassinado com quatro tiros em um bar no município de Rio Bonito, Região Metropolitana do Rio Janeiro, e Adriana, vinte e cinco anos mais jovem que ele, tornou-se a principal suspeita de ser mandante do crime.

Pois bem; no dia 31 de outubro de 2009, considerando-a foragida da Justiça, a 2ª Vara de Rio Bonito decretou a prisão preventiva de Adriana, que já havia sido presa em 2007 e conseguiu ser solta no ano seguinte. A notícia de expedição da prisão preventiva foi assim veiculada, no dia 3 de novembro de 2009, na seção *Rio do Portal R7*:



Já na edição do mesmo dia, mas publicada na versão *on-line* do jornal *O São Gonçalo*, constava o seguinte:



Como observa Dias (2003), uma das estratégias utilizadas pelos jornais populares para conquistar o público-leitor é adotar o “sensacionalismo no tratamento do fato noticioso aliado a um peculiar procedimento de venda e circulação” (p. 24). Segundo a autora, o sucesso das vendas desse tipo de jornal está intimamente ligado à formulação das manchetes que, sendo recursos de apelo à atenção, requerem cuidados notadamente especiais. Ao afirmarmos que uma das principais características dos jornais populares consiste na produção de discursos que buscam envolver emocionalmente o leitor, não pretendemos, com isso, fazer nenhum juízo de valor nem colocar em questão a relação de tais veículos com a ética profissional. Nosso objetivo, aqui, foi tão somente destacar o modo como as reportagens policiais costumam ser construídas para, mais adiante, confrontar tal estratégia com aquela que vem sendo atualmente adotada em veículos de informação voltados para outros segmentos.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2



Fonte: <http://saudesabervirtude.blogspot.com.br/2011/02/manchetes-famosas-do-jornal-noticias.html>

A ilustração apresentada constitui um claro exemplo de como as reportagens policiais costumam ser veiculadas nos jornais populares. Que fatores nos permitem classificar a notícia em destaque (“Psicóloga pega na marra e violenta o indigente”) como tipicamente popular?

Resposta comentada

Entre outros fatores, merecem destaque o cuidado especial com a formulação da manchete (que constitui um importante recurso de apelo à atenção do público-alvo), o sensacionalismo no tratamento do fato noticioso (por meio da produção de um discurso que busca envolver emocionalmente o leitor) e a utilização de uma linguagem simples, de base oral, que lembra a conversação mais informal.

Coberturas de segurança pública

Nas últimas décadas, observamos que a temática da violência deixou de constar apenas nos jornais populares, tornando-se recorrente na grande mídia em geral com destaque, inclusive, nas primeiras páginas dos jornais noticiosos, também chamados de *quality papers*. Como nota Silva (2010), o aumento de visibilidade da violência na mídia não resultou, apenas, em ganho de espaço na mídia, mas também numa mudança significativa nos modos de apreender e noticiar os fatos. Prova disso reside na emergência de uma nova modalidade de fazer jornalístico que ficou conhecido no meio como “coberturas de segurança pública”. Tais coberturas costumam ser representadas como uma espécie de substituto moderno da reportagem policial. Nelas, intencionalmente, o espaço dado à violência e à criminalidade é como que englobado pela apresentação de informações que possam, em alguma medida, subsidiar a adoção de medidas proativas tendo em vista a manutenção da ordem e da paz social.

Há quem considere que as coberturas de segurança pública e as reportagens policiais são formas do fazer jornalístico distintas que, por essa razão, não só não disputam entre si, como, muitas vezes, operam em complementaridade, de sorte que o desenvolvimento de uma, de modo algum, compromete ou se superpõe à existência da outra. Até porque, para realizar as coberturas de segurança pública, os jornalistas tomam como ponto de partida notícias factuais que, num momento ulterior, tornam-se ilustrações empíricas das discussões e análises empreendidas. Assim, mais do que simplesmente comentar ou discutir even-

tos criminais específicos, a nova abordagem busca estabelecer uma nova modalidade de cobertura jornalística que sirva, inclusive, de diferencial entre os veículos noticiosos e os demais órgãos de comunicação social.

Para melhor entendermos as diferenças existentes entre as coberturas de segurança pública e as reportagens policiais, é preciso admitir, de início, que existem diferentes formas possíveis de noticiar um mesmo fato. Feito isso, imagine, por exemplo, a ocorrência de uma morte por bala perdida no Rio de Janeiro. Dependendo do interesse gerado pelo caso, isto é, dependendo de quem foi baleado, do local em que ocorreu o episódio, de quem se sente direta ou indiretamente afetado etc., ele tanto pode ser dado como uma notícia factual quanto se ver relacionado a outros fenômenos relativamente comuns na cidade, tais como o fechamento de escolas, vias públicas e estabelecimentos comerciais a mando de traficantes. Com o segundo tipo de abordagem, os jornalistas acreditam que, para além de noticiar o caso (uma bala perdida numa determinada localidade da cidade), eles podem contribuir para promover uma discussão mais ampla acerca do “crescimento da violência” e da mudança de hábitos que, conseqüentemente, estaria sendo impingida aos moradores do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, pode-se dizer que, com as coberturas de segurança pública, há a emergência de uma nova perspectiva editorial cujo objetivo consiste, fundamentalmente, em estimular o jornalista a não se limitar ao crime factual ou, como dizem alguns, ao crime “no varejo”. Por consequência, espera-se, agora, que o profissional da informação se aprofunde cada vez mais no levantamento de dados, construa suas próprias estatísticas, ouça especialistas, enfim, produza um material de qualidade que não se preste a apenas noticiar a violência, mas que a contextualize, explique e, com isso, contribua para o seu enfrentamento. Para isso, sobretudo nos veículos noticiosos, os jornalistas lançam mão de uma série de elementos periféricos, tais como: fotos; boxes explicativos; colunas com comentários de “especialistas”, testemunhas ou pessoas próximas da(s) vítima(s); e, quando necessário, infográficos contendo ilustrações ou dados numéricos, direta ou indiretamente, relacionados ao episódio em questão.

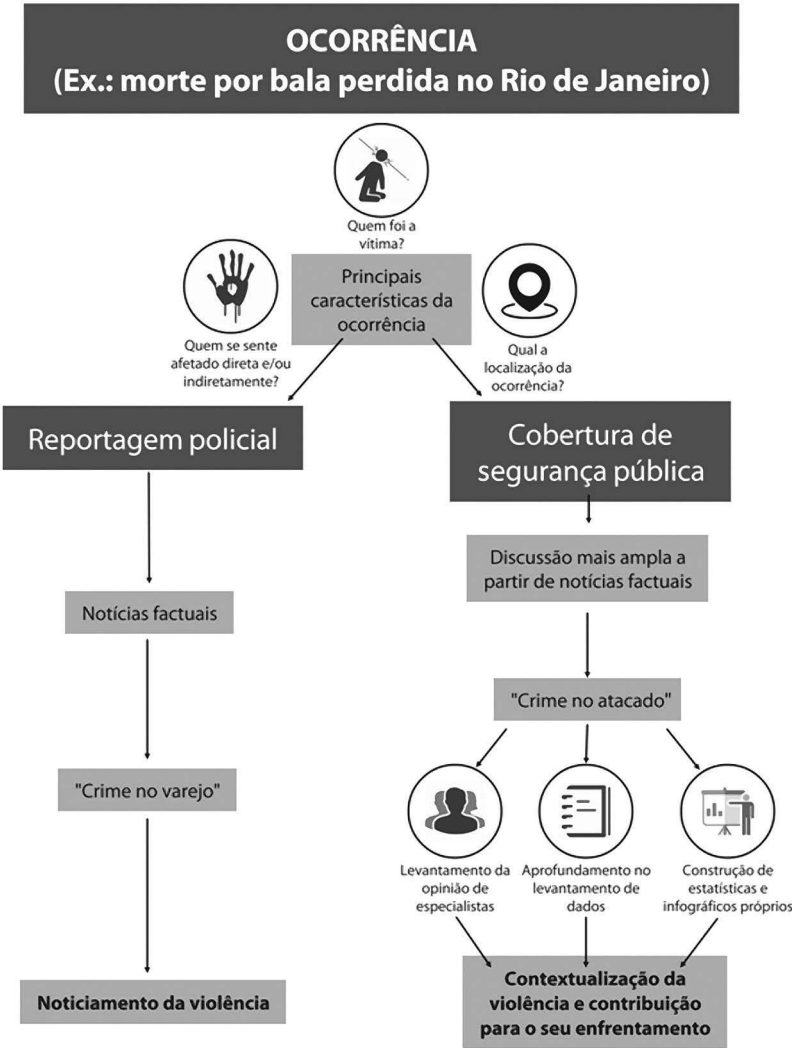


Figura 5.5: As características e objetivos da reportagem policial e da cobertura de segurança pública.

Segurança Pública em Números

DADOS GERAIS

ASSASSINATOS

**A cada 10 minutos,
1 pessoa é assassinada no país**

53.646 mortes violentas em 2013, incluindo vítimas de homicídios dolosos e ocorrências de latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

➔ 1,1% superior ao de 2012, quando foram registradas 53.054 mortes violentas.

E o que o Brasil pode fazer para mudar esse triste quadro?

Analizando as experiências bem-sucedidas em reduzir homicídios nos anos 2000, cuja marca foi a **cooperação** e a mudança de práticas institucionais, e integrando os recursos hoje disponíveis, o Brasil reúne **condições** de assumir uma meta:

- ▶ 65,5% de redução de homicídios até 2030.
- ▶ compromisso de reduzir tais crimes a uma média de 5,7% a cada ano.

ESTUPROS

50.320 estupros

foram registrados no país em 2013, numa leve oscilação no número de registros em relação a 2012, quando foram relatados 50.224 casos.

35% das vítimas de estupro

costumam relatar o episódio às polícias, segundo pesquisas internacionais. Assim é possível que o Brasil tenha convivido no ano passado com cerca de 143 mil estupro.

PRISÕES

O número de pessoas encarceradas no Brasil atingiu **574.207**.

O número de presos provisórios, aguardando julgamento, atingiu **215.639** pessoas, ou, **40,1%** do total de presos no sistema penitenciário, que não inclui os presos sob custódia das polícias.

VITIMIZAÇÃO E LETALIDADE POLICIAL

490 policiais tiveram mortes violentas no ano de 2013. Nos últimos 5 anos a soma é de **1.770** policiais vitimados. No mesmo período, as **polícias brasileiras** mataram o equivalente ao que as polícias dos EUA em 30 anos.

11.197
Brasil
2009-2013

11.090
EUA
1983-2012

Ao menos 6 pessoas foram mortas por dia pelas polícias brasileiras em 2013.

81,8% do total de mortes registradas foram cometidas por policiais em serviço; enquanto **75,3%** das mortes de policiais ocorreram fora de serviço.

SOCIOEDUCATIVO

Dos **20.532** jovens cumprindo medidas socioeducativas no Brasil em 2012, apenas **11,1%** correspondem a crimes violentos contra a vida (homicídios e latrocínios).

Negros são 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídio no Brasil

54,8%	Jovens	53,3%
61,7%	Negros	68,0%
93,9%	Homens	93,8%
Encarcerados		Mortos

Figura 5.6: Os infográficos constituem um importante recurso ilustrativo empregado pelos veículos informativos nas coberturas de segurança pública.

Fonte: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/80-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>

Embora continuem noticiando ocorrências criminais isoladas, o objeto de interesse de tais veículos parece ser, cada vez mais, não a velha reportagem policial, mas a produção de textos que dialoguem, de uma forma ou de outra, com as políticas de segurança pública. Para realizar uma leitura mais ampla do real e, com isso, estabelecer o diálogo com as autoridades constituídas, os jornalistas empregam, entre outros recursos, as entrevistas com “especialistas” (sociólogos, antropólogos, operadores do direito e um sem-número de outros acadêmicos e representantes da assim

chamada sociedade civil organizada). Convocados a se pronunciar sobre casos diversos, esses profissionais, muitas vezes, não só desempenham uma função interpretativa dos fatos como, não raro, cumprem o papel de corroboração e legitimação do posicionamento do jornal em relação a questões por vezes polêmicas ou delicadas. A fim de melhor entendermos o tipo de uso que a grande mídia faz (ou, pelo menos, pretende fazer) dos “especialistas”, vale a pena observar os desdobramentos da seguinte notícia, publicada na edição de 4 de junho de 2005 do jornal *O Globo*:



Repercutindo uma reportagem de primeira página do dia anterior (“Policiais agredem ladrões presos e algemados”), a notícia refere-se à polêmica gerada pela publicação da foto de um PM chutando o rosto de um ladrão que se encontrava algemado e, portanto, imobilizado, nas imediações da lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Ainda no dia da publicação, o destaque conferido ao registro fotográfico fez com que a reportagem fosse alvo de enorme rejeição por parte dos leitores, de modo que, dentre as mais de cem cartas então enviadas à redação, a maioria esmagadora não só contestava o posicionamento do jornal como manifestava claro apoio à atitude do policial. Em contrapartida, o mesmo texto que dava voz aos leitores informava que “especialistas em direitos humanos” teriam reagido com indignação contra a “violência” praticada pelo agente da lei. Os “especialistas”, no caso, eram uma psicóloga, um sociólogo, um representante da OAB-RJ, uma das líderes do movimento Mães do Rio e o presidente da Associação de Moradores do Leblon.

Embora não possamos afirmar que o jornal tenha omitido a reação de seus leitores, cumpre observar que o mesmo também não deixou de se posicionar politicamente (embora sem reconhecê-lo abertamente) nem de procurar fazer prevalecer a sua ideologia. O recurso aos especialistas, nesse sentido, cumpriu um papel notadamente estratégico: como, por uma série de razões, os textos jornalísticos não devem parecer opinativos ou tendenciosos, os seus autores valem-se dos discursos acadêmicos (e do peso institucional a eles atribuídos) para falar aquilo que gostariam de dizer e, formalmente, não podem.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Comparadas às reportagens policiais, quais as inovações trazidas pelas coberturas de segurança pública?

Leia atentamente as duas reportagens a seguir:

Reportagem A



Fonte: <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2014/12/jovem-e-assassinado-tiros-por-motociclista-em-mendes-rj.html>

Reportagem B

20/05/2012 Página 8

GUERRA: VIOLÊNCIA MATA MAIS NO VALE QUE NA FAIXA DE GAZA

Em 2011 a região registrou 411 assassinatos; número é três vezes maior do que na Faixa de Gaza que convive com o conflito entre palestinos e israelenses, onde foram mortas 130 pessoas no mesmo período

A violência mata três vezes mais no Vale do Paraíba do que em uma zona de guerra. Em 2011, 411 pessoas foram assassinadas na região, enquanto os embates entre palestinos e israelenses na Faixa de Gaza fizeram 130 vítimas, sendo 48 civis.

As marcas desta guerra na região destroem famílias como as de José Nunes Cabral, 61 anos, da costureira Maria Aparecida Vieira, 59, e do comerciante Jacob José Pedrosa, 68. Todos perderam filhos para a violência nos últimos dois meses.

Escalada. Desde 2007, o índice de homicídios cresce no Vale. Naquele ano, 276 pessoas foram assassinadas. Em 2011, o aumento é de 49% com relação a 2007.

Os 411 assassinatos representam 19 mortes por 100 mil habitantes, o dobro do aceitável para a ONU (Organização das Nações Unidas). As famílias pedem um basta. O empresário Jacob José Pedrosa Junior, 29, foi morto por ladrões que tentaram roubar sua moto em Taubaté há 15 dias. Para a família, o desafio é preencher o vazio.

“Minha mulher ainda está em estado de choque. O quarto dele está fechado. Evitamos ficar em casa. Tudo que lembra ele é muito doloroso”, diz o pai do empresário.

Lembranças. Maria Aparecida passou a quarta-feira vendo fotos de quando Fabio Alexandre Claudiano, 32 anos, era criança. O contador foi morto a tiros um dia antes. “É a lembrança que uma mãe guarda. Para nós, os filhos nunca crescem”.

Jornal O Vale - Nossa Região

Fonte: <http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/guerra-violencia-mata-mais-no-vale-que-na-faixa-de-gaza-1.257764>

Por suas características gerais, a reportagem A pode ser classificada como uma *reportagem policial*, enquanto a reportagem B, como uma *cobertura de segurança pública*. Com base no terceiro tópico desta aula e nos exemplos apresentados, exponha as principais diferenças entre os dois tipos de reportagem.

Resposta comentada

Nas coberturas de segurança pública, os jornalistas não se limitam ao crime factual ou, como dizem alguns, ao crime “no varejo”. Buscando dialogar com o poder público, eles produzem reportagens orientadas pelo pressuposto de que, atualmente, não basta noticiar a violência. Para

além disso, faz-se necessário contextualizá-la, explicá-la e, assim, contribuir para o seu enfrentamento.

Conclusão

Na intenção de satisfazer as exigências dos seus grupos de referência (leitores, anunciantes, colegas de trabalho, concorrentes etc.), os jornalistas trabalham com base em “enquadramentos”, que nada mais são que os padrões de seleção, interpretação, apresentação, ênfase e exclusão por meio dos quais organizam o seu discurso. O enquadramento corresponde, assim, ao tipo de tratamento editorial que é dado a uma notícia e, conseqüentemente, à reportagem daí resultante. Mais do que simplesmente apontar o modo como as informações devem ser apresentadas, o enquadramento define a abordagem a ser dada a um determinado fato noticioso, o que, sem sombra de dúvidas, tem por objetivo orientar a apreensão que os leitores terão do real. Com isso, um mesmo tema ou fenômeno pode ser jornalisticamente retratado segundo diferentes enfoques, ênfases ou perspectivas.

O surgimento das coberturas de segurança pública ilustra isso perfeitamente. Conforme discutido, mais do que mera modernização editorial, a substituição das reportagens policiais pelas coberturas de segurança pública coloca em relevo a existência de uma determinada forma de percepção social, assim como um novo modo de apreciação do fenômeno violento no Rio de Janeiro. É como se esse tipo de temática, a despeito de nunca ter sido necessariamente negligenciada pela grande mídia, tivesse assumido, nas últimas décadas, uma nova dimensão que não lhe permite permanecer restrita à seção policial ou às primeiras páginas dos jornais populares. Diante disso, poderíamos então perguntar: e quais as implicações desse novo quadro para a área da segurança pública? É, precisamente, dessa questão que iremos tratar em nossa próxima aula.

Resumo

As principais temáticas analisadas em nossa quinta aula foram: reportagem policial, jornalismo popular e cobertura de segurança pública.

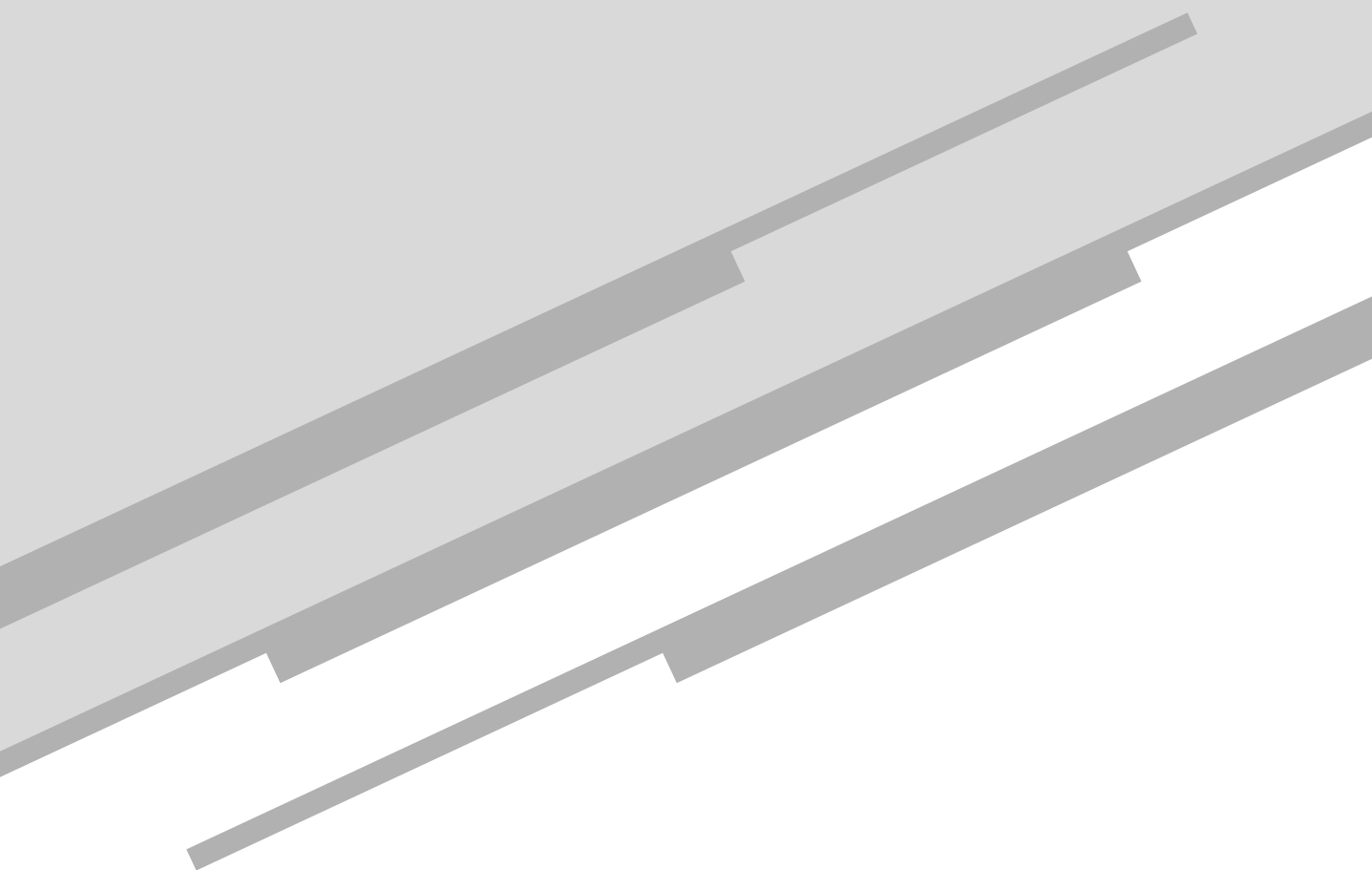
Nas últimas décadas, houve um considerável aumento de visibilidade da violência na grande mídia nacional. Esse aumento significou não só ganho quantitativo de espaço nos veículos informativos, mas, sobretudo, mudanças qualitativas no modo de apreender e noticiar os fatos criminais. Prova de tais mudanças encontra-se, por exemplo, na emergência das coberturas de segurança pública, que se pretendem um canal de diálogo entre a mídia e o poder público.

Sendo assim, importa ressaltar as seguintes afirmações:

1. há um amplo reconhecimento quanto à importância da reportagem policial na formação profissional do jornalista;
2. a percepção do aumento da violência tem produzido mudanças significativas no jornalismo policial;
3. há um tipo de relação muito particular entre reportagem policial e jornalismo popular;
4. em determinados veículos informativos, cada vez mais as reportagens policiais têm servido de subsídio para novas formas de fazer jornalístico.

Aula 6

Mídia e política de segurança pública



Edilson Márcio Almeida da Silva

Meta

Discutir a influência da mídia no desenvolvimento das políticas de segurança pública.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o tipo de tratamento tradicionalmente conferido ao tráfico de drogas na mídia;
2. descrever como a abordagem midiática do tráfico de drogas mudou nas últimas décadas, particularmente após o caso Tim Lopes;
3. estabelecer a relação entre o discurso sobre violência difundido pela mídia e o desenvolvimento de políticas de segurança pública, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Introdução

Há, hoje, nas diversas capitais brasileiras, uma representação amplamente disseminada pelo senso comum que coloca a existência do crime organizado relacionado ao tráfico de drogas no centro das discussões e análises produzidas sobre a violência.

Em meio à multiplicidade de práticas criminosas verificadas nas cidades de médio e grande porte do país, parece inexistir, segundo tal representação, qualquer curso de ação que não possa se ver, direta ou indiretamente, associada àquele ator social.

Grosso modo, isso significa que a prática de atos ilícitos, tais como roubos e assassinatos, por exemplo, vem deixando de ser socialmente percebida como ações isoladas de criminosos individuais e, por consequência, encarada como parte de uma estrutura maior que envolve traficantes, usuários e, não raro, agentes formalmente responsáveis pela provisão de segurança à população.

De acordo com essa perspectiva, o crescimento e a disseminação do tráfico de drogas no meio urbano seriam produto de uma profunda crise de autoridade. Crise essa cujos efeitos fazem-se sentir, não só, mas, sobretudo, na notável ineficiência das agências estatais para lidar com o fenômeno da violência.

Uma das resultantes desse quadro de encolhimento do Estado e avanço da criminalidade é o florescimento de discursos sobre os novos tempos, percebidos como difíceis e ameaçadores, o que, por consequência, tende a estimular a produção de crescentes demandas por segurança pública.

Segundo o raciocínio apresentado, uma vez que o fortalecimento do crime organizado deriva da ausência do Estado, apenas com uma ação mais efetiva de sua parte e a adoção de políticas substantivas seria possível alterar a situação.

Nas últimas décadas, esse tipo de representação tem encontrado forte apelo na grande mídia, principalmente em cidades como o Rio de Janeiro, nas quais o tráfico de drogas é tido como elemento central na produção da violência.

Relações entre mídia e tráfico de drogas no Rio de Janeiro: a fase de diálogo

Derivada do latim *notitia*, o termo notícia significa notoriedade, conhecimento de alguém, noção. Nesse sentido, notícia é “qualquer tipo de informação que apresenta um acontecimento novo e recente ou que divulga uma novidade sobre uma situação já existente”. (OLIVEIRA JR., 2014, p. 22)

Em jornalismo, porém, como observa o filósofo canadense Herbert Marshall McLuhan (1969), “notícia é sempre má notícia – má notícia *a respeito de* alguém ou *para* alguém”. (MCLUHAN, 1969, p. 232, grifo nosso)

Prova disso encontra-se no destaque jornalístico conferido a episódios trágicos como, por exemplo, a Chacina de Vigário Geral, ocorrida em 1993, que deixou 21 mortos, ou a Chacina da Baixada, de 2005, quando 29 pessoas foram assassinadas a tiros nos bairros de Queimados e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ). No caso da Chacina da Baixada, significativamente, um dos maiores jornais do Rio de Janeiro dividiu a primeira página da edição em que a notícia foi veiculada com a da morte do Papa João Paulo II, o que reforça a máxima cunhada por McLuhan.

Entre nós, brasileiros, no que diz respeito à segurança pública, o tráfico de drogas costuma ser apontado como o provedor por excelência das más notícias, uma vez que é considerado o principal responsável pelo avanço da criminalidade e da violência no país.

Embora, de forma alguma, a sua presença no noticiário represente uma novidade, não há como deixarmos de reconhecer que, hoje, a grande mídia tem encarado questões relativas ao tráfico de drogas sob uma nova perspectiva.



Relembrando: a abordagem do tráfico sob uma nova perspectiva foi apresentada na Aula 5, ao estudarmos a transição das antigas reportagens policiais para as novas coberturas de segurança pública.

Não se trata apenas, como vimos, da ampliação de espaços concedidos à temática (o que, inegavelmente, aconteceu), mas de uma mudança no tipo de tratamento editorial do tema.

De acordo com agentes midiáticos entrevistados por Silva (2010), até a década de 1980, o relacionamento entre a imprensa e o tráfico de drogas era considerado relativamente tolerante. Prova disso é que, no período, bastava ao repórter informar ao traficante de sua presença que logo obtinha permissão para transitar no interior das favelas.

Por conta dessas e outras facilidades, não foram poucos os jornalistas que conseguiram estabelecer algum vínculo de proximidade com traficantes, o que lhes permitia, por exemplo, fazer fotos exclusivas de bandidos encapuzados portando fuzis ou metralhadoras. Em regra, essas fotos vinham a se tornar a ilustração de reportagens sobre estes, nas quais, os seus nomes ou codinomes costumavam aparecer com bastante destaque. O mesmo se passava em relação às facções criminosas a que pertenciam.

Contudo, segundo os entrevistados, a partir da década de 1990, essa relação relativamente harmoniosa, que parecia fluir dentro de certa tranquilidade, começou a apresentar desgastes e, conseqüentemente, os primeiros sinais de conflito.

Segundo vários jornalistas, o problema teria se iniciado a partir do momento em que a imprensa deixou de se ater a problemas de infraestrutura nas áreas dominadas pelo tráfico (ruas esburacadas, bairros sem água, entre outros) e passou a “denunciar” irregularidades que poderiam, de alguma forma, trazer prejuízos para o **“Movimento”** (maus tratos a moradores, suborno a policiais, entre outros).

A partir daí, afirmam eles, o bom relacionamento com os **“comandos locais”** e, por extensão, com as próprias “comunidades” teria sofrido os primeiros abalos, passando a ser progressivamente conturbado. O processo de mudança teve início na década de 1980 e foi corporificado na de 90, mas o seu auge só seria atingido na década seguinte, quando houve a ruptura completa das relações de proximidade entre jornalistas e traficantes.

Movimento

Gíria correntemente empregada para fazer referência ao tráfico de drogas a varejo nas favelas cariocas.

Comando local

Termo usualmente empregado para fazer referência aos agentes que controlam o tráfico de drogas nas favelas cariocas. Não raro, os comandos locais dispõem de uma estrutura hierárquica que compreende o “dono da boca” (chefia local do tráfico de drogas), o “gerente” (braço direito do “dono da boca”), o “vapor” (pequeno vendedor de drogas), o “soldado” (segurança da boca e do morro), o “olheiro” (vigia da “boca”), o “arameiro” (responsável por obter armas para os traficantes), o “avião” (que busca e entrega a droga para o cliente), o “endolador” (que embala a droga), entre outros.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Em janeiro de 1986, foi amplamente noticiada pela mídia a fuga do traficante de drogas José Carlos do Reis Encina, popularmente conhecido como “Escadinha”, que foi resgatado de helicóptero do extinto presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande, Rio de Janeiro, na tarde de 31 de dezembro de 1985.

Talvez você não se lembre desse episódio. Então, que tal fazer uma pesquisa na internet? Procure por um jornal que tenha noticiado esse fato e anote o endereço da página. Escreva, nas linhas a seguir, o nome do jornal, o endereço do *site* e descreva qual foi a abordagem jornalística dada a esse fato.

Resposta comentada

Como era bastante comum na década de 1980, trata-se de um tipo de abordagem jornalística (que ainda não foi inteiramente superada) na qual há publicação de fotos e é conferido grande destaque às ações criminosas. Com isso, os bandidos são, mesmo que involuntariamente, exaltados, uma vez que têm seus nomes/codinomes divulgados, assim como os de suas respectivas facções criminosas.

Relações entre mídia e tráfico de drogas no Rio de Janeiro: o caso Tim Lopes

Jornalistas diversos apontam como razão da ruptura das relações de proximidade entre mídia e tráfico o assassinato do repórter investigativo Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, mais popularmente conhecido como Tim Lopes.



Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, mais conhecido como Tim Lopes, nasceu em Pelotas em 18 de novembro de 1950. Aos oito anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, passando a residir no Morro da Mangueira.

Iniciou a carreira como contínuo no editorial Domingo Ilustrado, de propriedade do jornalista Samuel Wainer, que teria lhe dado o apelido de Tim, por considerá-lo parecido com o cantor Tim Maia.

Conquistou diversos prêmios na carreira; dentre eles, o Prêmio Abril de Jornalismo (1985 e 2002) e o Prêmio Esso (2001).

Faleceu em junho de 2002 durante a apuração de informações para uma reportagem na favela Vila Cruzeiro.

Para saber mais sobre Tim Lopes, você poderá acessar o link <http://www.timlopes.com.br/>.

Além disso, também poderá assistir ao documentário elaborado pelo filho do jornalista, intitulado *História de Arcanjo: um documentário sobre Tim Lopes*.

Conforme amplamente divulgado em toda a mídia nacional, o assassinato de Tim Lopes aconteceu após o repórter ser surpreendido com uma câmera oculta em um baile *funk* realizado no dia 2 de junho de 2002 na favela Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. A execução do jornalista que, segundo consta, foi precedida de requintes de crueldade, teria sido uma resposta dos traficantes à exibição de sua reportagem “Feira das Drogas”, no *Jornal Nacional*, da TV Globo, em 3 de agosto de 2001.



A reportagem “Feira das Drogas” mostra a ação de traficantes, anunciando e vendendo drogas (no caso, maconha e cocaína) a céu aberto, como se estivessem numa feira livre. Em relação à autoria do crime, Souza (2002) relata que

[...] foi André da Cruz Barbosa, o André Capeta, quem abordou o jornalista, ajudado por Maurício de Lima Bastos, o Boizinho. Os dois, com um rádio transmissor-receptor nas mãos, avisaram o chefe Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco. Da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, Tim foi levado para a Favela da Grota, no Complexo do Alemão. Ali, os dois traficantes juntaram-se ao chefe e a Renato Souza de Paula, o Ratinho, que tinha sido filmado por Tim, limpando um fuzil durante a reportagem sobre a feira de drogas (SOUZA, 2002, p. 26).

Por uma série de razões, práticas e simbólicas, o episódio ganhou uma dimensão tal que aguçou ainda mais a sensibilidade dos jornalistas para a questão da violência, tornando-se, assim, uma espécie de marco das mudanças de relação entre a imprensa e o tráfico, e uma referência para se refletir, de forma mais consequente, sobre os riscos que, eventualmente, envolvem o fazer jornalístico.

No que se refere às razões de ordem prática, o efeito da morte de Tim Lopes sobre o jornalismo nacional pode ser ilustrado, por exemplo, pelo fato de que, a partir daí, empresas do setor começaram a adotar um conjunto de medidas com o objetivo de garantir a segurança dos seus profissionais.

Dentre tais medidas, pode-se mencionar a aquisição, nas empresas de grande e médio porte, de carros blindados e de coletes à prova de balas para uso de repórteres em serviço. Isso sem mencionar a orientação formal, entre outras, de que:

- o repórter deixe de subir morros, caso isso represente algum risco à sua vida;
- haja maior ponderação quanto à publicação de fotos de bandidos armados e encapuzados;
- sejam adotadas posturas mais criteriosas na divulgação dos nomes/codínomes de traficantes e das suas respectivas facções criminosas.

Notícias do Rio

Bandidos armados e encapuzados invadem Residência no centro da cidade



RIO — Moradores de Santa Theresa estão apavorados com a onda de assaltos e roubos a residências que atingiu o bairro nas últimas semanas. Segundo na página da Associação de Moradores de Santa Theresa (Amorast) no Facebook, há relatos de pelo menos 15 casos. Com medo, as pessoas estão reforçando a segurança por conta própria: instalando cercas elétricas, sistema de alarme, portas blindas e usando até mesmo o antigo recurso de colocar sacos de vidros nos móveis.

Na madrugada de segunda-feira, dois dias depois, houve mais um caso. Enquanto a família estava viajando, alguém entrou na casa por uma abertura, foi até o quarto da filha do casal e roubou um aparelho de som. O ladrão circulou pela casa, abriu a porta e ainda deixou vestígios do uso de drogas. Como se não bastasse, no dia seguinte um homem foi visto andando pelas ruas do bairro. Um segurança contratado não viu, mas o suspeito se aproximou e fugiu.

Figura 6.1: De modo geral, as empresas de comunicação têm orientado seus profissionais a serem ainda mais criteriosos quanto à publicação de imagens de criminosos.

Quanto às razões de ordem simbólica, ao que nos interessa, aqui cabe ressaltar que, para além dos objetivos pragmáticos de proteger os jornalistas e não dar visibilidade ao tráfico de drogas, tais medidas carregam, também, outra significação.

Isso porque, com a morte de Tim Lopes, os profissionais de comunicação social (sobretudo os do Rio de Janeiro) viram-se às voltas com um problema que, ainda que involuntariamente, ajudaram a construir e, agora, precisam ser capazes de exorcizar.

Ao que parece, o primeiro passo nesse sentido consiste numa patente redefinição de fronteiras. Até porque se, no passado, sob pretexto de denunciar ações criminosas, muitos jornalistas acabavam dando visibilidade a bandidos e facções criminosas, o que, consequentemente, lhes permitia gozar de relativa liberdade para transitar nos territórios dominados pelo tráfico, hoje, o quadro se alterou sensivelmente.

Prova disso reside na reportagem publicada no *site* do jornal *O Globo*, no dia 21 de novembro de 2014, intitulada “Equipe do GLOBO é recebida a tiros na Rocinha”. O *lead* da reportagem é o seguinte:

Uma equipe de reportagem do GLOBO foi recebida a tiros, por volta das 9h desta sexta-feira, quando chegava à comunidade da Rocinha, na região da Via Ápia, na Zona Sul do Rio. Os jornalistas iam fazer uma reportagem sobre o alargamento da Rua 2 e as consequentes desapropriações previstas nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2). Durante os disparos, a Associação de Moradores da Rocinha fechou as portas, forçando a equipe a buscar abrigo em uma loja. Após cinco minutos de tiros, um homem bateu na porta do estabelecimento ordenando a saída dos repórteres da comunidade. (EQUIPE..., 2014)



Leia mais sobre esse assunto em: <http://oglobo.globo.com/rio/equipe-do-globo-recebida-tiros-na-rocinha-14623377#ixzz3K0avQVLS>.

Como sugere a reportagem, se algum dia houve relações de proximidade entre mídia e tráfico, hoje, vive-se um quadro bastante distinto, no qual os atores e agentes envolvidos tendem a tomar-se como potenciais inimigos, aberta e reciprocamente declarados.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Reportagens como a intitulada “Traficantes armados posam para fotos em piscina de vila olímpica no Rio” (*Portal G1*, edição de 20 de outubro de 2014) exemplificam o modo como as notícias sobre o tráfico de drogas costumam ser estampadas nas páginas dos principais veículos informativos do país. Sabemos que a forma como um fato é noticiado na mídia pode trazer determinadas consequências.

Descreva nas linhas a seguir:

- as possíveis consequências da veiculação de notícias como, por exemplo, a de traficantes armados posando para fotos na piscina de uma vila olímpica no Rio de Janeiro;
- como a abordagem do tráfico de drogas na mídia mudou após o caso Tim Lopes.



Para ler a reportagem na íntegra, acesse o seguinte endereço:
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/traficantes-armados-posam-para-fotos-em-piscina-de-vila-olimpica-no-rio.html>.

Resposta comentada

Ao realizar esse tipo de reportagem, há, por um lado, uma pressão da mídia no sentido de fazer com que as autoridades públicas cumpram o

seu papel. Mas, por outro, à medida que divulga os nomes/codínomes de criminosos e suas respectivas facções, ela lhes confere visibilidade, o que contribui para a construção de uma imagem que deslegitima o Estado, podendo se voltar, inclusive, contra eles mesmos. Por essa razão, nos últimos tempos, especialmente após a morte de Tim Lopes, há uma orientação no meio jornalístico no sentido de que, em se tratando de ações criminosas, seja dado mais destaque aos fatos do que a seus eventuais autores.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)

Conforme abordamos no início da aula, há um discurso dominante no Brasil (e que se faz fortemente presente na grande mídia), segundo o qual o avanço do tráfico de drogas no meio urbano seria produto de um vazio da ordem, ou seja, de um suposto enfraquecimento das forças da ordem frente ao avanço de problemas sociais, como a criminalidade, por exemplo.

De acordo com esse discurso, uma vez que o fortalecimento da criminalidade relacionada ao tráfico de drogas deriva da ausência do Estado, só este pode ser capaz de lhe oferecer uma resposta minimamente satisfatória, o que seria concretizado com a adoção de políticas substantivas e ações institucionais na área da segurança pública.

Posto que os domínios de distribuição varejista de drogas (os mais propícios para a manifestação de conflitos armados entre bandidos em disputa) encontram-se majoritariamente situados nas favelas cariocas, estas viriam a se tornar o lócus por excelência de intervenção do poder público ou, melhor dizendo, de intervenção policial.

Historicamente, tais intervenções têm sido pautadas pelo que poderíamos chamar de incursões bélicas. Interpretadas como ambiente gerador de todo tipo de desvio, as favelas têm sido, há muito, tomadas como espaços preferenciais de atuação policial para redução da criminalidade e da violência.

Trata-se de uma visão difundida há décadas no Brasil e que se tornou uma espécie de senso comum. Segundo essa perspectiva, haveria uma associação direta e necessária entre variáveis como pobreza e crime ou desestruturação familiar e degradação moral.

Isso quer dizer que, a despeito do governo vigente, as políticas de policiamento nas favelas do Rio de Janeiro costumam ser baseadas no combate armado, o que tem gerado um grande número de mortes violentas, sobretudo, entre jovens negros do sexo masculino.



Conforme conferência proferida pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 2007, os homicídios dolosos praticados por ano no Brasil têm como vítimas preferenciais jovens pobres e negros, moradores de favelas e periferias não só das grandes cidades, mas de todo o país.

Nº DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES

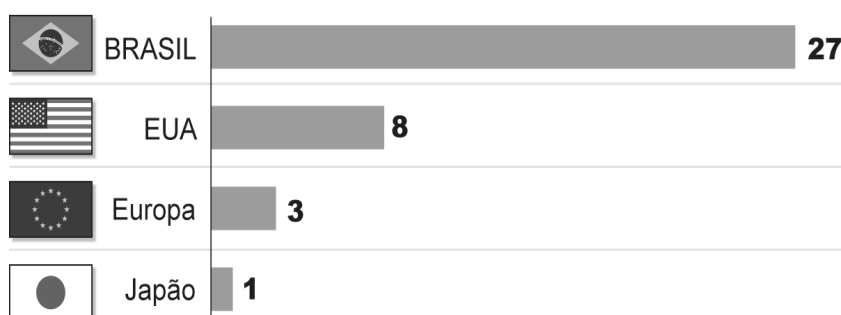


Figura 6.2: Segundo Soares, os homicídios no Brasil atingem 27 vítimas a cada 100 mil habitantes, contra oito nos EUA, três na Europa e apenas uma no Japão.

Em nosso país, essa proporção torna-se ainda maior na população masculina (54 mortes por 100 mil habitantes), subindo para 100 vítimas a cada 100 mil habitantes, se o universo considerado for de homens jovens entre 15 e 24 anos.

Em algumas favelas do Rio de Janeiro, os números podem se elevar ainda mais, passando para 240 vítimas por 100 mil habitantes. De acordo com o antropólogo, boa parte dos crimes é perpetrada

pelo próprio Estado, haja vista que, entre 2003 e 2006, das 4.300 mortes resultantes de ações policiais no Rio de Janeiro, 65% apresentavam sinais claros de execução.

Nº DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES

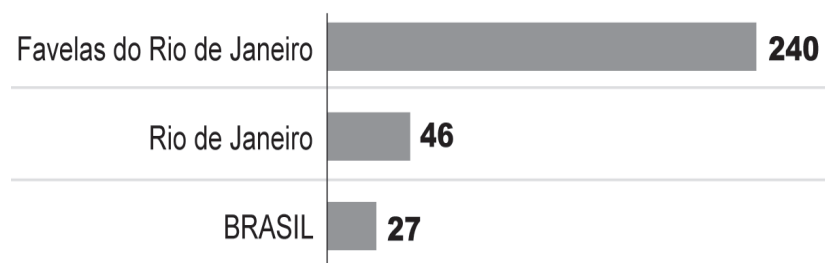


Figura 6.3: Dependendo da região, o índice pode ser bem mais elevado, como nas favelas do Rio de Janeiro, em que a proporção de homicídios por 100 mil habitantes é significativamente maior que o índice nacional.

Fonte: Oliveira (2007) e Waiselfisz (2012).

Procurando se contrapor a essa tendência, pelo menos desde a década de 1980, algumas tentativas têm sido adotadas no sentido de implementar modos de fazer policial inspirados no policiamento comunitário, tal qual desenvolvido nos Estados Unidos da América. Dentre elas, pode-se mencionar: o Mutirão pela Paz, os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs) e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).



Apontado como uma das primeiras tentativas de incorporação do policiamento comunitário no Rio de Janeiro, o Projeto Mutirão Pela Paz foi implementado em 1999 na favela do Pereirão, em Laranjeiras, durante a gestão do antropólogo Luiz Eduardo Soares como coordenador de segurança, justiça e cidadania na Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Para além de promover o policiamento, o projeto propunha-se a realizar o que se convencionou chamar de “ocupação social”, fazendo chegar à localidade instrumentos básicos de acesso à cidadania. Em atenção às demandas locais, o Mutirão:

- forneceu bolsas de estudos para pré-vestibulandos;
- distribuiu material escolar para estudantes;
- trouxe para a favela uma unidade do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), que realizou o processo de identificação civil dos moradores sem documentos; e, não menos importante,
- estabeleceu um canal de comunicação entre a comunidade e o poder público.

Atualmente desativado, o projeto chegou a ser também implantado no morro Santa Marta, em Botafogo, havendo, a princípio, a previsão de que fosse estendido para várias outras favelas da cidade – o que não ocorreu.



O GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais) é outra iniciativa inspirada nos moldes da polícia comunitária. Formalmente, tem como objetivo impedir o controle armado por parte de criminosos dentro das áreas contempladas pela iniciativa, de modo a garantir aos moradores o direito de ir e vir.

O primeiro grupamento desse tipo foi instalado no ano 2000 nas comunidades do Cantagalo/Pavão/Pavãozinho, entre os bairros de Copacabana, Ipanema e Lagoa. Em pouco tempo, o número de homicídios e ocorrências de bala perdida na localidade foi drasticamente reduzido.

Com isso, as ações dos policiais passaram a se concentrar em atividades de assistência a doentes e grávidas, ficando as ocorrências criminais (como, por exemplo, apreensões de drogas) bastante li-

mitadas. No ano de 2002, foram instalados outros três grupamentos: na comunidade do Cavalão, em Niterói; nas comunidades da Formiga/Chácara do Céu/Casa Branca, na Tijuca; e na Vila Cruzeiro, na Penha.

Como parte da dinâmica de implantação dos GPAEs, primeiro ocorre a recuperação territorial; depois, a ocupação e o estabelecimento da unidade. O número de policiais permanentes nas favelas diminui à medida que é registrada uma acentuada queda no número de homicídios. Embora o projeto ainda não tenha sido extinto, nos últimos anos alguns GPAEs foram transformados em UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora).

Por uma série de razões, o projeto das UPPs foi o que obteve, até o presente, os mais significativos resultados.

Concebido como um projeto estrategicamente relevante para a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a implantação das UPPs teve início na favela Santa Marta, Zona Sul do Rio de Janeiro, no ano de 2008.

Do ponto de vista formal, o projeto caracteriza-se como uma política pública que pretende instituir em “comunidades” dominadas por facções criminosas um esquema de controle social baseado no policiamento de proximidade.

De acordo com o depoimento do ex-comandante geral da Polícia Militar, Coronel Mario Sérgio Duarte, o objetivo das UPPs consiste, fundamentalmente, em “retomar os territórios apropriados criminosamente por bandos e facções, livrando seus moradores das garras despóticas e assassinas dos traficantes de drogas”, projeto este que, segundo o discurso social dominante, teria gerado resultados bastante positivos (DUARTE, 2009).

É isso o que aponta, por exemplo, uma pesquisa de opinião encomendada pelo jornal *O Globo* ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS). Segundo o estudo, publicado na edição do jornal do dia 11 de dezembro de 2010, sob o título “Pesquisa mostra alta aprovação das

UPPs em favelas, sejam pacificadas ou não”, a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora em “favelas até então controladas por traficantes e milicianos melhora a segurança da população e também a própria relação dos moradores com a Polícia Militar”.

De acordo com a matéria, assinada pelo repórter Fábio Vasconcellos, a pesquisa – realizada por telefone com 800 moradores de favelas (400 onde há UPPs e 400 onde não há UPPs) – mostra que:

[...] as UPPs são amplamente aprovadas em favelas com e sem as unidades de pacificação (92% e 77%, respectivamente). Por outro lado, em locais com UPPs, a confiança na PM é mais que o dobro da registrada em favelas ainda não pacificadas (60% contra 28%). O percentual de pessoas que afirmam não confiar na PM é maior, por outro lado, nas comunidades que não foram beneficiadas pelas UPPs (28% contra 13% das que contam com as unidades de polícia) (VASCONCELOS, 2010).

Sem entrar no mérito do alcance, limites ou condições sociais de produção da referida pesquisa, pretendemos salientar que a divulgação dos seus resultados num dos mais influentes veículos informativos do país, evidentemente, produziu efeitos. No mínimo, por emprestar visibilidade ao entendimento de que, pelo menos àquela altura, o projeto das UPPs contava com forte adesão social, inclusive, junto aos sujeitos mais diretamente afetados por seus efeitos, isto é, os moradores de favelas.

Com base nesse tipo de respaldo, autoridades da área de segurança pública e outros importantes atores sociais passaram a se referir, consensualmente, à política de pacificação como um genuíno “caso de sucesso”.

Se fizermos um balanço do noticiário relativo às UPPs nos mais destacados meios de comunicação do Rio de Janeiro, sobretudo entre os anos de 2010 e 2012, é possível notar que, sem sombra de dúvidas, tais veículos corroboraram o discurso das autoridades públicas. Isso porque, muito embora a temática das UPPs venha sendo frequentemente pautada na grande mídia carioca, pelo menos até meados do ano de 2013, a mesma não costumava figurar como objeto de críticas ou de maiores problematizações, fazendo, assim, com que prevalecesse o discurso das autoridades públicas com relação ao sucesso das UPPs.



André Sampaio

Figura 6.4: Sede da UPP Santa Marta, a primeira a ser instalada no Rio de Janeiro.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:UPP_Santa_Marta.jpg?uselang=pt-br

A ação policial nas áreas pacificadas

Se, conforme procuramos apontar, as UPPs costumam ser celebradas como um “caso de sucesso” nos discursos das autoridades e da grande mídia, o mesmo não pode ser dito em relação à boa parte dos policiais que atuam nas chamadas áreas pacificadas.

Antes disso, em diversos contextos pesquisados, é recorrente o discurso segundo o qual, com a chegada das UPPs, os policiais tornaram-se “obrigados” a exercer uma série de atividades que, para muitos, excedem ou nada têm a ver com o “trabalho da polícia”. A resistência, no caso, está intimamente ligada a uma visão de que o papel da polícia consiste, fundamentalmente, na realização de atividades como apreensão de armas e drogas, combate a bandidos, efetuação de prisões etc.

De acordo com esse discurso, agora, até mesmo problemas relativos à iluminação pública e ao fornecimento de água têm sido endereçados à UPP, o que, para muitos, não tem qualquer relação com o fazer policial.

Considerando esse tipo de função um trabalho assistencial, não raro argumenta-se que o ofício da polícia não consiste em resolver proble-

mas de infraestrutura da região, tais como questões relativas ao abastecimento de água, de luz, consertos de buracos, ainda que, em contrapartida, haja quem considere que é melhor tentar resolver esse tipo de situação que arriscar a vida em confronto com criminosos.

Como assinala Nascimento (2013), o mesmo tipo de predisposição negativa dos policiais pode ser encontrado em relação aos assim chamados conflitos de proximidade (brigas, furtos e roubos entre vizinhos, casais, familiares, entre outros). A esse respeito, muitos afirmam que, com a adoção do novo modelo de policiamento, o policial acabou por se tornar “o segurança do morro” e, em razão disso, assumiu como sua principal função “mediar conflitos de moradores”.

Diversos são os policiais que reclamam da multiplicidade de pequenos desacordos que, atualmente, demandam a sua atenção. Desacordos esses que, em sua maioria, nada têm a ver com drogas e/ou armas, historicamente representados como os alvos preferenciais da atuação policial no Rio de Janeiro.

A visão dos moradores sobre a ação policial das UPPs

Contrariando os dados da pesquisa publicada no jornal *O Globo* (VASCONCELOS, 2010), não são poucos os moradores de áreas pacificadas que, nos últimos anos, têm endereçado críticas ou questionamentos à nova ordem estabelecida. Segundo eles, se, antes, a polícia realizava apenas operações pontuais nas favelas (ainda que, não raro, dotadas de notável beligerância), hoje, com a sua presença permanente, novos problemas passaram a fazer parte do cotidiano.

Nesse sentido, uma das principais reclamações diz respeito às abordagens policiais, posto que, com a instalação de uma UPP em determinada localidade, os habitantes e demais pessoas que transitam pelo local tornam-se alvo de revistas que podem ocorrer até duas ou três vezes ao dia, durante vários dias da semana.

Aliadas a outras ações reconhecidamente arbitrárias (como, por exemplo, a proibição dos bailes *funk*), tais situações tendem a ser encaradas como constrangedoras e até mesmo revoltantes, sobretudo, porque a desconfiança sistemática a que diversos atores locais são reiteradamente submetidos contraria em muito as expectativas de que, com as mudanças em curso, eles finalmente seriam tratados como cidadãos.



Para aprofundar seus conhecimentos sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), recomendamos que você assista a 4 X UPP (Brasil, 2011). Trata-se de um documentário, em quatro partes, coordenado por Cacá Diegues e dirigido por cineastas de diferentes comunidades do Rio de Janeiro. Abordando uma série de questões diretamente ligadas à implantação das UPPs, o filme desperta interesse, sobretudo, por trazer o ponto de vista de moradores das “áreas pacificadas” sobre os impactos da nova política em suas vidas.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

A reportagem publicada no *site* da revista *Veja*, no dia 13 de novembro de 2011, sob o título “A ocupação da Rocinha pelas forças de segurança”, traz o seguinte texto: “Desde a manhã deste domingo, policiais e militares ocupam as favelas da Rocinha e do Vidigal, na operação Choque de Paz. Durante a ocupação, eles conseguiram algo raro: entraram em uma área complexa, controlada por bandidos, sem disparar um tiro sequer”. Na foto que ilustra a reportagem, militares e moradores comemoram durante a cerimônia de hasteamento das bandeiras do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro na favela da Rocinha.

Com base na reportagem apresentada, descreva como o discurso da mídia pode reforçar políticas públicas como, por exemplo, o projeto das UPPs.

Resposta comentada

Nas últimas décadas, crescentes demandas têm sido apresentadas ao poder público do Rio aludindo à necessidade da adoção de políticas de segurança capazes de conter a violência derivada do tráfico de drogas. A mais recente resposta a tais demandas tem sido a implantação das UPPs, cujo relativo sucesso deriva, entre alguma medida, do apoio recebido da grande mídia, que exalta, em outros aspectos, a baixa letalidade policial nas áreas pacificadas.

Os efeitos perversos do sucesso

Desde o início de sua implantação, no ano de 2008, as UPPs foram ampla e positivamente divulgadas pelos maiores meios de comunicação do Rio de Janeiro, o que fez com que o projeto assumisse centralidade no debate público e, por corolário, recebesse crescente atenção do governo estadual.

Como resultado do processo de construção das UPPs como um “caso de sucesso” – do qual, de forma deliberada ou não, a mídia acabou por participar ativamente –, erigiram-se demandas crescentes em torno da necessidade de instalação de UPPs em diversas áreas do Rio de Janeiro, numa espécie de efeito circular que encontrou na própria mídia um importante elemento propulsor e ressonante.

A título de ilustração do papel desempenhado pelos veículos informativos nesse processo, pode-se mencionar uma reportagem publicada na edição do dia 4 de novembro de 2011, no caderno de Niterói do jornal *O Globo*, na qual consta uma entrevista com o coronel da PM Sérgio Mendes Afonso, então recém-empossado como comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar (responsável pelo policiamento ostensivo das cidades de Niterói e Maricá).

A reportagem é, significativamente, iniciada com a seguinte questão: “Uma das reivindicações da população de Niterói é a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no município. O senhor pretende encampar a luta para a implantação de uma unidade?” (BARRETO, 2011). Em atenção à pergunta, o oficial responde, de forma não menos significativa, que:

A UPP é o sonho de consumo de todo comandante. Isso não é só em Niterói. É em São Gonçalo, na Baixada Fluminense em outras regiões. Mas a decisão de onde serão instaladas as próximas unidades não passa pelo crivo do comandante. Trata-se de uma decisão estratégica da Secretaria de Segurança. Claro que uma UPP será muito bem-vinda em Niterói, sobretudo no Centro, onde existem comunidades que têm essa demanda. Farei o que puder para que isso aconteça. (BARRETO, 2011, p. 7)

No mesmo sentido, na edição do jornal *O Globo* do dia 9 de março de 2011, vamos encontrar uma reportagem, com chamada na primeira página, versando sobre a homenagem que a comandante da primeira UPP do Rio, a major Pricilla Azevedo, recebeu da primeira-dama dos Estados Unidos da América, Michelle Obama.

Logo abaixo da matéria, numa chamada um pouco menor, há um pequeno texto intitulado: “Enquanto isso em Niterói”, que relata a “onda de violência” vivida na cidade. O interessante da reportagem é que a forma como estão dispostas as fotografias e os textos, e mesmo o seu conteúdo, apontam para a existência de uma relação direta entre o alardeado sucesso das UPPs no Rio de Janeiro e o consequente deslocamento de criminosos para o município vizinho, até o momento, não contemplado com uma UPP.

A propósito, desde a implantação das primeiras UPPs no Rio de Janeiro, discursos que apontam um movimento migratório de bandidos para cidades vizinhas, como Niterói (incrementando, assim, a violência na cidade), assumiram notável visibilidade.



Figura 6.5: O mapa apresenta as regiões em que UPPs foram implantadas no Rio de Janeiro. Por meio dele, é possível perceber as áreas cobertas e entender as demandas por UPPs de outras regiões, tal qual noticiado pela mídia.

Não há dúvidas de que as inúmeras reportagens veiculadas sobre o assunto fazem da mídia um aparelho de pressão capaz de sensibilizar o poder público acerca da necessidade de expansão das UPPs. Como resultado, numa espécie de efeito circular, à medida que identificam a pressão exercida pelos grandes veículos informativos, os próprios moradores de localidades como Niterói põem-se a exigir providências das autoridades, o que pode ser verificado, por exemplo, nas cartas de leitores enviadas aos jornais ou mesmo em manifestações coletivas, como a ocorrida numa passeata contra o aumento da violência, que mobilizou mais de 500 pessoas no bairro de São Francisco no dia 11 de março de 2012.

O mais interessante é que, embora muitas vezes as reportagens possam soar críticas, uma vez que apontam um efeito perverso da instalação das UPPs na capital do estado (qual seja, a migração de criminosos para outras áreas do Rio de Janeiro), há, nelas, um reconhecimento indireto do caráter bem-sucedido do projeto que, por isso mesmo, é representado como algo que deve ser estendido a toda a Região Metropolitana.

Sendo assim, a despeito do enquadramento conferido ao tema, parece evidente que se, nos últimos anos, as UPPs têm sido celebradas como

uma política pública eficaz no combate ao tráfico de drogas e na produção do sentimento de segurança da população, esse sucesso deriva, entre outros fatores, da adesão e legitimação que tal política encontrou junto aos principais veículos de comunicação do Rio de Janeiro.

Conclusão

Em contextos de grandes capitais, não é possível desconsiderar o papel exercido pela mídia na construção, difusão e visibilidade dos problemas tidos como socialmente relevantes. No que diz respeito às UPPs do Rio de Janeiro, por exemplo, um levantamento do material veiculado na grande mídia permite-nos constatar que, pelo menos nos seus primeiros anos de existência, tal política encontrou forte adesão junto aos mais destacados veículos de comunicação da cidade. Encaradas com uma resposta necessária do poder público a uma questão que, há décadas, vinha sendo denunciada pelos jornalistas (o avanço da violência derivada do tráfico varejista de drogas), as UPPs foram celebradas como um inequívoco caso de sucesso, o que, por desdobramento, gerou expectativas crescentes em relação a seu alcance e seus resultados.

Prova disso reside, por exemplo, na existência de uma verdadeira mobilização social em torno da implantação de uma UPP na cidade de Niterói. Mobilização essa que se expressa (não só, mas de forma particularmente visível) através da mídia, com o objetivo manifesto de pressionar as autoridades públicas a reagirem à migração de criminosos vindos do Rio de Janeiro, já que esta é apontada como o grande responsável pelas “ondas de violência” ora observadas no município.

Assim, se, por um lado, as localidades e arredores das áreas contempladas com UPPs costumam ser descritas como palco da produção de um discurso sobre o aumento da segurança, o contrário se verifica, numa espécie de efeito perverso, nas áreas onde isso ainda não se sucedeu, ou seja, o sentimento de insegurança, que deixou de ter ressonância nas proximidades das “comunidades pacificadas”, tende a aparecer, agora, preferencialmente, nas outras regiões ou cidades do estado não agraciadas com a referida política.

Segue-se, por consequência, a emergência de um verdadeiro clamor social, em diversas localidades, pela instalação de UPPs. Clamor esse que, não raro, se objetiva e difunde por meio dos noticiários produzidos pela grande mídia.

Atividade final

Atende aos objetivos 2 e 3

No dia 6 de novembro de 2011, a coluna social do jornal *O Globo* de Niterói trazia uma pequena nota contendo o seguinte texto: “Novo endereço – Traficantes foragidos dos morros do Rio com a implantação de UPPs na capital estão vendendo drogas no Viçoso Jardim, onde moradores ou visitantes do bairro vêm sendo assaltados com frequência.”

Desde que foram instaladas as primeiras UPPs, notícias como esta tornaram-se relativamente comuns. Estabeleça a relação entre o discurso sobre violência difundido pela mídia e o direcionamento dado a políticas de segurança pública, como as UPPs.

Resposta comentada

Dado que uma política pública como a UPP é reconhecida como um “caso de sucesso”, é natural que surjam discursos apontando a necessidade de sua expansão. Uma das estratégias empregadas por aqueles que desejam atrair a atenção do poder público consiste, exatamente, em utilizar a mídia como instrumento de denúncia e, ao mesmo tempo, de expressão de suas demandas, o que, por consequência, pressiona o Estado a expandir suas ações a outros locais que possuem o mesmo tipo de demanda e tem a mídia como seu porta-voz.

Resumo

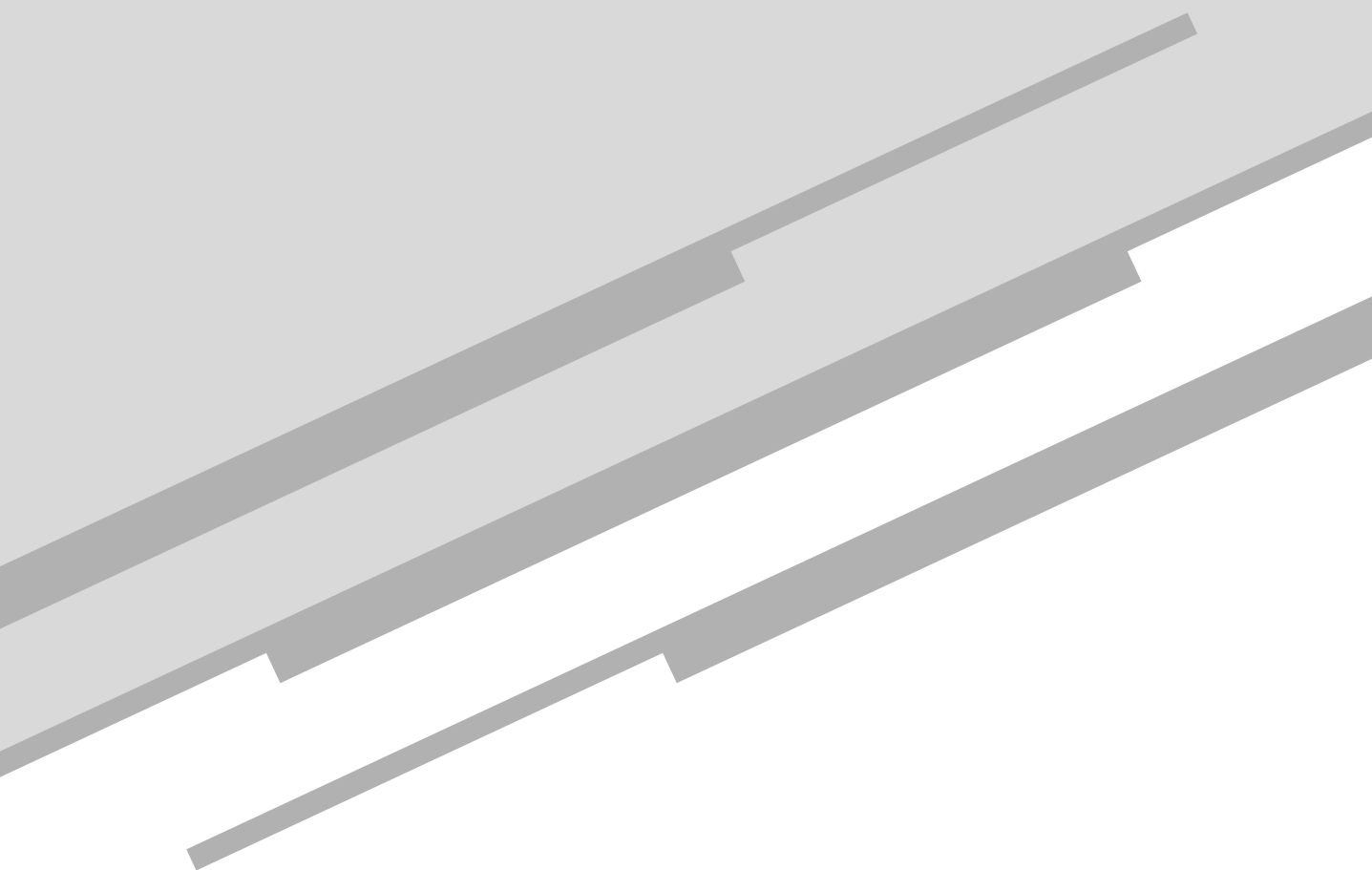
Ao longo desta aula, vimos que:

- A adoção de políticas substantivas por parte do Estado tem sido apontada como a única forma de se fazer frente ao avanço da violência no Rio de Janeiro;
- Nas últimas décadas, as relações entre jornalistas e traficantes tornaram-se abertamente conflituosas;

- Como consequência disso, a mídia tem adotado um novo modo de noticiar as ações dos criminosos e de suas facções;
- Desde a morte do repórter investigativo Tim Lopes, a oposição ao tráfico de drogas transformou-se em um importante instrumento de pressão da mídia sobre o poder público do Rio de Janeiro;
- Diante de tal pressão, uma das respostas obtidas foi a elaboração e a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que, celebradas durante anos como um “caso de sucesso”, constituem uma prova inequívoca da importância dos órgãos de comunicação para o êxito ou fracasso das ações institucionais na área de segurança pública.

Aula 7

A violência como problema público



Edilson Márcio Almeida da Silva

Meta

Apresentar, em linhas gerais, a atuação da mídia na construção social da violência como um problema público.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. comparar o processo de criminalização da violência doméstica em Portugal e no Brasil;
2. identificar o papel da mídia no agendamento das políticas públicas no Brasil;
3. reconhecer a mídia como um dos mais importantes atores na construção da violência como problema público.

Introdução

A mídia é, atualmente, um dos mais importantes agentes de construção social da realidade.

Entre outras razões, isso se deve ao fato de que, ao produzir e difundir informações sobre determinados acontecimentos, a mídia empresta-lhes visibilidade, contribuindo, de modo decisivo, para a formação da opinião pública a respeito deles.

Para tanto, os jornalistas valem-se de recursos diversos, dentre os quais se destaca a alta credibilidade pública de que são detentores no desempenho de sua função. Assim, em nossa disciplina, pretendemos destacar que eles não são meros informantes do que se passa no mundo, mas também seus intérpretes que, como tais, fazem escolhas, definem prioridades e produzem enquadramentos do real. É precisamente nisso que consiste o que entendemos na aula como processo de produção das informações jornalísticas e, por consequência, de construção social da realidade.

De igual modo, pretendemos desconstruir os pressupostos de isenção, imparcialidade, compromisso com a verdade, objetividade etc. que, ao fim e ao cabo, não passam de uma idealização forjada sobre o jornalismo moderno com base no modelo de jornalismo independente americano, idealização essa que, aliás, se espalhou pelos quatro cantos do mundo, chegando, inclusive, ao Brasil.

Assim, constituindo-se num dos principais agentes de produção e legitimação institucional de verdades do mundo contemporâneo, pode-se dizer que, se a mídia não cria a realidade, ela não só faz parte, como constitui um instrumento fundamental para sua reprodução, já que atua de modo privilegiado na divulgação dos fatos tidos como socialmente relevantes.

Dada a sua condição especial, a interferência da mídia se faz notar nas mais diversas esferas da vida social, incluindo, obviamente, a área de segurança pública. Numa cidade brasileira de grande porte, como São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, parece-nos, no mínimo, implausível a ideia de que o comandante de um batalhão da Polícia Militar defina a distribuição dos seus efetivos policiais sem levar em conta o que foi publicado nos jornais do dia ou mesmo, o que, na véspera, foi manchete dos principais jornais televisados.

Evidentemente, a interferência da mídia na área da segurança pública vai muito além disso. Não raro, a grande mídia participa, direta ou indireta-

mente, do agendamento das políticas públicas, sendo a sua capacidade de fazê-lo reconhecida não só por seu público-alvo (que a ela pode recorrer com demandas as mais diversas) quanto pelos próprios agentes do Estado.

A título de ilustração, pode-se mencionar, por exemplo, o RJ-Móvel, da Rede Globo do Rio de Janeiro. Desde o ano de 2007, o telejornal *RJTV* utiliza uma redação móvel para produção de reportagens pelos bairros da cidade e região metropolitana do Rio. Com o passar do tempo, o RJ-Móvel ganhou uma finalidade específica: tornou-se um canal por meio do qual a população denuncia os problemas de seu bairro (falta de luz, água, ruas esburacadas etc.), servindo, assim, de instrumento de pressão sobre o poder público, o que o constrange a dar uma satisfação (a curto ou médio prazo) às demandas sociais apresentadas.

Para produzir o agendamento das políticas públicas, os jornalistas devem ser capazes de *politizar* determinados temas, fazendo com que, mais que problemas sociais, eles se tornem *problemas públicos*. O modo como isso se realiza é, precisamente, o tema desta nossa última aula.

A mídia e a criminalização da violência doméstica em Portugal

Violência doméstica

Sucintamente, a violência doméstica caracteriza-se pela adoção de comportamentos de agressão, abuso de poder ou omissão em que uma pessoa inflige algum tipo de sofrimento a outra.

Via de regra, ocorre entre sujeitos que têm ou tiveram uma relação de intimidade (cônjuges, companheiros, namorados etc.), familiar (ascendentes ou descendentes) ou de dependência. Embora as mulheres costumem ser as vítimas preferenciais, a violência doméstica não atinge só a elas, mas também crianças, pessoas idosas, deficientes, dependentes, dentre outros. Além disso, não parte unicamente do marido/companheiro, podendo as mulheres assumir, por vezes, o papel de agressoras.

A fim de ilustrar a participação da mídia no agendamento das políticas públicas, tomaremos o processo de criminalização de um tipo específico de violência noutro contexto sociocultural, no caso, o português. O objetivo é estabelecer uma perspectiva comparativa e contrastiva com o que, a esse respeito, se verifica no Brasil.

O contexto da violência doméstica em Portugal: dados oficiais *versus* casos noticiados

A despeito das múltiplas diferenças existentes entre Brasil e Portugal, pode-se notar que, em ambos os países, as notícias sobre fenômenos “violentos” costumam ser relativamente frequentes tanto nos veículos populares quanto nos noticiosos.

No que diz respeito, especificamente, à mídia portuguesa, é possível observar que um determinado tipo de ação criminoso tende a assumir posição de destaque nos noticiários. Trata-se da **violência doméstica**, classificada pelo jornal *Diário de Notícias* como “um dos maiores flagelos da sociedade atual.” (APAV..., 2012, p. 19).

Com notável destaque em, praticamente, toda a mídia lusitana, as notícias sobre esse tipo de crime só costumam ser superadas, em recorrência, por aquelas que se referem à “violência” no sentido amplo e genérico, como no exemplo a seguir:



Figura 7.1: A ilustração, inspirada em reportagem do jornal português *Correio da Manhã* (5 fev. 2012), apresenta um uso amplo do termo violência, como um mal genérico, sem causas ou responsáveis definidos.

No exemplo apresentado, o jornal emprega o termo violência sem fazer referência a quaisquer cursos de ação ou mencionar o(s) responsável(is) por sua “banalização”. A violência, no caso, é representada, a um só tempo, como resultado de ações sem sujeito e como um mal genérico difuso que, pelo menos supostamente, todos saberiam do que se trata. Esse uso vago e impreciso é recorrentemente adotado não só na imprensa portuguesa como na brasileira.

De acordo com diversos jornalistas e representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) que lidam com a questão em Portugal, tal destaque na mídia corresponde a um fenômeno ainda recente, posto que a mobilização em torno da violência doméstica só começou a obter visibilidade no ano de 2009, a partir de um episódio que representa, para muitos, um verdadeiro marco na luta pelos direitos das mulheres em terras portuguesas.

Pois bem, em 2009, o Ministério da Administração Interna apresentou o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), documento do governo que traça o panorama da criminalidade em Portugal. Esse documento foi elaborado com base nas ocorrências participadas às principais forças de segurança do país, quais sejam:

- a Polícia de Segurança Pública (PSP);
- a Guarda Nacional Republicana (GNR);
- a Polícia Judiciária (PJ).

Neste contexto, o RASI contabilizava, para o ano de 2008, um total de dez casos de mulheres mortas por violência doméstica em consequência das agressões sofridas por maridos, companheiros ou namorados.

O índice, considerado muito aquém do verificado por agentes sociais envolvidos com a questão, surtiu reações as mais diversas. Uma delas foi que, em resposta à divulgação do RASI, a União de Mulheres Alternativa e Resposta (Umar), das mais representativas e atuantes associações em prol da defesa dos direitos das mulheres em Portugal, apresentou ao Ministério da Administração Interna um relatório próprio, no qual as militantes contestavam os dados oficiais e exigiam que tais crimes fossem analisados separadamente dos demais casos de homicídio.

Elaborado com base em informações veiculadas pela imprensa local, o documento apresentado pela Umar mostrou que, na verdade, pelo menos, 41 mulheres teriam sido assassinadas no país durante o ano de 2008.

**NÚMERO DE MULHERES ASSASSINADAS DEVIDO
A CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL**
(Ano base 2008)



Figura 7.2: Com base em dados levantados na mídia local, a Umar apurou que foram veiculados 41 casos de assassinatos derivados de violência contra a mulher, contrapondo-se, assim, aos dados do relatório do governo português, que contabilizava apenas 10 casos.

Com base nisso, a associação defendeu a necessidade de se “individualizar” o crime de violência doméstica nas estatísticas oficiais sob o risco de, ao deixar de fazê-lo, não lhe conferir a devida importância nem reconhecer as suas especificidades.



A União de Mulheres Alternativa e Resposta (Umar) é uma organização não governamental, fundada em 12 de setembro de 1976. Ela surgiu em virtude da necessidade de uma associação para lutar pelos direitos das mulheres na sociedade portuguesa. Em sua agenda estão temas como o direito à contracepção e ao aborto, a luta contra a violência doméstica e a paridade nos órgãos de decisão, dentre outros.

Para saber mais sobre a Umar, você poderá visitar o *site* da organização: <http://www.umarfeminismos.org/>.

A criminalização da violência doméstica em Portugal: da esfera particular à pública

Um dos resultados diretos da mobilização e do debate públicos em torno da questão da violência doméstica foi a sua criminalização. Isso já formalizado com a criação da lei de 16 de setembro de 2009 (Lei nº 112/2009), por meio da qual se definiu um novo regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, assim como à proteção e à assistência das suas vítimas.



Você sabia?

O dia 25 de novembro é considerado o Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher, e o dia 06/12 é o Dia Internacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.



Figura 7.3: Exemplo de campanha do governo português, em 2013, de sensibilização à violência contra as mulheres usando a mídia. Ao ser criminalizada, a violência doméstica foi retirada da esfera privada. Com isso, passou a ter maior visibilidade e a ser tratada como um problema público.

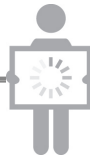
Fonte: <http://www.cig.gov.pt/campanhas/campanha-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-violencia-contra-as-mulheres/>

Logo, a divulgação de notícias relacionadas à violência doméstica, pela imprensa local, serviu de base e contribuiu para que a Umar questionasse os dados oficiais do Estado português. Como consequência, a questão foi regulamentada por meio da criação da Lei nº 112/2009.

A exemplo do que ocorre no Brasil, quando se fala em violência doméstica em Portugal, o crime tem, majoritariamente, como vítimas as mulheres, sobretudo, as casadas. Os principais tipos de violência, no caso, são agressões físicas, verbais e sexuais.



No contexto lusitano, o crime de violência doméstica está previsto no artigo 152º do Código Penal, e o agressor pode cumprir pena de dois a oito anos. No caso de a agressão resultar em morte da vítima, o algoz pode ser condenado a até dez anos de prisão.



Terra Fria (EUA, 2005) é um longa-metragem dirigido por Niki Caro e escrito por Michael Seitzman, com Charlize Theron no papel principal. O seu tema central é o assédio sexual no trabalho e as reivindicações de direitos pela vítima.

O filme é interessante para pensar a criminalização como forma de construção dos problemas públicos.

Desde que foi criminalizada, a violência doméstica tornou-se um crime público em Portugal. Entre outras coisas, isso significa que não é necessário que a pessoa ofendida se queixe, cabendo ao Ministério Público acionar e promover o **processo-crime**, independentemente de denúncia.

Na prática, qualquer pessoa que tenha conhecimento do crime pode denunciá-lo (inclusive, anonimamente) a um órgão de polícia criminal, que registra a queixa para, posteriormente, encaminhá-la ao Ministério Público.

O crime de violência doméstica é de denúncia obrigatória para as polícias, assim como para profissionais que dele tomem conhecimento no exercício de suas funções ou por causa delas. Além disso, trata-se de um crime único, o que quer dizer que, para a sua caracterização, não se faz necessário que haja uma conduta reiterada, repetitiva ou habitual por parte do agressor.

Processo-crime

Processo judicial instaurado com base no pressuposto de ter sido cometido um ato criminal.

Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

A criminalização da violência doméstica no Brasil

Também, no Brasil, a violência doméstica passou por um processo de criminalização, o que ocorreu, inclusive, antes de Portugal.

A Lei nº 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada em 7 de agosto de 2006.

De acordo com o texto jurídico, o agressor pode ser preso em flagrante ou preventivamente, desde que apresente riscos à integridade fí-

sica ou psicológica da vítima. Formalmente, a promulgação da lei prevê “pena de três meses a três anos de detenção para a violência familiar e doméstica contra a mulher, aumentada de 1/3 se a vítima for portadora de necessidades especiais”. (LIMA; SOUZA, 2009, p. 77).



Elaborada com base num longo processo de discussões e audiências públicas, dos quais participaram múltiplos segmentos sociais, a Lei nº 11.340/06 recebeu o nome Maria da Penha em homenagem a uma farmacêutica que ficou paraplégica após sofrer duas tentativas de homicídio pelo marido em sua própria residência (primeiramente, com arma de fogo e, depois, por eletrocussão e afogamento).

Significativamente, mesmo decorridos alguns anos de sua implementação, “continua grande a resistência dos policiais, bem como dos operadores da justiça, à aplicação da nova lei, chegando à alegação de sua inconstitucionalidade” (LIMA; SOUZA, 2009, p. 77).

Isso tem a ver com inúmeros fatores, inclusive com uma certa tradição brasileira de tratar tais assuntos como *conflitos de proximidade*, isto é, como problemas que devem ser resolvidos na esfera privada e não trazidos para a esfera pública. Entre nós, por serem encarados como infrações de pequeno potencial ofensivo, os conflitos de proximidade (por exemplo, desentendimentos, bate-bocas ou brigas envolvendo vizinhos, parentes, amigos e afins) costumam ter a sua importância minimizada em termos comparativos o que, conseqüentemente, reverbera sobre os casos de violência doméstica. Daí a mencionada resistência à Lei nº 11.340/06 (Maria da Penha).

Evidentemente, isso não quer dizer que, no Brasil, a violência doméstica seja um assunto desimportante ou que a mídia não lhe confira visibilidade. Pelo contrário, a temática já foi abordada até mesmo em folhetins no horário nobre da principal emissora de TV do País, a Rede Globo de Televisão. Na telenovela *Mulheres Apaixonadas*, de 2003, a professora Ra-

que, interpretada pela atriz Helena Ranaldi, costumava ser sistematicamente agredida pelo marido Marcos, vivido pelo ator Dan Stulbach, mas não tinha coragem de denunciá-lo à polícia. Entre outros atos de violência, Marcos costumava espancar a mulher com uma raquete de tênis, o que gerava fortes reações no público e promovia acalorados debates.



Para saber mais sobre a trama paralela da novela *Mulheres Apaixonadas*, que abordou o tema da violência doméstica, você poderá acessar o seguinte endereço: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/mulheres-apaixonadas/raquel-marcos-e-fred.htm>.

A visibilidade que a telenovela conferiu à questão, decerto, contribuiu para que os casos de violência doméstica passassem a ser tratados como um problema público, forjando, assim, uma nova sensibilidade que acabou por se refletir no plano jurídico nacional. Ao menos, em tese... Isso porque, como bem sabemos, entre a existência da lei e sua correta aplicação, há muitas vezes distâncias intransponíveis. Parece ser esse, aliás, um dos grandes dilemas da violência doméstica no Brasil que, diferentemente do que se passa em outros países (como Portugal), ainda não alcançou o estatuto de tema prioritário na área de segurança pública, como acontece, por exemplo, com a assim chamada *macrocriminalidade* ou *crime organizado*.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

No Brasil, há um famoso ditado popular: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Relacione tal dito popular à importância comparativamente conferida aos casos de violência doméstica no Brasil e em Portugal.

Resposta comentada

Embora se trate de um problema público, por uma série de razões, a violência doméstica não dispõe, no Brasil, da mesma visibilidade que tem em outros países, como Portugal. Em certa medida, isso se deve à pouca importância conferida, aqui, aos assim chamados conflitos de proximidade, sobretudo, quando comparada ao que se passa com a macrocriminalidade (crime organizado).

Violência(s), visibilidade social e grupos de interesse: o papel da mídia no agendamento de políticas públicas brasileiras

Ainda que, no Brasil, também tenha havido a criminalização da *violência doméstica*, isso não significa que, entre nós, tal tipo de ação criminosa suscite o mesmo clamor público que em Portugal ou ocupe posição igualmente destacada nos noticiários.

Como vimos, em cidades brasileiras de grande porte, como o Rio de Janeiro, é a chamada criminalidade urbana violenta que costuma ser o principal foco de atenção da mídia. De acordo com o discurso social dominante, isso passou a acontecer porque, nas últimas décadas, a violência carioca atingiu níveis tão elevados que não há como os jornalistas deixarem de reconhecer o problema nem, muito menos, de lhe conferir espaço em seus veículos informativos.

Diante do quadro generalizado de insegurança que acompanha o aumento dos índices de criminalidade no Rio de Janeiro, os agentes midiáticos não teriam o que fazer, senão aumentar também o número de reportagens dedicadas à temática.

Assim, em contraposição às alegações de que, atualmente, há muito espaço para a violência nos meios de comunicação, os jornalistas defendem-se com base no argumento de que não teria sido o espaço conferido ao fenômeno violento que aumentou, mas o fenômeno em si que assumiu

dimensões sem precedentes, tornando-se, então, dotado de maior visibilidade social e, por extensão, de maior visibilidade midiática.

Evidentemente, o discurso que afirma existir uma correspondência direta entre o conteúdo empírico do real e a sua representação midiática não pode ser entendido senão como uma construção idealizada a que os jornalistas recorrem para justificar o seu posicionamento diante dos fatos.

Posto que se autodefinem como agentes historicamente comprometidos com o interesse público, ou seja, como os olhos através dos quais os cidadãos acompanham o que de mais relevante se passa no mundo, tais profissionais não podem se referir à notícia senão como o relato de fatos cuja importância é dada de antemão e não, portanto, construída.

De acordo com essa perspectiva, o aumento do espaço e da visibilidade conferido ao problema da violência está relacionado à percepção de sua generalização, de sua desconcentração, o que teria implicado a subtração dos direitos fundamentais de amplos segmentos da população carioca.

Para além do propalado avanço da criminalidade urbana no Rio, o ponto de inflexão em relação à temática parece estar, assim, diretamente articulada à maneira pela qual, nas últimas décadas, a chamada violência passou a ser percebida, inclusive por aqueles que só recentemente dela se deram conta e, por razões diversas, com ela passaram a se preocupar.

Em outras palavras, isso quer dizer que a violência só se tornou um problema socialmente relevante, digno, portanto, de frequentar espaços importantes da grande mídia, quando os fenômenos a ela associados passaram a ser percebidos como uma realidade menos distante de determinados segmentos sociais, isto é, a partir do momento em que seus efeitos fizeram-se sentir indiscriminadamente (embora não da mesma forma, nem com a mesma intensidade) por diferentes grupos ou frações de classe.



Há algumas décadas, a violência costumava ser representada como um problema que atingia principalmente determinados segmentos sociais, que habitavam as áreas periféricas e o subúrbio do Rio de Janeiro.

Apelidos jocosos foram criados e popularizados em referência aos bairros dessas regiões como, por exemplo, São João de Meriti (“São João de Meriticídio”), Nova Iguaçu (“Nova Iguassalto”), Del Castilho (“Del Gatilho”) etc.

Nas últimas décadas, porém, a violência vem deixando de ser socialmente percebida como algo periférico, passível de afetar, portanto, apenas segmentos sociais específicos. Hoje, pelo contrário, ela tende a ser representada como um mal difuso, capaz de atingir a qualquer um, a qualquer momento, independentemente do seu local de residência e de sua classe social.

Como afirmam Berger e Luckmann, “as instituições e os universos simbólicos são legitimados por indivíduos vivos, que têm localizações sociais concretas e interesses sociais concretos”. (2002, p. 172)

Segundo o nosso entendimento, é em consonância com esse tipo de perspectiva que se deve buscar uma explicação para a maior reverberação atualmente obtida pela temática da violência no Rio de Janeiro. Sem sombra de dúvidas, tal repercussão está relacionada ao fato de que, agora, a violência encontra-se demasiado próxima de espaços tradicionalmente intocados, o que concorreu, de forma direta, para a sua recente transformação de problema social em problema público.

Como assinala Zart,

O problema se torna público quando envolve uma quantidade notável de pessoas, que tem uma organização qualitativa, bem articulada para publicizar o problema, colocá-lo na agenda dos fazedores de políticas (*policymakers*), gerar normas, procedimentos nos espaços estruturados e estruturais do Estado, institucionalizando os problemas, as proposições e as metodologias de participação para gerar respostas adequadas (2011, p. 13-14).

Se, de fato, os membros de algumas camadas sociais conseguem mobilizar mais canais de reivindicação que outras, as questões que lhes dizem respeito tendem, conseqüentemente, a receber maior destaque que as demais, ocorrendo o mesmo com as respostas institucionais que lhes são endereçadas.

Assim, à medida que, generalizando-se por todo o corpo social, a violência deixa de ser encarada como algo que afeta apenas determinados territórios e segmentos, ela torna-se objeto de um clamor para o qual os órgãos de comunicação contribuem de forma clara e indiscutivelmente decisiva. Uma vez que grandes órgãos de comunicação dedicam-se a veicular com frequência reportagens sobre criminalidade e violência, e estas passam a ser tratadas como de interesse público, a possibilidade de tais questões receberem mais atenção das autoridades competentes tende a ser significativamente maior que, via de regra, costuma acontecer com as que não têm o mesmo encaminhamento.

Assim, se “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2010, p. 2), temos que reconhecer que, nos últimos tempos, tornou-se cada vez mais raro tais políticas serem orientadas a despeito daquilo que é noticiado nos meios veículos informativos, sobretudo, nos de grande circulação. Isso porque, como vimos, os jornalistas desempenham um importante papel de mobilização da opinião pública, sendo essa, assumidamente, uma de suas principais contribuições para lidar com os problemas sociais.

Há quem diga, inclusive, que ao lidar assim com tais problemas, a mídia não só produz e difunde informação, como desenvolve um papel genuinamente político. Papel este que passa, em primeiro lugar, pela produção da visibilidade pública de determinadas temáticas, uma vez que, sem isso, não há como se estabelecer uma discussão social em torno dos problemas e, conseqüentemente, não são obtidas as tão almejadas respostas institucionais.



Figura 7.4: A mídia participa da construção dos problemas públicos ao conferir-lhes visibilidade.

Fonte: http://wikimediafoundation.org/wiki/File:TV_crew_at_University_Ave.jpg

A título de ilustração, podemos mencionar, por exemplo, os efeitos de uma reportagem publicada no jornal *O Globo*, em agosto de 2005. Intitulada “Gangue da bicicleta eleva números da violência”, a reportagem informa que o total dos registros de assaltos a transeuntes nos bairros do Leblon e Ipanema tinha chegado a 41 em apenas sete dias, num reflexo direto da ação da referida quadrilha.

No dia seguinte à publicação da reportagem (e em resposta a ela), a polícia realizou uma operação de apreensão de dezenas de bicicletas que se encontravam sem corrente e cadeado ou cujos condutores não portassem nota fiscal do veículo. Na ação conjunta do 23º Batalhão de Polícia Militar (BPM), no Leblon, e do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) foram apreendidas e conduzidas para um depósito do BPM 30 bicicletas, das quais 27 estavam no Morro do Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, e três na entrada do Morro do Cantagalo, em Ipanema.

Dentre os vários aspectos inusitados do episódio, cabe ressaltar que, na ocasião, o comandante da unidade assumiu não saber se as bicicletas, de fato, pertenciam a criminosos, além do que nunca foi apresentada qualquer comprovação da existência de uma gangue de ladrões que usasse bicicletas naquelas localidades. De todo modo, diante da visibilidade conferida ao caso e da pressão social daí advinda, era preciso que o poder público se manifestasse – e ele o fez, ainda que de forma arbitrária, posto que os policiais que participaram da operação não dispunham de uma ordem judicial autorizando as apreensões e elas não tenham ocorrido em situações de flagrante delito.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

Para começar, vamos tomar um jornal impresso como exemplo. Você costuma ler jornal? Já parou ou viu outras pessoas paradas em frente a uma banca de jornal para ler rapidamente as principais notícias do dia enquanto esperava(m) o ônibus? Que notícias costumam chamar mais a sua atenção? Você saberia dizer o motivo?

Cada jornal possui um projeto gráfico e editorial diferente do outro. Já reparou que algumas notícias possuem títulos maiores que outras? Que há cores e tipos de letras diferentes e fotos e ilustrações com tamanhos

variados? Isso reflete os critérios de seleção e hierarquização das prioridades noticiosas adotados em cada veículo informativo.



Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/451854>

Assim, gostaríamos de propor que você escolha um jornal de sua preferência e analise a primeira página dele. Em seguida, responda às seguintes questões:

- Qual o tema da notícia que está em destaque (esporte, política, violência, entretenimento)?
- Qual o tema mais recorrente nas notícias veiculadas?
- A partir do que foi estudado na aula, como o jornal faz o agendamento das políticas públicas relacionadas ao(s) tema(s) abordado(s)?
- É possível perceber quais seriam os grupos com interesses representados nesse agendamento?

Resposta comentada

O modo de se difundir uma informação varia de jornal para jornal, de acordo com o público ao qual se destina. Dependendo do dia em questão, o tema da notícia em destaque poderá variar e ser um acontecimento relacionado à política, à violência, à economia, dentre outros. De modo geral, na primeira página você poderá encontrar todos os temas relacionados, com maior ou menor destaque. A recorrência do tema da primeira página também poderá variar de acordo com a época e a região de abrangência do jornal. O intuito desta análise preliminar foi a de que você percebesse como há vários elementos que interferem no modo como se constrói uma notícia e a prioridade que é dada a ela pela mídia. Conforme foi apresentado na aula, em qualquer lugar, as políticas públicas envolvem conflitos de interesses, sendo que, de modo geral, as ações do Estado tendem a atender as demandas de alguns segmentos em detrimento de outros. Como, no Brasil, os indivíduos e grupos têm acesso desigual aos canais de representação de seus interesses, costumam levar vantagem aqueles que melhor se utilizam dos veículos de comunicação, o que poderá variar de acordo com o jornal analisado por você. O mais importante é que você desperte esse olhar crítico para perceber o papel da mídia no agendamento das políticas públicas, como é feito e a quem interessa.

A mídia e a construção da violência como problema público

Embora assumam que a função precípua do jornalismo consiste em informar, muitos dentre os profissionais da área admitem que, num cenário excepcionalmente violento como o ora apresentado na cidade do Rio de Janeiro, essa função vem sendo redimensionada e tem assumido proporções talvez mais abrangentes do que deveria.

Segundo tal perspectiva, as agências e agentes midiáticos têm desempenhado papéis que não são de sua competência e não deveriam, portanto, lhes dizer respeito. O “desvio de função”, no caso, seria derivado do fato de que diversos órgãos e instituições sociais, que deveriam zelar pelo interesse público (tais como corregedorias, ONGs, ouvidorias, Ministério Público, entre outros) parecem não vir cumprindo satisfatoriamente as suas funções.

Ao deixar de fazê-lo, eles não só têm passado adiante suas responsabilidades, como contribuído para elevar a mídia à condição de uma espécie de protagonista diante de demandas sociais que, em princípio, estariam fora de sua área de atuação.



Figura 7.5: De certa forma, a mídia se desvia de sua função meramente informativa ao assumir o papel de protagonista em zelar pelos interesses públicos, atuando como porta-voz das demandas dos cidadãos.

Por conta da alegada omissão dos órgãos públicos e da sociedade civil ocorreria, então, como que por desdobramento, a promoção e o reforço do papel de “definidora da realidade” do qual a mídia se vê atualmente investida.

Num contexto supostamente crivado pela indefinição de competências e pela carência de ações institucionais efetivas, mais que mediadores entre os leitores e o real, os veículos informativos veem-se representados como o último recurso ao qual os indivíduos e grupos devem se reportar, sob risco de não serem ouvidos pelas autoridades públicas e, com isso, terem suas demandas ignoradas.

Conforme esclarecem Berger e Luckmann (2002), o acervo social do conhecimento tem sua própria “estrutura de importância”, de modo que “quando certas zonas da realidade são iluminadas, outras permanecem na sombra” (p. 66).

Segundo nos parece, é precisamente esse o princípio que rege a definição das temáticas prevalentes na mídia. Isso porque, enquanto algumas questões permanecem na penumbra, não sendo sequer noticiadas ou apenas ocupando áreas menos nobres do noticiário, outras frequentam os seus melhores espaços, ganhando, assim, notável destaque e, por consequência, maior visibilidade social.

Nesse sentido, não constitui exagero afirmar que a seleção das prioridades noticiosas encontra-se, de algum modo, submetida àquilo que poderíamos chamar de lógica do “cobertor curto”, uma vez que, ao dedicarem atenção a um problema específico, os jornalistas, consequentemente, não podem tratar, com igual intensidade e interesse, os demais problemas.

Como afirmam Cunha e Cunha (2002), “as políticas públicas envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais, e as respostas do Estado para essas questões podem atender a interesses de um em detrimento do interesse de outros” (p. 12-13).

Numa sociedade hierárquica e desigual como a brasileira (DA MATTA, 1979; LIMA, 2000), mais do que provável, na verdade, o atendimento a uns em detrimento de outros configura-se como algo praticamente inevitável. A esse respeito, Ramos e Paiva assinalam que

Desde os anos 90 estudiosos de comunicação observam a capacidade de “agendamento” dos veículos de comunicação sobre os formuladores de políticas públicas. Diante da impossibilidade de atender a todas as demandas de todos os grupos sociais, eles precisam fazer escolhas – e os itens que tiverem sido focalizados com maior intensidade pela mídia terão maiores chances de ser contemplados por ações dos poderes instituídos (2005, p. 5).



O caráter hierárquico de nossa sociedade revela-se, também (e com notável destaque!), na área do jornalismo. Conforme observa Afonso de Albuquerque (2000), no Brasil, há uma ideia bastante difundida de que a defesa do interesse público deve caber, fundamentalmente, a líderes qualificados.

É como se a preservação de tal interesse fosse um assunto sério demais para ser deixado nas mãos das “massas”, cabendo, então, a responsabilidade por ela àqueles que são tidos como mais qualificados. Em razão dessa forma de encarar as coisas, a grande imprensa brasileira “pode reivindicar (e o faz efetivamente) a defesa de causas do interesse geral da nação, ainda que elas se confrontem com os interesses de vastos setores (e, em alguns casos, da maioria) da sociedade” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 14).

Embora não se discuta que existam determinados eventos que, por suas características intrínsecas, tendem a sensibilizar mais a opinião pública do que outros, cumpre observar que, de forma recorrente, o destaque jornalístico conferido a esta ou aquela ocorrência diz respeito não tanto ao fato noticiado em si, mas a quem se sente, direta ou indiretamente, afetado por ele.

E, uma vez que, no Brasil, indivíduos e grupos costumam ter acesso desigual aos canais de representação de seus interesses, parece ter sido necessário que o fenômeno violento se aproximasse de espaços historicamente “blindados” para, então, deixar de ser tratado como algo episódico ou segmentado e se tornar, de fato, um problema social relevante, capaz de atrair para si a atenção da sociedade como um todo.

Exemplo claramente ilustrativo disso encontra-se na cidade do Rio de Janeiro, onde, além da histórica contiguidade de bairros nobres e favelas, há uma zona que a mídia significativamente apelidou de Faixa de Gaza.

A princípio, tal expressão foi empregada em referência ao caráter violento da região que abrange o entrocamento de importantes vias da cidade: rua Leopoldo Bulhões, avenidas dos Democráticos, Brasil, Martin Luther King e dom Hélder Câmara, linha Amarela e linha Vermelha. Dado o papel central dessas ligações para a cidade (entre Zona Norte, Zona Sul, Baixada e aeroporto internacional), o que ali ocorre tem reflexos em uma área de 95 quilômetros, onde cerca de um milhão de moradores de 33 bairros da Zona Norte do Rio convivem com problemas sociais diversos, que envolvem, entre outros, o tráfico varejista de drogas.

Atualmente, a mídia tem se referido à Faixa de Gaza carioca como uma região que vai do Caju à Pavuna, incluindo as linhas Vermelha e Amarela, um trecho da Avenida Brasil e os complexos da Maré e do

Alemão. Objetivamente, isso quer dizer que, vindo da Zona Sul (região da cidade em que residem segmentos populacionais dotados de alto poder aquisitivo), não há como se chegar ao aeroporto internacional Antônio Carlos Jobim sem, em algum momento, passar por ela. Com isso, a violência que supostamente afetaria apenas os grupos e frações de classe daquela área passa a se constituir num problema social mais amplo, capaz de chamar a atenção da mídia e, conseqüentemente, impor demandas ao poder público.



Figura 7.6: Região da “Faixa de Gaza” carioca, cujo apelido foi dado pela mídia em virtude do caráter violento que costuma ser associado ao tráfico de drogas na região.

À guisa de conclusão, cabe afirmar que a mídia participa da construção da violência como problema público à medida que denuncia determinadas modalidades de crime, responsabilizando determinados atores ou agentes e associando-os à imagem de uma anomalia social a ser combatida ou de um mal genérico a ser enfrentado. Ao produzir e difundir uma representação na qual a violência figura como o grande mal dos nossos tempos, a mídia não só atua no sentido de lhe conferir projeção social como, também, no de prescrever o modo como deve ser encarado

pelo poder público. É, precisamente, ao fazer isso que ela desempenha o seu papel político ou, dito de outra forma, que ela participa da transformação de um problema social em um problema público.

Conclusão

Como explica Bourdieu (2002), “cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de *problemas sociais* tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, *garantidos pelo Estado*” (p. 35, grifos originais).

Dadas as transformações relativas à produção e ao fluxo de informações na contemporaneidade, pode-se dizer que a visibilidade dos fenômenos e a sua definição como problemas públicos têm sido cada vez mais dependentes do modo como eles são (ou não) tratados pela mídia.

Afinal, é ela quem traz a público as questões sociais tidas como mais relevantes, tornando-as amplamente conhecidas e, com isso, habilitando-as a frequentar a agenda dos problemas de Estado.

Através do cumprimento de um circuito evocativo que tem na mídia um importante elemento de construção social, determinadas temáticas são preferencialmente definidas como de interesse público, enquanto outras caem no limbo do esquecimento ou, comparativamente, são relegados a um lugar secundário no plano das representações e demandas coletivas.

Por conta de sua participação privilegiada na definição do que é ou não socialmente relevante, a mídia acaba por desempenhar um papel claramente político, contribuindo, de forma decisiva, para o agendamento das cada vez mais disputadas políticas públicas.

No que diz respeito mais especificamente à questão da segurança, pode-se dizer que a politização do tema acontece a partir do momento em que determinados agentes e/ou cursos de ação criminosos ganham projeção midiática, como ocorre, por exemplo, com o tráfico de drogas em cidades como o Rio de Janeiro.

Conforme vimos, o que define a escala de gravidade dos problemas sociais é o modo como eles são coletivamente encarados e as representações que são construídas e, contextualmente, infundidas a seu respeito.

Uma vez que a mídia participa dos processos de evocação, imposição e legitimação das temáticas de interesse público, tal definição se vê inevitavelmente ligada, em maior ou menor grau, às causas abraçadas pelos grandes

veículos de comunicação. Daí a afirmação diversas vezes feitas durante o curso de que, para além de informar, a mídia opera como um dos mais importantes atores na construção da violência como problema público.

Atividade final

Atende aos objetivos 2 e 3

Em dezembro de 2010, o portal *G1* publicou uma reportagem, intitulada “IBGE: metade da população se sente insegura onde vive”, na qual informa que “quase a metade (47,2%) dos brasileiros com dez ou mais anos de idade se sentem inseguros nas cidades onde vivem”. A conclusão consta no *Suplemento de Vitimização e Justiça da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em fins de 2010. Segundo a reportagem, o documento afirma que

A sensação de segurança aumenta gradativamente quando a referência é o bairro de residência – onde 67,1% declararam se sentir seguros – e o domicílio (78,6%). Isso significa que, à medida que a população se afasta do local em que mora, o sentimento de insegurança aumenta. (IBGE..., 2010).

A partir do que você estudou nesta aula e do texto jornalístico citado, disserte sobre a relação entre a mídia e a construção da violência como problema público.

Resposta comentada

No Brasil, convivemos diariamente com uma série de problemas nas áreas da saúde, educação, economia, segurança etc. No entanto, nem to-

das essas áreas gozam da mesma visibilidade, o que deriva, entre outros fatores, do fato de que, por razões diversas, os jornalistas não dedicam (e nem podem dedicar) a mesma atenção a todos os assuntos. Dado que a definição dos problemas públicos depende do modo como eles são (ou deixam de ser) tratados pela mídia, pode-se dizer que o sentimento de insegurança está, em alguma medida, ligado ao destaque jornalístico conferido nas últimas décadas à questão da violência.

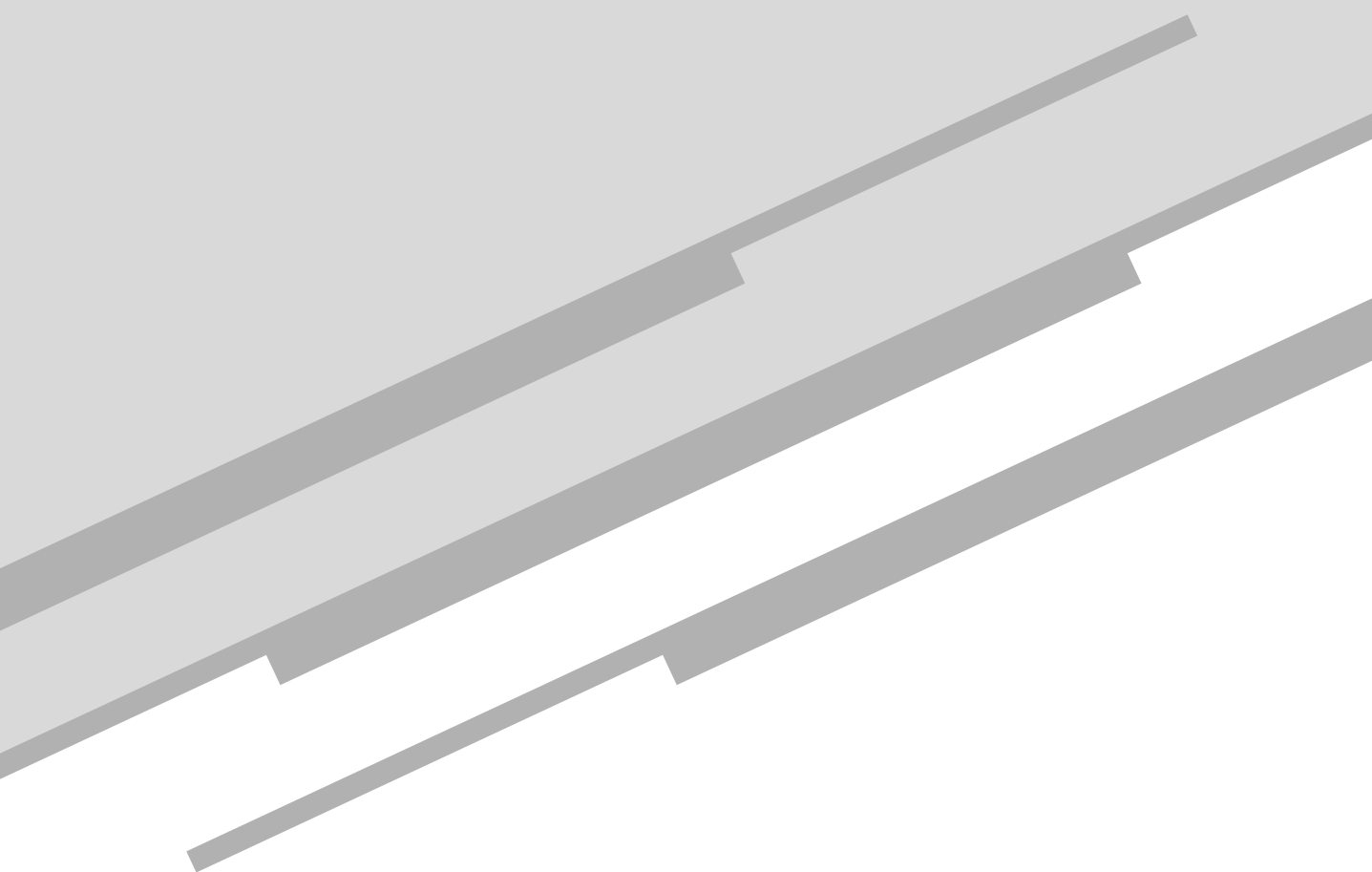
Segundo a reportagem, o sentimento de insegurança aumenta à medida que nos afastamos de nossas áreas de residência. Isso indica que, a despeito de convivemos localmente com a violência, somos informados a seu respeito com tamanha frequência que isso afeta o nosso estado de ânimo, gerando, assim, maiores demandas por segurança que, numa espécie de efeito circular, encontram nos veículos informativos sua principal caixa de ressonância.

Resumo

Ao longo desta aula, vimos que:

- Na atualidade, a transformação de um problema social em problema público está diretamente relacionada à maneira como ele é tratado pela mídia;
- A mídia participa decisivamente do agendamento das políticas públicas;
- Aqueles que se mobilizam melhor na defesa de seus interesses têm maiores chances de ser contemplados por ações dos poderes instituídos;
- A visibilidade midiática é fundamental para a construção de um problema público;
- Por vezes, a mídia constitui o último recurso para determinados indivíduos e grupos conseguirem ser ouvidos pelas autoridades públicas.

Referências



Aula 1

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCI, Marialice M.; MARTINS, José Souza (Org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses, Classes dangereuses*. Paris: Plon, 1958.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: Edusc, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade nacional, religião e expressões culturais: a criação religiosa no Brasil. In: SACHS, Viola et al. *Brasil e EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. Que favelas são essas? *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, ago./out. 1999.

Aula 2

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.

_____. *O poder simbólico*. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre et al. *A miséria do mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 76-108.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 4-11.

HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Aula 3

BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DA MATTA, Roberto. Os discursos da violência no Brasil. In: _____. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 175-197.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

_____. Representações individuais e representações coletivas. In: _____. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.

_____. FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves. Da construção do conceito de violência. *Pesquisa de campo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-16, 1995.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia)–Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irllys Alencar F. (Org.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

SOARES, Luiz Eduardo; CARNEIRO, Leandro Piquet. Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política. In: SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1996.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELLI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; Anpocs, 1999.

Aula 4

DURKHEIM, Émile. Regras relativas à distinção entre o normal e o patológico. In: _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

LEMGRUBER, Julita. Os números da violência. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Org.). *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia)–Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela (Coord.). *Mídia e violência: como a imprensa retrata a violência e a segurança pública no Brasil*. Relatório preliminar de pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (Cesec/Ucam). Rio de Janeiro: Ucam, 2005.

SILVA, Jorge. *Violência e racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1998.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, 1999.

_____. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 3, 1995.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELLI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; Anpocs, 1999.

_____. Violência: questão social ou institucional? In: OLIVEIRA, Nilson (Org.). *Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

Aula 5

ALVES, Carla Cristina Costa. *Nelson Rodrigues e a reportagem policial: realidade × ficção*. Monografia (Graduação em Comunicação Social)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 76-108.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ENNE, Anna Lucia S.; DINIZ, Betina Peppe. *O ‘Caso Mão Branca’ na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística, ficção e o fluxo do sensacional*. Trabalho apresentado ao 28º. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

MONTENEGRO, Raul. Por que a violência aumenta. *Isto é*, São Paulo, n. 2347, 14. nov. 14. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/392252_POR+QUE+A+VIOLENCIA+AUMENTA>. Acesso em: dez. 2014.

SERRA, Antonio A. *O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SILVA, Edilson Márcio A. *Notícias da violência urbana: um estudo antropológico*. Niterói: Eduff, 2010.

Aula 6

BARRETO, Diego. O 12º BPM é desafiador, minha expectativa é grande. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 nov. 2011. Jornal de Bairro Niterói.

DUARTE, Mário Sérgio de Brito. Conceito UPP: Palavra do Comandante. PMERJ. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <<http://concursopmerj2010.forum-livre.com/t154-conceito-upp>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

EQUIPE do Globo é recebida a tiros na Rocinha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 nov. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/equipe-do-globo-recebida-tiros-na-rocinha-14623377#ixzz3K0avQVlS>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

NASCIMENTO, Vânia Regina do. *Dos tribunais do tráfico à mediação de conflitos: um estudo das representações sobre a administração institucional de conflitos em uma Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

OLIVEIRA, Daniela. Brasil vive genocídio de jovens pobres e negros. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 12 jul. 2007. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/especiais/reuniao-anual-da-sbpc-2007/brasil-vive-genocidio-de-jovens-pobres-e-negros>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, Miguel A. As redes sociais como criadoras e propagadoras da notícia. *Revista de Educação, Cultura e Comunicação*, Lorena, v. 5, n. 10, 2014.

SILVA, Edilson Márcio A. *Notícias da violência urbana: um estudo antropológico*. Niterói: Eduff, 2010.

SOUZA, Percival de. *Narcoditadura: o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

VASCONCELOS, Fabio. Pesquisa mostra alta aprovação das UPPs em favelas, sejam pacificadas ou não. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 dez. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-mostra-alta-aprovacao-das-upps-em-favelas-sejam-pacificadas-ou-nao-2911694>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

WAISELFIS, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

Aula 7

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo*, Niterói, n. 4, p. 23-57, 2000.

APAV recebe por ano pedidos de ajuda de mil homens. *Diário de Notícias*, Lisboa, 23 jan. 2012, p. 19.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson et al. (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

IBGE: metade da população se sente insegura onde vive. *Portal G1*. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/12/ibge-metade-da-populacao-se-sente-insegura-onde-vive.html>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Representações de gênero e atendimento policial a mulheres vítimas de violência. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 61-85, jul./dez. 2009.

LIMA, Roberto Kant de. “Carnavais, malandros e heróis”: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, Laura G.; BARBOSA, Livia; DRUMMOND, José A. *O Brasil não é para principiantes: “Carnavais, malandros e heróis” – 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela (Coord.). Mídia e violência: como a imprensa retrata a violência e a segurança pública no Brasil. Relatório preliminar de pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (Cesec/Ucam). Rio de Janeiro: Ucam, 2005.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ZART, Laudemir Luiz. Políticas públicas. In: _____ (Org.). *Educação do campo: formação e desenvolvimento comunitário*. Cáceres: Editora Unemat, 2011. (Série Sociedade Solidária, Caderno Pedagógico I).

